

**XI CONGRESSO NACIONAL
DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA**

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos
Em Homenagem a Joaquim Mattoso Câmara Jr.*

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(de 27 a 31 de agosto de 2007)

Cadernos do CNLF

Vol. XI, N° 12

MORFOSSINTAXE

**Rio de Janeiro
CiFEFiL
2008**

MORFOSSINTAXE

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE LETRAS**

Reitor

Ricardo Vieiraves de Castro

Vice-Reitora

Maria Christina Paixão Maioli

Sub-Reitora de Graduação

Lená Medeiros de Menezes

Sub-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

Sub-Reitora de Extensão e Cultura

Regina Lúcia Monteiro Henriques

Diretora do Centro de Educação e Humanidades

Glauber Almeida de Lemos

Diretor da Faculdade de Formação de Professores

Maria Tereza Goudard Tavares

Vice-Diretor da Faculdade de Formação de Professores

Catia Antonia da Silva

Chefe do Departamento de Letras

Leonardo Pinto Mendes

Sub-Chefe do Departamento de Letras

Iza Terezinha Gonçalves Quelhas

Coordenador de Publicações do Departamento de Letras

José Pereira da Silva

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Rua São Francisco Xavier, 512 / 97 – Mangueira – 20943-000 – Rio de Janeiro – RJ
pereira@filologia.org.br – (21) 2569-0276 – **www.filologia.org.br**

DIRETOR-PRESIDENTE

José Pereira da Silva

VICE-DIRETORA

Cristina Alves de Brito

PRIMEIRA SECRETÁRIA

Délia Cambeiro Praça

SEGUNDO SECRETÁRIO

Sérgio Arruda de Moura

DIRETOR CULTURAL

José Mario Botelho

VICE-DIRETORA CULTURAL

Antônio Elias Lima Freitas

DIRETORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Valdênia Teixeira de Oliveira Pinto

VICE-DIRETORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Maria Lúcia Mexias-Simon

DIRETORA FINANCEIRA

Ilma Nogueira Motta

VICE-DIRETORA FINANCEIRA

Carmem Lúcia Pereira Praxedes

DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Amós Coêlho da Silva

VICE-DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Alfredo Maceira Rodríguez

MORFOSSINTAXE

XI CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

de 27 a 31 de agosto de 2007

COORDENAÇÃO GERAL

*José Pereira da Silva
Cristina Alves de Brito
Delia Cambeiro Praça*

COMISSÃO ORGANIZADORA E EXECUTIVA

*Amós Coêlho da Silva
Ilma Nogueira Motta
Maria Lúcia Mexias Simon
Antônio Elias Lima Freitas
Carmem Lúcia Pereira Praxedes
Sérgio Arruda de Moura*

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE APOIO

*José Mario Botelho
Valdênia Teixeira de Oliveira Pinto
Sílvia Avelar Silva*

COMISSÃO DE APOIO ESTRATÉGICO

*Centro Filológico Clóvis Monteiro (CFCM)
Magda Bahia Schlee Fernandes*

Laboratório de Idiomas do Instituto de Letras (LIDIL)

SECRETARIA GERAL

Sílvia Avelar Silva

SUMÁRIO

0-	Apresentação – <i>José Pereira da Silva</i>	07
1.	A gramaticalização de dar : de verbo-predicador a verbo-suporte – <i>Giselle Aparecida Toledo Esteves</i>	09
2.	A gramaticalização do item até – <i>Christiana Lourenço Leal</i>	21
3.	A gramaticalização do verbo ir em predicções complexas – <i>Vinicius Maciel de Oliveira</i>	34
4.	A variabilidade do artigo definido na fala de crianças em fase de aquisição do português brasileiro – <i>Patrícia Vargas Alencar</i>	46
5.	Complementos preposicionados – <i>Aileda de Mattos Oliveira</i>	56
6.	Contribuição de Câmara Jr. para uma descrição conveniente do gênero do substantivo em português – <i>José Mario Botelho</i>	64
7.	Declinatio naturalis et declinatio uoluntaria – <i>Amós Coêlho da Silva</i>	79
8.	Estruturas morfossintáticas de outras línguas muito divergentes da língua portuguesa – <i>Nestor Dockhorn</i>	90
9.	Mattoso Câmara e as marcas de gênero – <i>Dimar Silva de Deus</i>	98
10.	O articulador então em constuições consecutivas no pb falado – <i>Evelyn Cristina Marques dos Santos</i>	104
11.	O comportamento dos verbos modais no âmbito do irrealis – <i>Leila Maria Tesch</i>	114
12.	O elemento -shire nos nomes dos condados da Grã-Bretanha – <i>João Bittencourt de Oliveira</i>	126

MORFOSSINTAXE

13. O preenchimento da casa do sujeito na língua pomerana de Santa Maria de Jetibá – *Larisse Cunha Cestaro* 138
14. Ordenação de circunstanciais temporais em inglês – *Marcia da Silva Mariano Lessa* 146
15. Usos da construção de movimento causado *olha só* em conversa informal – *Sandra Bernardo* 155
16. Instruções editoriais..... 164

APRESENTAÇÃO

Temos o prazer de apresentar-lhe os quinze trabalhos apresentados no XI Congresso Nacional de Linguística e Filologia, realizado em agosto de 2007, que selecionamos para este número 12 do volume XI dos *Cadernos do CNLF*, sobre o tema “morfossintaxe”.

Foi mera coincidência o fato de a maioria desses trabalhos tratar de palavras isoladas do nosso léxico, detalhando um aspecto do estudo para cada uma, pois serão analisadas neste volume, especificamente, as palavras “**dar**”, “**até**”, “**ir**”, “**então**”, “**olha só**”, os artigos definidos “**o(s)**” e “**a(s)**” e o sufixo “**shire**”, olhados, naturalmente, sob pontos de vista diferentes.

Na maioria desses trabalhos, observa-se claramente uma tendência favorável ao funcionalismo do que ao estruturalismo, como vinha sendo encontrada nas décadas anteriores, como é o que veremos nos textos de Giselle Aparecida Toledo Esteves, de Christiana Lourenço Leal, de Vinicius Maciel de Oliveira e de Evelyn Cristina Marques dos Santos, por exemplo.

Também um outro grupo de trabalhos parece ter sido combinado para estarem aqui reunidos. São os que tratam da questão do gênero dos substantivos e outras questões similares que auxiliam na fundamentação de argumentos a favor de sua descrição como sendo expressa prioritariamente por meio de derivação e não da flexão, como tradicionalmente ainda se ensina.

Aqui, Joaquim Matoso Câmara Jr. é chamado a todo momento como autoridade linguística para abonar reflexões inovadoras, como as de José Mario Botelho, Amós Coêlho da Silva e Dimar Silva de Deus, até mesmo quando vão além do ponto a que chegou o famoso mestre de todos nós, seja para completá-lo, seja até mesmo para emendá-lo.

Os complementos preposicionados, a expressão do sujeito em pomerano, o comportamento dos verbos modais e as circunstanciais temporais em inglês são outras questões tratadas com especial atenção em textos específicos deste número, além de estruturas morfossintáticas de outras línguas estrangeiras.

MORFOSSINTAXE

É pena que não possamos detalhar em sínteses mais substanciais o conteúdo desses trabalhos, por contenção de espaço e de tempo.

Aproveitamos a oportunidade para lhe fazer um convite especial, para maior proveito seu e satisfação nossa: visite a página do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos e busque todos os artigos que ali publicamos sobre o tema de seu interesse.

Ali, disponibilizamos um sistema de busca interna, através do qual se encontram artigos sobre os principais assuntos de Letras, principalmente dos pontos de vista linguístico e filológico, que se encontra em <http://www.filologia.org.br/buscainterna.html>, além das páginas específicas de eventos de Linguística, Filologia e Letras em geral (<http://www.filologia.org.br/agendadeeventos.html>) e de publicações diversas: <http://www.filologia.org.br/cnlf.html> (*Cadernos do CNLF*), http://www.filologia.org.br/cong_outros.html (Anais de outros eventos), <http://www.filologia.org.br/revista> (*Revista Philologus*), <http://www.filologia.org.br/soletras> (*SOLETRAS: Revista do Departamento de Letras*) etc.

Os resumos dos trabalhos publicados neste número 12 estão no número 1 deste mesmo volume e podem ser lidos na página virtual <http://www.filologia.org.br/xicnlf/resumos>, assim como podem ser baixados para o seu computador todos estes artigos, disponibilizados na página <http://www.filologia.org.br/xicnlf/12/>. Mesmo assim, para sua maior tranquilidade, tudo isto será reeditado e atualizado no *Almanaque CiFEFiL 2009* (em cd-rom) que estará pronto em agosto, na época do próximo congresso.

Cientes de que estamos longe da perfeição, pedimos sua ajuda, apontando-nos as falhas que forem identificadas para que a próxima edição seja melhor do que esta e todos os autores se sintam prestigiados por estarem sendo publicados em um periódico de reconhecido valor editorial.

Rio de Janeiro, dezembro de 2008.

José Pereira da Silva

**A GRAMATICALIZAÇÃO DE DAR:
DE VERBO-PREDICADOR A VERBO-SUORTE**

Giselle Aparecida Toledo Esteves (UFRJ)
giselle_estevesufrj@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho demonstra alguns resultados de uma investigação acerca do comportamento sintático-semântico do verbo *dar* ao passar pelo processo de gramaticalização, de verbo predicador a verbo-suorte.

Uma análise ainda que superficial do uso da língua em diversos contextos sociolinguísticos já pode indicar a polifuncionalidade do verbo *dar* no português e o conseqüente surgimento de novas categorias funcionais às quais o item pode vir a pertencer, ou seja, *dar* não faz parte apenas da categoria de verbo predicador pleno, como preconiza a maioria dos dicionários e gramáticas da língua portuguesa. Por isso, faz-se necessário, por meio de pesquisas, a observação do seu comportamento sintático-semântico.

AMOSTRAS SUBMETIDAS À ANÁLISE DA PESQUISA

A amostra de dados oral foi extraída de entrevistas com brasileiros e portugueses de três faixas etárias (A – 18 a 35 anos; B (36 a 55 anos); e C – a partir dos 56 anos) e dois níveis de escolaridade (1-analfabetos ou semi-analfabetos e 2 – com nível superior completo). Tais entrevistas pertencem aos projetos APERJ, PEUL, NURC-RJ e CRPC-Lisboa¹.

O *corpus* escrito constitui-se de textos jornalísticos brasileiros e portugueses (anúncios, editoriais e notícias) do acervo do projeto

¹ APERJ (Atlas Etnolinguístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro), PEUL (Programa de Estudos Linguísticos), NURC –Rio (Norma Urbana Culta), CRPC (*Corpus* de Referência do Português Contemporâneo).

MORFOSSINTAXE

da equipe VARPORT² e dos acervos de periódicos da Biblioteca Nacional de Lisboa e da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente trabalho fundamenta-se na visão funcionalista (Cunha, Oliveira e Martelotta, 2003), segundo a qual a linguagem é um instrumento de comunicação social. Acredita-se que o objetivo principal da língua seja estabelecer relações comunicativas entre os usuários. Portanto, seu uso deve ser analisado em um contexto social, ou seja, no discurso. Desta forma, levam-se em conta os participantes da situação comunicativa e suas intenções ao utilizarem as formas lingüísticas, que também possuem regras pragmáticas, semânticas, morfológicas e fonológicas próprias.

Considera-se, em geral, o fenômeno de gramaticalização (Heine *et alii*, 1991) como um processo de transferência de itens lexicais à categoria de elementos gramaticais ou como um fenômeno de mudança de itens menos gramaticais a itens mais gramaticais. As formas lingüísticas passam por esse processo de acordo com as necessidades de uso da língua, por isso, é possível vincular o estudo da gramaticalização à concepção funcionalista de linguagem.

ANÁLISE DOS DADOS

Esta pesquisa permitiu estabelecer o *continuum* de gramaticalização do verbo *dar*. Isto ocorreu sem que se perdesse de vista uma noção de categorização (Taylor, 1995) segundo a qual a classificação de itens deve acontecer em função da observação do seu comportamento e das propriedades que os aproximam ou os afastam das categorias consideradas “prototípicas”, o que gera o conhecimento de categorias híbridas. Expõem-se, a seguir, as categorias detectadas.

O “verbo predicador pleno” é autônomo, tem comportamento lexical e vincula a noção de transferência. Seu papel é estabelecer

² A equipe VARPORT (Projeto de Intercâmbio Binacional *Análise de Variedades do Português* - www.lettras.ufrj/varport/) conta com professores da UFRJ e da Universidade de Lisboa.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

uma predicação, definir o número de argumentos/participantes envolvidos nesta, prever a relação sintática entre eles e atribuir-lhes papel temático.

“Um processo de *dar-lhes* um bocadinho de limão para eles picarem com o garfo no limão” (CRPC-PF, inq. 0041)

O “verbo predicador não-pleno” diferencia-se do verbo predicador pleno por já apresentar extensão de sentido.

“... as/ correrias e conflictos que se *deram/* no largo do Rocio (...)” [PB escrito, VARPORT, E-B-91-Jn-005] (*deram* = *ocorreram*)

O que se intitula aqui de “verbo predicador a verbo-suporte” permite uma dupla interpretação, ou como pertencente à categoria mais lexical do item (“verbo predicador”) ou como pertencente à categoria léxico-gramatical (“verbo-suporte”). Devido ao seu caráter híbrido, pode partilhar características sintáticas dessas categorias (Cf. parâmetro de persistência em Hopper, 1991).

“O programa é feito por outro, mas nós é que estamos ali sempre *a dar justificações* ao público(...)” (CRPC-PF, inq.0633)

[≅ fornecer explicações e ≅ justificou-se]

O “verbo-suporte” é uma extensão semântico-sintática mais ou menos afastada de verbo-predicador, que se caracteriza por seu papel instrumental na formação de predicados complexos (Dik, 1997). Opera sobre um elemento não-verbal, no sentido de lhe conferir função predicante. Por isso, pode ser chamado de “*operandum* auxiliar de verbalização de elemento não-verbal” (Machado Vieira, 2001). Partilha com o elemento não-verbal a função de atribuir papel temático ao(s) argumento(s) do predicado complexo, porém a força léxico-semântica do predicado complexo resultante dessa operação está no componente não-verbal. O predicado complexo configura-se da seguinte maneira:

{ *Verbo-suporte DAR* [*elemento não-verbal*] } *Predicado Complexo*
(*Arg*₁)...(*Arg*_{*n*}) [(*Arg*_{*n*}) ≥ 0]³

³ (*Arg*_{*n*}) é o número de argumentos que o predicado complexo pode projetar (igual ou maior que zero).

MORFOSSINTAXE

(Ex.: 5) “Esse episódio (...) deu origem às várias nacionalidades (...)” (PB escrito, VARPORT, E-B-91-JN-004)

Distribuição geral dos dados⁴ (total de ocorrências de dar: 406)

Nas categorias em que o verbo ocorre como item lexical, a produtividade de uso é menor [“predicador pleno” (7%) e “predicador não-pleno” (23%)], enquanto na categoria em que *dar* revela comportamento gramaticalizado, a frequência de uso é maior (“verbo-suporte” (43%)). Ao pertencer à categoria funcional “verbo predicador a verbo suporte”, *dar* assume características que podem fazer com que esteja ora mais próximo da categoria de verbo-predicador, ora mais perto da categoria de verbo-suporte. Em relação à frequência, o comportamento de *dar* nesta categoria assemelha-se ao de verbo predicador, já que sua produtividade é baixa em relação à categoria de verbo-suporte [“verbo-predicador a verbo suporte” (26%)].

Essa distribuição dos dados está de acordo com a hipótese segundo a qual, quanto mais gramaticalizado for o item, maior será sua frequência de ocorrência (“token frequency”⁵), pois, com a gramaticalização, o verbo *dar* passa a ser usado de forma automatizada ao acompanhar um elemento não-verbal, fazendo com que sua força semântica seja esvaziada. Por tornar-se verbalizador deste elemento, atribui-lhe função predicante e, assim, permite-lhe atuar como o núcleo semântico do predicado complexo.

Categorias funcionais de <i>dar</i>	PB e PE
Verbo predicador pleno	29/406 7%
Verbo predicador não pleno	94/406 23%
Verbo predicador a verbo-suporte	106/406

⁵ A investigação da frequência fundamentou-se em Bybee (2003). Segundo o autor, a maior frequência de um item faz com que seu uso se torne automático na língua; ou seja, o número de contextos em que ocorre aumenta, fazendo com que sua força semântica seja reduzida e seu significado seja mais geral e abstrato. Propõe, então, o estudo de dois tipos de frequência – de ocorrência (“token frequency”) e de tipo (“type frequency”). Em relação ao primeiro tipo, investigou-se a frequência das categorias às quais *dar* pode pertencer, enquanto, em relação ao segundo tipo, analisou-se a frequência do elemento não-verbal que acompanha as categorias de “verbo predicador a verbo-suporte” e de “verbo-suporte”.

	26%
Verbo-suporte	177/406
	43%

Tabela 1: Distribuição geral dos dados

Distribuição dos dados por variedades nacionais

Categorias funcionais de <i>dar</i>	PB	PE
Verbo predicador pleno	10/268 3%	19/138 14%
Verbo predicador não pleno	63/268 23%	31/138 22%
Verbo Predicador a Verbo Suporte	71/268 26%	35/138 25%
Verbo-suporte	124/268 48%	53/138 39%

Tabela 2: Produtividade das categorias dar por variedades nacionais

Categorias funcionais de <i>dar</i>	Verbo predicador pleno	Verbo pred. não pleno	Verbo pred. a verbo-suporte	Verbo-suporte
PB	10/29 35%	63/94 67%	71/106 67%	124/177 70%
PE	19/29 65%	31/94 33%	35/106 33%	53/177 30%

Tabela 3: Comparação do uso das categorias funcionais de dar entre variedades nacionais distintas

Os resultados apresentados na tabela 2 são bem semelhantes aos apresentados na tabela 1 (distribuição geral dos dados), já que a categoria em que *dar* se apresenta gramaticalizado (“verbo-suporte”) encontra-se, em comparação com as demais categorias, com maior frequência tanto na variedade brasileira (48%), quanto na variedade europeia da língua portuguesa (39%).

Na tabela três, percebe-se que há diferença na produtividade de cada categoria entre as variedades nacionais. No português brasileiro, em comparação ao português europeu, encontra-se, com maior frequência, o verbo *dar* como “verbo predicador não-pleno” (67%), “verbo predicador a verbo suporte” (67%) e “verbo suporte” (70%), enquanto a categoria que se encontra em maior produtividade na variedade europeia é a de verbo predicador pleno (65%).

O resultado da tabela 2 comprova a hipótese de que esse fenômeno ocorre de maneira regular no sistema da língua portuguesa. No entanto, os resultados da tabela três não foram previstos pelas hi-

MORFOSSINTAXE

póteses iniciais, já que se esperava que freqüências semelhantes fossem encontradas nas categorias funcionais entre as duas variedades nacionais. Diferentemente, o que a tabela demonstra é que a gramaticalização de *dar* parece estar mais avançada em Português Brasileiro do que no Português Europeu.

Distribuição dos dados ao longo do século xx

Categorias funcionais de <i>dar</i>	Verbo predicador pleno	Verbo predicador não pleno	Verbo predicador a verbo-suporte	Verbo-suporte
1901-1925	3/10 30%	22/39 55%	14/49 28%	23/79 29%
1926-1950	2/10 20%	6/39 15%	10/49 20%	15/79 19%
1951-1975	2/10 20%	9/39 25%	11/49 22%	11/79 14%
1976-2000	3/10 30%	2/39 5%	14/49 30%	30/79 38%

Tabela 4: Comparação das categorias de *dar* pelo século XX

A tabela 4 demonstra a produtividade de uso de cada categoria investigada ao longo do século XX nos textos jornalísticos escritos. Destacam-se os resultados da última coluna, que corroboram a hipótese inicial de que, quanto mais gramatical for o item (categoria de “verbo-suporte”), maior será sua freqüência de ocorrência (“token frequency”), o que pode ser comprovado, inclusive, ao longo do século (38% de “verbo-suporte” no último período do século XX, contra 29%, 19% e 14% de ocorrência nos primeiro, segundo e terceiro períodos, respectivamente). Também é ocorre uma diminuição da freqüência da categoria “predicador não-pleno” ao longo do século, o que, provavelmente, é resultado de seu uso cada vez mais esvaziado, mais gramatical.

Distribuição dos dados por modalidade expressiva (relativo à amostra de dado do último período do século xx (1976-2000))

Ao analisar cada categoria e sua relação com as modalidades expressivas, é possível perceber que todas as categorias de *dar* depreendidas do *corpus*, das mais lexicais até as mais gramaticais, são bem mais freqüentes na fala do que na escrita. Esse resultado contrariou a hipótese de que, por ser a categoria mais gramatical, o verbo-suporte *dar* apresentaria freqüência de uso semelhante tanto na fala

quanto na escrita. Talvez, o fato de haver diferentes graus de formalidade entre os textos orais e escritos investigados possa ter causado essa diferença, já que os textos orais se constituem de entrevistas e os textos escritos de textos jornalísticos (anúncios, editoriais e notícias). Outra explicação para esse resultado provavelmente possa estar relacionada ao fato de que este item, por ainda estar em processo de gramaticalização, não se expandiu por todos os contextos discursivos com a mesma intensidade.

Categorias funcionais de <i>dar</i>	Verbo pred. pleno	Verbo pred. não pleno	Verbo pred. a verbo-suporte	Verbo-suporte
Fala	19/22 86%	55/57 96%	57/71 80%	98/128 77%
Escrita	3/22 14%	2/57 4%	14/71 20%	30/128 23%

Tabela 5:

Comparação do uso das categorias de *dar* entre modalidades expressivas

Características que afastam dar da categoria lexical e o aproximam da categoria semi-gramatical

Mobilidade do elemento não-verbal

Categorias funcionais de <i>dar</i>	SN posposto sem possibilidade de anteposição	SN posposto com possibilidade de anteposição	SN anteposto
Verbo pred. pleno e V. pred. não pleno	28/140 20%	76/234 32%	19/32 60%
V. pred. a v. suporte	23/140 16%	73/234 31%	10/32 31%
Verbo-suporte	89/140 64%	85/234 36%	3/32 9%

Tabela 6:

Mobilidade do elemento não-verbal relacionado às categorias funcionais de *dar*

A tabela 6 demonstra que a maioria das ocorrências com *dar* que possui um sintagma nominal posposto e sem possibilidade de anteposição pertence à categoria de “verbo-suporte” (64%). Os índices de frequência da posição do sintagma nominal posposto com possibilidade de anteposição são bastante semelhantes entre as categorias de *dar* investigadas. Diferentemente, a maior incidência de sintagma nominal anteposto está na a categoria de “verbo predicador” (pleno ou não) (60%). Nesta posição, o número de ocorrências de verbo-

MORFOSSINTAXE

suporte é bem baixo (9%) em comparação com as demais categorias. Tais resultados evidenciam que a posição anteposta do sintagma nominal contribui para que haja menos integração entre este elemento e o verbo, o que corrobora a hipótese de que *dar* como “verbo predicador” (pleno ou não) seria encontrado em maior número nesta posição do que o *dar* como “verbo-suporte”, que, por fazer parte de um predicado complexo, apresenta elemento incorporado mais integrado ao verbo e, portanto, com uma posição mais fixa. Sendo assim, os resultados confirmam a hipótese de que a posição posposta do elemento não-verbal contribui para que *dar* se afaste da categoria de “verbo predicador” e se aproxime da categoria de “verbo-suporte”.

Natureza do elemento não-verbal

Categorias funcionais de <i>dar</i>	Nome não predicante	Nome predicante
Verbo predicador pleno e Verbo predicador não pleno	121/374 32%	2/32 6%
Verbo predicador a verbo-suporte	104/374 28%	2/32 6%
Verbo-suporte	149/374 40%	28/32 88%

Tabela 7: Natureza do elemento não-verbal

a) Nome Predicante (predicado nominal — nome que projeta uma estrutura argumental: *proteção – dar proteção, sugestão – dar sugestão, contribuição – dar contribuição*)

“(…) nós fomos pela primeira vez de avião... eu fui pro sul... eles (...) deram uma *sugestão*...” [PB oral, VARPORT[culito]]

b) Nome não-predicante

“(…) também deram um *azar* tão grande que logo depois do casamento foi tudo por água abaixo...” [PB oral, NURC, inq. 158]]

Os resultados da tabela 16 demonstram que os nomes não predicantes podem ocorrer adjacentes às categorias de “verbo predicador” (pleno ou não – 32%), de “verbo predicador a verbo-suporte” (28%) e de “verbo-suporte” (40%), o que não demonstra qualquer influência no fenômeno de gramaticalização. No entanto, a maior frequência de nomes predicantes estão vinculados à categoria de “verbo-suporte” (88%), demonstrando que esse tipo de nome colabora

para o caráter ainda mais gramatical do verbo. Portanto, foi confirmada a hipótese de que a frequência do tipo do elemento incorporado ao verbo-suporte (“type frequency”) é um fator relevante para a gramaticalização.

Aspectos estruturais e semânticos que interferem nos diferentes graus de integração entre dar e o elemento não-verbal

Configuração sintática do elemento não-verbal

Investigou-se a configuração sintática do elemento não-verbal adjacente ao verbo *dar*. É possível perceber, através da tabela 8, que os percentuais mais altos de “verbo-suporte” estão presentes nas construções em que não há qualquer elemento adjacente ao elemento não-verbal incorporado a este verbo (52%), e nas perífrases em que há elementos como artigo indefinido (57%) e modificador intensificador antecedido ou não de artigo (51%). Esses resultados confirmam a hipótese de que, pelo fato de o “verbo-suporte” *dar* ter maior grau de integração com o elemento não-verbal ao qual se relaciona, a possibilidade de inserção de elementos intervenientes nesse tipo de perífrase ora é nula, ora é viável apenas ao se tratar de elementos de natureza menos determinante (artigo indefinido e modificador intensificador). Portanto, o “verbo-suporte” e o elemento não-verbal constituem um predicado complexo cuja configuração sintática é mais restrita.

A tabela 9 demonstra o resultado inverso ao da tabela 18. Pode-se perceber que os elementos intervenientes artigo definido e pronome (demonstrativo ou possessivo), quantificador definido ou indefinido e modificador qualificativo (antecedido ou não de artigo) são mais produtivos quando estão adjacentes ao elemento não-verbal que se relaciona ao verbo *dar* na categoria de “predicador pleno ou não pleno” (46%, 75% e 36%, respectivamente). O índice de elemento modificador qualificativo é também alto (43%) quando está adjacente ao elemento não-verbal que se relaciona à categoria de “verbo predicador a verbo-suporte”, demonstrando o caráter híbrido dessa construção. Tais resultados colaboram para que se defenda a hipótese de que as categorias mais lexicais de *dar* não possuem grau de integração tão elevado com o elemento não-verbal ao qual se relacionam

MORFOSSINTAXE

e, portanto, sua configuração sintática é menos restrita, ou seja, elementos mais determinantes como artigos definidos, pronomes e modificadores podem acompanhá-las.

Categorias funcionais de <i>dar</i>	Nenhum elemento adjacente	Artigo indefinido	Modificador intensificador antecedido ou não de artigo
Verbo pred. pleno e Verbo predicador não pleno	35/161 22%	18/77 24%	10/33 31%
Verbo predicador a verbo-suporte	42/161 26%	15/77 19%	6/33 18%
Verbo-suporte	84/161 52%	44/77 57%	17/33 51%

Tabela 8: Configuração sintática do elemento não-verbal

Categorias funcionais de <i>dar</i>	Artigo def. ou pron. demonstr./ poss	Quantificador definido ou indefinido	Modificador qualificativo
V.pred.pleno e V.pred. não pleno	26/58 46%	12/16 75%	22/61 36%
V.predicador a v.suporte	16/58 27%	1/16 6%	26/61 43%
V.suporte	16/58 27%	3/16 19%	13/61 21%

Tabela 9: Configuração sintática do elemento não-verbal

Possibilidade de permuta do item verbal que já apresenta algum grau de gramaticalização

Percebe-se, através da tabela 10, o “verbo-suporte” é a categoria verbal em que há um alto índice da não possibilidade de substituição por qualquer outra categoria verbal (95%) (*dar* cabo - ?? cabo). Sua frequência também é alta ao permitir apenas a comutação por outro verbo-suporte (70%) (*dar* sinal - *fazer* sinal). Diferentemente, a comuta por um “verbo predicador” mostra-se bastante baixa (28%) (*der* bobeira - *marcar* bobeira).

Ao pertencer aos casos de fronteira (categoria de “verbo predicador a verbo-suporte”), *dar* possibilita a substituição por “verbo predicador” em índice elevado (71%) (*dá* desenvolvimento - *promove* desenvolvimento). A produtividade também é elevada quando essa categoria híbrida permite a substituição por verbos que pertencem às categorias de “verbo predicador” e de “verbo predicador a verbo-

suporte” ao mesmo tempo (61%) (dar a notícia – *transmitir* a notícia/*passar* a notícia).

Esses resultados foram previstos pela hipótese de que, por fazerem parte de um predicado complexo com maior integração entre verbo e elemento não-verbal, a categoria de “verbo-suporte” possui menor possibilidade de substituição, enquanto a categoria de “verbo predicador a verbo-suporte”, por participar de estruturas com menor grau de integração entre verbo e nome, permite a substituição por tipos distintos de verbos.

Categorias funcionais de <i>dar</i>	Não é possível	Substituição por verbo-suporte	Subst. por v.pred. ou por v.pred. a v.Suporte	Subst. por V.Suporte
Verbo predicador a verbo-suporte	5/113 5%	10/34 30%	37/60 62%	54/76 71%
Verbo-suporte	108/113 95%	24/34 70%	23/60 38%	22/76 29%

Tabela 10: Possibilidade de substituição do verbo

CONCLUSÃO

Observou-se que o verbo-suporte *dar* em relação às outras categorias investigadas é mais recorrente na fala do que na escrita, no último período do século XX (1976-2000) e no português brasileiro.

A pesquisa possibilitou o conhecimento dos seguintes fatores quanto à gramaticalização de *dar*, de verbo-predicador a verbo-suporte: (i) o alto índice de frequência de ocorrência (“token frequency”) quando se apresenta na categoria mais gramatical e (ii) a natureza, em geral, predicante do elemento não-verbal incorporado a ele quando ocorre como verbo-suporte e (ii) a posição fixa desse elemento.

A continuidade da pesquisa possibilitará a descoberta de outros aspectos que influenciam a gramaticalização de *dar* e a delimitação de um *continuum* de níveis de integração entre o verbo e o elemento não-verbal que o acompanha no predicado complexo.

MORFOSSINTAXE

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BYBEE, Joan. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. **In:** Joseph, Brian & Janda, Richard(eds). *A handbook of historical linguistics*. Blackweel, 2003, p. 602-623.

DIK, Simon C. *Theory of Functional Grammar*. Ed. por Kees Hengeveld. Berlin: Mounton de Gruyter, 1997, 2 v.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (orgs.) *Lingüística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HEINE, Bernd *et alii*. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

MACHADO VIEIRA, Marcia dos S. *Sintaxe e semântica de predicções com verbo fazer*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, UFRJ. Tese de Doutorado, 2001.

TAYLOR, John R. *Linguistic categorization: prototypes in linguistic theory*. 2ª ed. Oxford: Calderon Press. [1989], 1995.

A GRAMATICALIZAÇÃO DO ITEM ATÉ

Christiana Lourenço Leal
christiana1@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Os estudos lingüísticos mais recentes passaram a ser feitos a partir de uma abordagem que se baseia na língua em uso, ou seja, que estuda a língua como um processo e não como um conjunto de nomenclaturas e funções estanques. Assim, o estudo do discurso, como produto coletivo, tem ganhado cada vez mais espaço na análise lingüística.

Essa nova postura caracteriza, principalmente, o pensamento Funcionalista, segundo o qual os estudos lingüísticos devem ser baseados no uso, analisando-se, assim, não só as pressões do contexto de uso, mas também fatores sociais e interpessoais. Isso tudo se opõe diretamente à corrente Formalista de análise da língua, que privilegia o estudo da forma em detrimento do estudo da função.

A gramaticalização, um dos principais estudos de base funcionalista, é a base teórica deste trabalho, uma vez que a presente pesquisa nasceu da necessidade iminente de descrição de um item lingüístico a partir de seu uso. Então, tomando como base as principais teorias sobre gramaticalização, seus princípios e funções na língua, faz-se, neste estudo, uma análise do item *até* em seus diferentes usos e funções, de modo a comprovar que o item passa por uma escala de abstratização que caminha em direção ao discurso e à argumentatividade.

Há, na Língua Portuguesa, pelo menos três diferentes usos para o item *até*: 1º) o uso espacial, 2º) o uso temporal e 3º) o uso textual. Com base nestes usos, pretende-se comprovar a hipótese de que o item *até* vem sofrendo um processo de gramaticalização, sobretudo no que se refere aos princípios de Hopper (1991) e à teoria localista de Lyons (1970).

MORFOSSINTAXE

A proposta de análise desenvolvida neste trabalho¹ baseia-se no estudo das diferentes etapas do *continuum* de gramaticalização (ESPAÇO > TEMPO > TEXTO) pelo qual o item passa, desde ocorrências mais concretas até as mais abstratas. Construiu-se, então, uma escala de abstratização pela qual passa o item *até*, objeto de estudo deste trabalho, observando uma aproximação cada vez maior da gramática com o discurso, através dos exemplos recolhidos dos *corpora* D&G/RJ (Projeto Discurso e Gramática) e NURC/RJ (Projeto Norma Culta Urbana).

O QUE É GRAMATICALIZAÇÃO?

Os estudos sobre gramaticalização iniciam-se na China, no século X e se tornam mais significativos no século XVIII na França, com Condillac e Rousseau, e na Inglaterra, com Tooke. Posteriormente, vieram os estudos alemães, com Bopp e Humboldt, dentre outros e os estudos americanos, com Whitney, todos do século XIX (cf. Neves, 2004).

No entanto, foi através do trabalho de Meillet, no século XX, que a gramaticalização ganhou sua primeira definição: “*atribuição de um caráter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma*” (cf. Neves, 2004, p. 113).

Essa passagem de léxico para gramática se dá, sempre, através de um *continuum*, ou seja, não é repentinamente que ocorre a transformação, mas, sim, através dos usos em diferentes contextos e durante um período significativo de tempo. Assim, é evidente que se encontrará sempre uma fase de ambigüidade no processo, visto que há palavras ou expressões que, durante uma época, podem funcionar tanto como autônomas (lexicais), quanto como gramaticais, até que a segunda ocorrência sobreponha-se à primeira.

Após Meillet (1948), nada de muito importante foi alterado na teoria. Todavia, na década de 70, Givón (1971, *apud* Neves, 2004)

¹ A pesquisa aqui descrita constitui parte de minha dissertação de Mestrado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, intitulada “As funções do item *até*: um estudo sintático-argumentativo”.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

inicia um processo, cujo slogan é “A morfologia de hoje é a sintaxe de ontem”, isto é, o que hoje é, por exemplo, um afixo ou uma desinência, já foi item de encadeamento sintático no passado.

Mais adiante, tendo em vista o maior estudo sobre processos discursivos, Givón (1971, *apud* Neves, 2004), influenciado pelas crescentes pesquisas em pragmática, acrescenta que “A sintaxe de hoje é o discurso pragmático de ontem”, do qual se sugere um *continuum* de gramaticalização.

Segundo Hopper (1991), que rejeita a noção de gramática estável através do conceito de “gramática emergente”², é gramaticalização qualquer transformação que ocorra em qualquer uma das etapas deste *continuum*. O processo que passa por todas as fases do *continuum* é apenas um caso prototípico, mas não indispensável.

Há, ainda, estudos sobre o fenômeno da *discursivização* que seria um “processo em que os elementos perdem função lexical e gramatical para ficar a serviço da organização da linha de raciocínio da fala” (cf. Martelotta, 1996, p. 261-262). Estes elementos passam a funcionar como *marcadores discursivos* que podem marcar uma retomada de raciocínio, uma pausa para reflexão sobre o que se vai dizer, enfim, são reorganizadores do discurso e preenchedores de pausa.

Possivelmente, quando o processo de gramaticalização tende a formar palavras que servem ao discurso, como os operadores argumentativos, por exemplo, a discursivização acaba acontecendo como consequência. Mais adiante, prova-se que este raciocínio se aplica ao fenômeno que se está estudando, ou seja, à gramaticalização do item *até*.

A gramaticalização é, portanto, a “investigação dos processos através dos quais um item lexical se transforma em um item gramatical ou, então, como um item gramatical se torna ainda mais gramatical” (cf. Naro & Braga, 2000).

² Na gramática emergente, segundo Hopper (1991), a estrutura origina-se do discurso e é moldada por ele; para o autor, não há gramática, há gramaticalização, isto é, cristalização das formas discursivas mais produtivas.

MORFOSSINTAXE

A relação entre gramaticalização e gramática é outro ponto que merece atenção. Segundo Poggio (2002), a gramaticalização é vista como um processo de criação da gramática através da necessidade discursiva. Dessa forma, percebe-se que a gramaticalização é um processo de enriquecimento da gramática que, não estando pronta, recebe constantemente novos itens derivados de mecanismos funcionais, o que vai ao encontro da gramática emergente de Hopper (1991).

Poggio (2002, p. 61) ressalta que J Bybee & W. Pagliuca (1994) assinalam que, do sentido lexical, desenvolve-se o gramatical, *“através de um processo de generalização ou enfraquecimento semântico e um dos mecanismos usados é a extensão metafórica”*.

A metáfora parece ser, portanto, um dos mecanismos para que uma palavra ou uma construção deixe de ser autônoma e passe a gramatical. No fenômeno estudado neste trabalho, a metáfora é o principal componente, uma vez que a transferência de limite espacial para limite textual, promovida pela gramaticalização do item *até*, é devida a um enfraquecimento semântico do item original, com manutenção de algumas características.

De acordo com Castilho (1997), há um ritmo unidirecional nos processos de metáfora. Percebe-se um movimento que vai do sentido básico, mais concreto, discursivamente motivado, para sentidos derivados, mais abstratos, estruturalmente motivados. Na verdade, é importante observar que o processo de gramaticalização é caracterizado, simultaneamente, por perdas e ganhos semânticos, já que, ao mesmo tempo em que perde características funcionais e de significação da forma original, a forma gramaticalizada toma contornos próprios, adquirindo novas funções e novos sentidos.

A partir desse estudo sobre a metáfora na gramaticalização, surgem inúmeras pesquisas. Uma delas é a que resultou na teoria localista (cf. G Lakoff & M Johnson, 1980 e Lyons, 1970), segundo a qual a formação de novas estruturas lingüísticas parte de conceitos espaciais, ampliando-se para conceitos temporais e para outros ainda mais abstratos. Dessa forma, a gramaticalização seguiria a direção ESPAÇO > TEMPO > TEXTO.

O objeto desta pesquisa, o item *até*, é exemplo característico dessa teoria, pois originalmente tem significação de limite espacial, passa pela significação de limite temporal e pela de limite argumentativo, até chegar a uma perda total da noção de limite, quando se caracteriza como sendo um marcador discursivo.

O ITEM *ATÉ* EM UMA ESCALA DE ABSTRATIZAÇÃO

Procura-se demonstrar, aqui, por meio de exemplos, que o item *até* se encaixa nas teorias que definem o mecanismo de gramaticalização, a fim de comprovar que a passagem de +concreto a +abstrato que o item sofre, sincronicamente, na Língua Portuguesa, é, de fato, um caso de gramaticalização de um elemento lingüístico.

As principais definições encontradas sobre o item *até* nos dicionários, dentre os quais destacamos Ferreira (1999) e Houaiss (2001) apontam que, enquanto preposição, o item pode indicar limite no tempo ou no espaço. Pode ser, ainda, classificado como advérbio, quando é sinônimo de *ainda*, *inclusive*, *mesmo* e *também*.

Parece claro, portanto, que a idéia de limite veiculada pelo item *até* perpassa todas as definições encontradas. Ainda que este limite passe do concreto (espaço e tempo) ao abstrato (texto), a idéia é mantida.

É importante frisar, também, que ambos os dicionários mostram que, ao mudar a significação, o item pode mudar sua classe gramatical e, conseqüentemente, suas propriedades funcionais, como, por exemplo, a mobilidade na sentença. Tanto Ferreira (1999) quanto Houaiss (2001), afirmam que o item *até* aparece primeiramente como sendo uma preposição e, posteriormente, quando utilizado em outros contextos, o mesmo item passa a ser classificado como um advérbio. Isso acontece porque, funcionalmente, um item pode mudar suas propriedades sintáticas devido a uma aplicação diferenciada no uso.

Essas definições de *até* são as mais recorrentes e dicionarizadas. No entanto, de acordo com a pesquisa efetuada, as significações do item *até* não param por aqui. Há um estágio ainda mais abstrato em que se percebe que ele funciona como um marcador discursivo,

MORFOSSINTAXE

facilmente retirável do co-texto sem perda gramatical, e de significação praticamente vazia no contexto.

Com os exemplos que se mostram mais adiante, pretendeu-se confirmar a proposta da seguinte escala de abstratização:

+ concreto		+ abstrato	
-----/-----/-----/-----→			
Até espacial	Até temporal	Até textual	Até textual
(op. argum.)		(marc. discurs.)	

Nesta escala, optou-se por classificar o item de acordo com sua significação somada à sua aplicação no discurso. Sendo assim, as duas primeiras ocorrências são chamadas de “até espacial” e “até temporal”, pois o item funciona, nestes casos, como limitador de espaço e de tempo, respectivamente. Nos outros dois casos, o *até* existe em função do texto, por isso chamam-se essas ocorrências de “até textual”. Foi necessário, também, fazer uma diferenciação entre “até textual” operador argumentativo e marcador discursivo (noções que serão definidas detalhadamente mais adiante, quando se analisarem exemplos que se encaixam nesses dois últimos pontos da escala), devido à maior ou menor funcionalidade na argumentação.

Parte-se, agora, para a análise de alguns exemplos dos *corpora*, a fim de comprovar a existência da escala de abstratização antes proposta. Para tal, separam-se os exemplos em grupos, de acordo com a funcionalidade exercida por cada um dos casos.

GRUPO I: ATÉ ESPACIAL

(1): Ele me pediu licença e disse vou *ATÉ* o portão e rápido... mais aí esse rápido estava ficando demorado... aí eu resolvi verificar e fui ao chegar lá o que vejo ele nos braços da outra aos beijos quando eu vi... (D&G, informante de CA supletivo)

Em (1), o item *até* é utilizado como uma preposição, de acordo com a classificação da GT, pois relaciona dois termos, subordinando-os (o verbo ir e o lugar – portão – limite até onde se vai). Esse uso é um dos mais comuns encontrados nesta pesquisa. A preposição encabeça um sintagma preposicional (“até o portão”) que funciona como adjunto adverbial de lugar, modificador direto do verbo.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

(2): ... um monte de malandro aí do morro... aqui no morro de Parada de Lucas... foi e assaltou ela... levaram ela... bateram nela... levaram todo o dinheiro que ela tinha... depois... fizeram ela descer do ônibus... vir a pé ATÉ em casa... tomaram o sapato dela... (D&G, informante de CA supletivo)

Em (2), o uso de *até* é bastante parecido com o do primeiro exemplo. No entanto, há um caso particular, aqui: o uso de uma outra preposição (em), indicativa de lugar, logo após à também preposição *até*. Apesar dessa diferença, o item, neste exemplo, também veicula idéia espacial, indicando limite até onde se vai em um espaço. Observe-se, ainda, que o verbo que está sendo modificado pelo sintagma preposicional em função de adjunto adverbial (“até em casa”) é o mesmo: o verbo *vir*. A maior ocorrência de casos como estes ocorre com verbos de movimento como *ir*, *vir*, *andar* etc.

Baseando-nos nesses exemplos, bem como nos outros encontrados na pesquisa, observa-se que o uso espacial do *até* é o mais concreto de todos. Indica uma limitação concreta no espaço, na maioria das vezes, relacionada a verbos de movimento, ou seja, o *até* inicia os sintagmas que indicam onde o movimento representado pelo verbo parou.

GRUPO II: ATÉ TEMPORAL

(3): ...faço instalação lá... a... a que eu gosta/ ATÉ hoje a que eu aprendi... sei fazer melhor... é a instalação de... de três pontos de luz com um interruptor de duas seções... faz várias emendas... né? (D&G, informante de segundo grau)

Em (3), a própria presença de um adjunto adverbial de tempo (“hoje”) evidencia o caráter temporal da sentença. O item *até* vem indicar um limite em relação a esse tempo. Na verdade, a expressão “até hoje”, é bastante usual em contextos em que se quer dizer que, desde algum tempo até o presente momento, ocorre (ou deixa de ocorrer) alguma ação. Da mesma forma que, no exemplo (3), o informante diz que o que ele aprendeu *até hoje* foi “a instalação de três pontos de luz com um interruptor de duas seções”; ele poderia ter dito que *até hoje* não aprendeu outra instalação que não essa. O uso de *até hoje*, em geral, mostra algo permanente que se vem tentando realizar e ainda não se conseguiu (“até hoje espero pelo seu telefone-

MORFOSSINTAXE

ma”, “até hoje não aprendi a dançar tango”, “até hoje não esqueci aquela noite”...).

(4): ... depois lava... aí põe o óleo na frigideira... deixa ficar lá... um tempo... e depois põe a batata frita lá dentro... e espera... ATÉ ela ficar boa... (D&G, informante de segundo grau)

O exemplo (4) representa um tipo de texto em que é muito comum o uso do item *até* com idéia de limite temporal: a receita. Geralmente, no “modo de preparo” das receitas é muito fácil encontrar idéias de limite, ou seja, até quando se deve realizar um procedimento e o momento de passar para outro. A principal diferença deste uso é que o *até* encabeça uma oração reduzida de infinitivo (“até ela ficar boa”), mostrando que a preposição pode funcionar como conector oracional.

GRUPO III: *ATÉ* TEXTUAL – OPERADOR ARGUMENTATIVO

Nos exemplos deste grupo, inserem-se todas as ocorrências de *até* como estratégia argumentativa, isto é, aquelas que chamam a atenção do interlocutor para as intenções comunicativas do produtor do discurso.

Segundo Martelotta (1996, p. 194), “operadores argumentativos são elementos que, além de desempenhar funções de caráter basicamente gramatical, dão uma orientação argumentativa ao discurso”. De acordo com Anscombe & Ducrot (1976), alguns dos principais autores da Semântica Argumentativa, os operadores argumentativos são elementos gramaticais que têm como função indicar a força argumentativa dos enunciados e a direção que devem tomar, bem como encadeá-los, formando textos. Sendo assim, eles constituem uma relação direta entre a língua e o discurso, uma vez que são elementos gramaticais que funcionam como orientadores discursivos.

Dentre os exemplos de *até* - operador argumentativo, os mais frequentes são os casos em que a preposição *até* passa a funcionar como o que Koch (2003, p. 31) classifica como “operadores que assinalam o argumento mais forte de uma escala de orientação no sentido de determinada conclusão”. A autora exemplifica este grupo com *até*, *inclusive*, *mesmo* e *até mesmo*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

(5): ...porque o cara não define um plano... econômico pro país... depois... isso é muito ruim... porque se tivesse um plano já definido... ATÉ investimentos estrangeiros podiam vir pro:... pro Brasil... né? (...) as pessoas preferem investir ATÉ na África... pô... no/ na Ásia do que investir no Brasil... (D&G, informante de terceiro grau)

Em (5), a idéia que se quer transmitir é de que *mesmo* investimentos estrangeiros, que não vêm de forma fácil, poderiam chegar ao Brasil, caso tivéssemos um plano econômico. Assim, o Brasil seria bastante beneficiado ao criar um plano econômico, tanto que *até* investimentos estrangeiros apareceriam.

Ainda no mesmo exemplo, mostra-se que *mesmo* um continente como a África, cuja “imagem” é inferior à do Brasil em diversos aspectos, acaba recebendo mais investimentos estrangeiros que o Brasil. Através dessa contra-expectativa, o informante defende sua idéia de que a criação de um plano econômico seria realmente vantajosa para o Brasil, tendo em vista que utiliza idéias limites em sua argumentação.

(6): ...sabe? pra você ter um segundo grau... você vê por aí que quase não tem vagas... eles não estão dando prioridade... o ensino está horrível... pela greve que estão/ e... e... pela greve que eles fazem... né? e:: ATÉ mesmo pra você entrar numa faculdade hoje em dia tá? você tem que disputar com muita gente são... são pouquíssimas faculdades pra muita gente que quer fazer... (D&G, informante do segundo grau)

A tese que se pretende defender no exemplo (6) é a questão da precariedade do ensino. Como argumentos, o falante vai citando uma série de exemplos como a greve, o descaso governamental, etc. Além desses todos, ele cita que *até* para entrar em uma faculdade atualmente há problemas.

Portanto, para ele, não deveria haver problemas para ingressar no nível superior e, diante de tantos outros empecilhos para o bom ensino, este parece ser o mais absurdo, tanto que ele usa o grupo “até mesmo” iniciando-o. Dessa forma, o fato de que a disputa pelo ensino superior tem sido violenta, na opinião do informante, é um exemplo máximo da caracterização de que há problemas com o ensino.

O uso de *até* como operador argumentativo é diretamente proveniente de um processo metafórico ESPAÇO > TEMPO > TEXTO, previsto por Heine *et alli* (1991), em que o item argumenta-

MORFOSSINTAXE

tivo, de modo análogo, ainda mantém propriedades dos itens espacial e temporal.

Assim, conclui-se que o grupo III abarca os usos do item *até* presentes em textos argumentativos, nos quais se pretende defender uma posição. A hipótese que se defende aqui é a de que o aparecimento desse item se justifica em textos como esse, justamente pela idéia de limite que ainda carrega do “*até* espacial”.

Ao indicar um limite na argumentação, o item *até* acaba iniciando o argumento considerado mais forte pelo falante. É como uma “cartada final” na linha da argumentação. O falante vai citando seus argumentos que justificam sua tese até que apresenta o último deles, o mais forte e relevante para que se chegue à sua conclusão.

Justamente por se tratar de um caso de gramaticalização, ao passar pelo *continuum*, a transferência de um valor de *até* para outro não se dá de maneira imediata. Há, entre as fases, estágios de ambigüidade entre os usos, que justificam que o estudo em questão seja chamado de gramaticalização.

(7): eh... uma certa vez eu... estava saindo do... do banheiro... enrolado na toalha... estava ATÉ meio molhado ainda... né? aí... tranquei a porta do quarto da... da minha mãe... (D&G, informante de segundo grau)

Em (7), mesmo que seja possível substituir o *até* por *inclusive*, que é uma das principais características dos exemplos do grupo III, parece claro que o item *até* serve muito mais como um reforço na fala do informante do que propriamente como um indicador de limite de argumentação. Dessa forma, dizer “estava *até* meio molhada” e “estava meio molhada” não chega a significar uma diferença no processo de argumentação.

Há, é claro, uma interpretação que faz com que seja possível classificar esse *até* como operador argumentativo: o emissor estava mesmo acabando de tomar banho, pois estava inclusive ainda meio molhado. Assim, o item *até* poderia funcionar como o indicador de um argumento que confirme o que se vinha falando. Parece, no entanto, que esta interpretação depende de tantos fatores externos ao texto que é melhor analisar o exemplo (7) como um caso intermediário entre os grupos III e IV. Esta análise é perfeitamente plausível,

uma vez que a gramaticalização prevê estágios intermediários no *continuum* do processo.

GRUPO IV: ATÉ TEXTUAL – MARCADOR DISCURSIVO

A principal característica dos exemplos que constam no grupo IV é a possível retirada do item *até* das sentenças de que faz parte, sem prejuízo para o entendimento do interlocutor. Sua ausência não causaria prejuízo na argumentação, já que não faz substancial diferença na interpretação do discurso.

Os exemplos deste grupo apontam para uma discursivização do item *até*, pois as idéias de inclusão e de limite encontram-se totalmente esvaziadas.

Segundo Martelotta (1996, p. 195), tanto operadores argumentativos quanto marcadores discursivos operam no nível do discurso. Para ele, qualquer elemento de função textual cumpre sempre uma função orientadora da interação. O que os diferencia é que os marcadores discursivos “*estão mais ligados ao processo da discursivização, uma vez que assumem funções mais voltadas para a orientação da interação*”.

Ex. (8): também não... de... ATÉ... eu venho do cedo pra cidade né? eu quase... eu chego na cidade sete horas né? (NURC-RJ, inquérito d2-296)

Considera-se, nesta pesquisa, que este caso faz parte do último estágio do processo de abstratização do item *até*. Parece mais correto afirmar, neste ponto, que este estágio final representa um processo de discursivização, tendo em vista que, agora, o item *até* funciona como encadeador discursivo e não resta a ele mais nenhuma significação que estava presente nas suas outras ocorrências.

CONCLUSÃO

Deseja-se que, com este trabalho, tenha ficado claro que, de acordo com os princípios de gramaticalização propostos por Hopper (1991), bom como segundo a teoria localista de Lyons (1970), por mais de uma evidência, pode-se tratar a questão da abstratização do item *até* como um caso de gramaticalização.

MORFOSSINTAXE

Além disso, pretendeu-se provar que os estudos sobre gramaticalização contribuem para uma análise lingüística real, visto que a gramaticalização é um processo que reflete o uso lingüístico.

Dessa forma, acredita-se que este trabalho, bem como a dissertação de mestrado que se desenvolveu a partir dele, contribuam para os estudos lingüísticos, inclusive no que diz respeito às questões de ensino.

BIBLIOGRAFIA

CASTILHO, Ataliba T. de. A gramaticalização. **In.**: *Estudos lingüísticos e literários*, 19. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da UFBA, 1997, p. 25-64.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio do século XXI - O dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GIVÓN, *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike & HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization – A conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HEINE, Bernd. Grammaticalization. **In.**: JOSEPH, Brian & JANDA, Richard D. (eds.) *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003, p. 575-601.

HOPPER, P. J. On some principles of grammaticization. **In.**: TRAUGOTT, E. C. & HEINE, B. (eds) *Approaches to grammaticalization*. v.1. Philadelphia: John Benjamins Company, 1991.

HOPPER, P. & TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2001.

KOCH, Ingedore Villaça. *A interação pela linguagem*. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Metaphors We Live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LYONS, John. *Linguagem e lingüística – uma introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1970.

MARTELOTTA, M., VOTRE, S., CESÁRIO, M. *Gramaticalização no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

NARO, A. J. & BRAGA, M. L. A interface sociolingüística/gramaticalização. *Revista Gragoatá*, nº 9, p. 125-134, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes. *Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português: uma abordagem funcionalista*. Salvador: EDUFBA, 2002.

MORFOSSINTAXE

A GRAMATICALIZAÇÃO DO VERBO *IR* EM PREDICAÇÕES COMPLEXAS

Vinicius Maciel de Oliveira (UFRJ)
movinicius@bol.com.br e vmoliveira@vista.aero

INTRODUÇÃO

Ir apresenta uma aparente produtividade no que concerne à formação de estruturas perifrásticas. Esse item verbal pode participar na estruturação de perífrases que, em muitas vezes, concorrem num mesmo domínio funcional com formas simples. Acompanhado de um infinitivo, *ir* pode designar: (i) futuro do presente (*amanhã, vou descansar*); (ii) pretérito perfeito (*ontem, fui trabalhar na escola*); e (iii) futuro do pretérito (*eu ia/iria estudar, se fosse possível*).

Os exemplos listados são prototípicos e podem facilmente, sem alteração de sentido, ser substituídos por formas simples correspondentes. Entretanto, nem sempre essa permuta é possível por conta de sentidos ambíguos que, num complexo verbal³ *ir* pode suscitar (*toda sexta, eu ia correr no parque*). Nesse caso, ele poderá ser tanto analisado como um verbo predicador (doravante, $V_{\text{predicador}}$), como um verbo auxiliar (doravante, V_{auxiliar}).

Acredita-se que essa ambigüidade é gerada pelo grau de integração (*ir* + forma verbal), isto é, quanto maior for esse grau, mais *ir* será reanalisado como um V_{auxiliar} evidenciando um, também, alto nível de gramaticalização de *ir*. Por outro lado, quanto menor for o grau de integração, mais *ir* se comportará como um $V_{\text{predicador}}$, caracterizando um baixo nível de gramaticalização. Segundo Silva Menon (2003), a estrutura *ir* + infinitivo ainda encontra alguns contextos de resistência para que a gramaticalização se complete.

Este trabalho, pois, centra-se na investigação do comportamento sintático-semântico de *ir* em predicções complexas de modo

³ Neste trabalho, são entendidas como complexos verbais, estruturas formadas a partir de mais de uma forma verbal que podem ser analisadas como dois predicadores distintos, não formando, necessariamente, uma perífrase, que é entendida como uma única informação predicante equivalendo-se ao que as gramáticas tradicionais chamam de locuções verbais.

a categorizar em qual nível de gramaticalização se encontra cada uso, com base em dados do Português do Brasil falado de três faixas etárias de diferentes escolaridades⁴. Tenciona-se também um estudo sobre o grau de integração (*ir* + forma verbal), considerando o pressuposto de que tal investigação possa relacionar-se com o processo de gramaticalização.

ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Este estudo pauta-se na relação entre sistema gramatical e funcionalidade discursiva, pois se crê que a estrutura gramatical se presta a estabelecer propósitos comunicativos. Dessa forma, assume-se que implicações discursivas contribuam para uma especialização da estrutura gramatical, ou seja, pressões comunicativas podem afetar, sob alguma medida, unidades do sistema lingüístico. Nesse sentido, elabora-se uma pressuposição de que *ir* quando inserido num contexto pragmático pode assumir características destoantes da prototípica – V_{predicador}.

As orientações teórico-metodológicas específicas constituem-se do modelo configuracional de predicções de Dik (1997) e do conceito de gramaticalização de Heine *et alii* (1991), assim como dos esquemas cognitivos derivados desse processo que motivam a formação dos verbos auxiliares (Heine, 1993).

O enfoque funcionalista de Dik (1997) proporciona suporte para a descrição e análise das predicções por meio dos marcos predicativos, que devem proporcionar informações diversas sobre um predicado, a saber: (i) sua forma léxica; (ii) a categoria sintática a que pertence; (iii) o número de argumentos que requer; (iv) as restrições de seleção que o predicado estabelece sobre seus argumentos; e (v) as funções semânticas que realizam os argumentos.

Heine *et alii* (1991) apresentam pressupostos funcionalistas de ordem cognitiva e comunicativa para explicar o processo de gramaticalização. Os autores listam seis fatores cognitivos para esse

⁴ Os dados foram coletados do banco de dados da fala infantil e da amostra censo 2000 do Projeto PEUL (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua).

MORFOSSINTAXE

processo: (i) proposição de localização (*X está em Y*); (ii) proposição de movimento (*X se move para Y*); (iii) proposição de ação (*X faz Y*); (iv) proposição de parte-todo (*X é parte de Y*); (v) proposição de igualdade (*X é como Y*); e (vi) proposição de companhia (*X está com Y*). A partir de associações via metáfora e metonímia, os autores explicam como estruturas passam por uma abstratização gradativa, perdem conteúdo lexical (*bleaching*) e assumem um comportamento que as incluem numa categoria mais gramatical. Vale frisar que, de acordo com os autores, o contexto comunicativo induz uma alteração sintático-semântica, pois implicações de ordem pragmática são determinantes para uma reformulação de unidades e/ou estruturas do sistema lingüístico.

A contribuição teórico-metodológica de Heine (1993) representa uma das fundamentais bases para este estudo, no que concerne às motivações para a formação de verbos auxiliares. Em uma investigação na qual o autor busca mostrar padrões gerais nas línguas de formação dos auxiliares, há, também, a tentativa de se explicar de que maneira a operação mental se relaciona com recategorização lingüística. Essa obra apresenta os conceitos de básicos de gramaticalização apreciados em Heine *et alii* (1991), mas o foco investigativo é a aplicação ao fenômeno da auxiliarização.

ANÁLISE DOS DADOS

Verbo predicador

De acordo com Heine (1993), todos os verbos auxiliares num dado momento já foram verbos simples. Esse fato evidenciado pelo autor justifica o intento de apresentar a configuração prototípica de *ir* como base de compreensão do processo de auxiliarização.

O $V_{\text{predicador}}$ *ir* requer dois argumentos manifestados pelo sujeito (agente) [+] animado, e por um complemento circunstancial⁵.

⁵ Segundo Rocha Lima (2006), complemento circunstancial é uma especificidade de alguns verbos que passam a idéia de circunstância (transitivos circunstanciais).

Essa configuração caracteriza-se pelo marco predicativo básico que se segue, no qual cada X é um dos argumentos de *ir*.⁶

IR _V	(x ₁ : animado (x ₁) _{Agente}	(x ₂ : inanimado (x ₃) _{Meta}
=	(x ₁ : sujeito [+] animado) _{Agente}	(x ₂ : comp. circ. [-] animado) _{Meta}

Quadro 1: Marco predicativo básico de *ir*.

- (1) *Aí eu vou no sítio menos vezes, né.* (01Mar-BDFI-FA)⁷
- (2) *Já passei por um perigo sim. Acho que eu já passei por esse perigo umas...[umas] três vezes. Uma vez eu tava dentro de casa, meus irmão (ruído de água) (inint) meu irmão tava lá fora, aí começou o tiro-teio, aí eu fui lá fora assim mesmo no meio dos tiros vê onde ele estava.* (T07Adr-AC-FB)
- (3) *Ele fez com que as pessoas fossem até a igreja, né? pra dançar, cantá, eu gostei, gostei muito.* (T22Ana-AC-FC)

A configuração básica envolve entidades do mundo real, ou seja, há (i) um agente, (ii) o deslocamento e (iii) o local para onde se desloca. Segundo Dik (1997), a relação entre agente e meta constitui-se de um estado de coisas caracterizado pelo autor sob dois parâmetros: Dinamismo e Controle. Predicações nucleares com *ir* (cf. os exemplos anteriores) caracterizam-se por evidenciar um estado de coisas dinâmico e controlado, ou seja, da interação entre o predicado (*ir*) e os termos, resulta o estado de coisas dinâmico, no qual o sujeito (agente) é o controlador e o complemento circunstancial (meta) é o controlado.

	ESTADO DE COISAS		TIPO DE ESTADO DE COISAS
Predicador <i>ir</i>	+ Dinâmico	+ Controlado	Ação

Quadro 2:

Caracterização do comportamento básico de *ir* como predicador simples.

⁶ Há outra configuração considerada também prototípica em que *ir* projeta dois argumentos internos (um ponto no espaço de partida e outro de chegada): [*ele*] *foi do colégio direto pra lá.*

⁷ Os exemplos seguem a seguinte ordem de informações: 1º código do documento; 2º nome do banco de dados (são dois apenas: AC → Amostra censo 2000 e BDFI → Banco de dados da fala infantil); e 3º a faixa etária em questão (Faixa A → infantil, Faixa B → juvenil e Faixa C → adulta).

MORFOSSINTAXE

De predicador a auxiliar

Uma das funções mais freqüentes de *ir* é o seu papel como V_{auxiliar} . A noção gramatical de tempo de que participa varia conforme. Nesta investigação, contemplam-se três tipos de construções com *ir*: as que designam futuro do presente, futuro do pretérito e pretérito perfeito.

Em todas as funções consideradas, *ir* perdeu características de $V_{\text{predicador}}$ e ganhou outras de V_{auxiliar} . O processo pelo qual esse verbo passou até adquirir comportamento instrumental é denominado gramaticalização. Esse fenômeno está associado à recategorização lingüística – uma forma ou estrutura que se presta a uma determinada categoria lexical ou gramatical passa a assumir, respectivamente, outra gramatical ou mais gramatical devido a motivações de diferentes ordens. O fundamento básico incide sobre o fato de que o usuário manifesta pensamentos e idéias abstratos por meio da expressão lingüística e se não há material lingüístico que contemple, os elementos já existentes serão reformulados para se adequar à nova proposição. Segundo Martelotta et alii (1996), a gramaticalização envolve quatro níveis e o primeiro, nível cognitivo, considera justamente o trabalho mental do usuário para o empenho comunicativo – a adoção de itens lingüísticos já existente para adequar-se a uma nova aplicação categorial.

Entre os aspectos de gramaticalização mais relevantes tratados por Heine *et alii* (1991), está o fato de os autores considerarem verbos indicadores de processos como marco inicial para a gramaticalização, isto é, itens lingüísticos que na sua composição semântica designam processo são, segundo os autores, suscetíveis a esse fenômeno de mudança. Tendo em vista que um processo é descrito por Dik (1997) como um estado de coisas dinâmico e não-controlado pelo argumento externo e que o verbo predicador *ir* designa um evento dinâmico que pode ser controlado ou não pelo argumento externo, cogita-se que *ir* se enquadra numa categoria de itens sensíveis à gramaticalização. Um de seus sentidos refere-se justamente a um processo físico, isto é, movimento espacial de uma entidade não-controladora.

Os exemplos a seguir mostram os usos de *ir* como um típico auxiliar, apresentando-se bastante gramaticalizado.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

(4) E (Enrevistador): *Ah! Então, em que condições você vai poder ir a Pernambuco?* I (Informante): *É... no começo das férias, aí então a minha tia vai escrever, então eu passo, aí depois a gente vai.* (I01 Mar-BDFI-FA)

(5) *Foi mesma coisa, mesma coisa; chegamos no colégio, lanchamos, fomos lá, a professora bateu papo com a gente... falou [o que-] o que achou da ("p-") do- do passeio... a gente falou que achamos ótimo... Ela falou que ia arrumá outro passeio pa gente, mas foi aí- foi aí que eu deixei o colégio. Eu deixei o colégio de lado... Eu- eu preferi ("proseguir") no serviço.* (T05 And-AC-FB)

(6) *Até o grupo de jovens que eu não sabia, há anos que eu moro ali, não sabia que <ex...> não tinha grupo jovem e agora tem. Foi o que eu te falei <cham...> o que aconteceu na Igreja, eu acho que... máio é (hesitação) incentivadô disso foi o padre Marcelo, foi levá o jovem pra Igreja. E eu acho isso muito bom.* (T22 Ana-AC-FC)

As estruturas perifrásticas dos exemplos apresentam o V_{auxiliar} *ir* flexionado, mais um elemento verbal no infinitivo responsável pela predicação e caracterizando-se, assim, como o núcleo léxico-semântico. Entretanto, para que a noção temporal em (4), (5) e (6) seja mantida, é essencial a contribuição de *ir*.

Nos exemplos (4), (5) e (6), as perífrases podem ser permutadas por predicadores simples correspondentes: *vai escrever* por *escreverá*, *ia arrumá* por *arrumaria* e *foi levá* por *levou*. Dessa forma, é importante que estudos contemplem a investigação sobre a alternância entre formas simples e complexas para que possíveis generalizações sobre produtividades de uso e fatores (extra-) lingüísticos sejam estabelecidas.

Estudos recentes (Santos, 2000 e Oliveira, 2006) mostraram a grande produtividade de uso de *ir* como auxiliar de futuro do presente. As autoras comprovaram por meio de um estudo sociolingüístico quantitativo e qualitativo que a estrutura perifrástica *ir* + infinitivo vem ganhando espaço cada vez mais na língua falada e na escrita. De acordo com a tese de Oliveira (2006), a estrutura embrionária que deu origem à construção perifrástica surgiu no século XIV e, no XVI, iniciou o processo de auxiliarização de *ir*, quando a estrutura passou a ser reanalisada como expressão de futuro.

Heine (1993) apresenta esquemas cognitivos formadores de auxiliares nas línguas em geral e considera como um dos esquemas básicos o de movimento, no qual *ir* se relaciona. Segundo o autor, a

MORFOSSINTAXE

proposição “X moves to/from Y” gera a categorização de auxiliar e expressa comumente a noção de futuro. O autor mostra o seguinte modelo para explicar a formação de *going to*, derivado do esquema de movimento:

Stage	I	II	III
	Jonh is going to town soon	Jonh is going to work soon	John is going to get sick soon
of concept:	Source	Source/Target	Type Target

Quadro 3: Formação de *going to* através de um *continuum* configurado pelos pólos *source* (origem) e *target* (alvo); (Heine, 1993, p. 49).

De acordo com o autor, os esquemas concretos ou esquemas de eventos (elementos lexicais) são tratados como itens de origem e os conceitos gramaticais formados a partir de tais itens são tratados como elementos alvos. A transição de um conceito de origem para o alvo não é um processo discreto, e sim contínuo. Durante essa transição, a expressão *going to* se encontra num contexto de ambigüidade (*stage II*), pois pode se referir simultaneamente a dois conceitos diferentes. Tal ambigüidade faz parte de um estágio previsível no desenvolvimento de auxiliares, pois constitui um passo necessário para a reanálise desse verbo como um item instrumental.

Segundo Bolinger (1980, *apud* Heine, 1993, p. 27), a partir do momento em que uma forma verbal tenha como complemento um infinitivo, já se caracteriza um contexto amplamente favorável à gramaticalização. Dessa forma, as orações de finalidade assim como expressões locativas representam peças muito importantes no processo de gramaticalização que afeta *ir* e, conseqüentemente, o infinitivo.⁸

(7) E: *Onde qué sua casa?... Aonde qué sua casa? É perto daonde, Jorge?* I₂: *Lá di cima da casa dela... Ela já foi lá em casa.* I₁: *Fui chamá ele pá vim... prá cá... prá vim... pá Legião.* (I03 Luc-BDFI-FA)

(8) *Ah aí eu ia traba... [ia]- ia traba é... arranjar um trabalho lá... nesse... tempo da- dessa casa, né?... e ia trabalhar lá.* (I01 Mar-BDFI-FA)

(9) *Aí eu atravesssei a rua, fui numa lanchonete comprá mate pra eu tomá aqui no trabalho...* (T22 Ana-AC-FC)

⁸ O item que se gramaticaliza é o verbo *ir*. O infinitivo é afetado por esse processo, mas mantém seu conteúdo lexical íntegro.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Os exemplos (7), (8) e (9) representam o gatilho para o processo de auxiliarização de *ir*. Há uma expressão de finalidade (*pá vim, trabalhar e comprá*) e outra com a função de locativo (*lá, lá e numa lanchonete*), que, em (7), encontra-se subentendido. Com isso, todos os elementos lingüísticos necessários para a ambigüidade, que constitui uma etapa de gramaticalização relacionada por Heine (1993), participam da constituição dos dois exemplos anteriores. Isso se confirma mediante a possibilidade das seguintes substituições: (*Chamei ele (lá) pá vim*), (*e trabalharia lá*) e (*Aí eu atravessei a rua, comprei mate numa lanchonete pra eu tomá aqui no trabalho...*).

Vale ressaltar ainda que, para Heine (1993), o auxiliar não se configura como um pólo no *continuum*, e sim como uma categoria intermediária, pois, segundo ele, há a possibilidade de o elemento se tornar um afixo ou uma flexão⁹.

Outra característica muito importante na análise do grau de integração entre os elementos verbais em foco é a natureza semântica do infinitivo. Borba (1996) apresenta quatro classificações sintático-semânticas para os verbos¹⁰ e com base nessas, analisa-se a relevância de tais para o grau de integração entre *ir* + infinitivo.

Nos exemplos (7), (8) e (9), os infinitivos *chamar*, *trabalhar* e *comprar* se classificam, segundo a proposta de Borba (1996), como verbos de ação. Isso indica que quando *ir* mantém relações com um verbo dessa natureza, sua integração ao infinitivo proporcionará interpretações dúbias. Com verbos de outras classificações sintático-

⁹ Na transição do Latim Vulgar para o Português, por exemplo, houve tal fenômeno quando o auxiliar *habere*, usado após os verbos principais para expressar futuro (*cantare habemos*), deu origem à forma atual de futuro simples: *cantaremos*.

¹⁰ As classificações são: (i) verbos de ação → expressam uma atividade realizada por um sujeito agente (ex. *voar, brincar, ir* etc.); (ii) verbos de processo → expressam um evento ou sucessão de eventos que afetam um sujeito paciente ou experienciador (ex. *O bebê acordou, A chuva parou, Ana sente frio* etc.); (iii) verbos de ação-processo → expressam uma ação realizada por um sujeito agente ou uma causação levada a efeito por um sujeito causativo, que afetam o complemento (ex. *José quebrou o pires, A costureira estragou o pano* etc.); e (iv) verbos de estado → expressam uma propriedade (estado, condição, situação) localizada no sujeito que é, pois, mero suporte dessa propriedade ou, então, seu experimentador ou beneficiário (ex. *Mário permaneceu em silêncio, Tadeu ama Dirce* etc.).

MORFOSSINTAXE

semânticas (cf. nota 8), ou não é possível estabelecer a formação de perífrases ou o complexo verbal suscitará apenas uma interpretação.

(10) *Então eu acho que acabou a minha época, e eu saí tem dois anos, também porque eu tive um problema no joelho.* (T22 Ana-AC-FC)

(11) *Porque... (“t-”) (hes) por exemplo: <el-> (hesitação) ela escreveu no quadro, então a gente tem que escrevê, passá tudo pro caderno.* (T05 And-AC-FB)

(12) *Ele fala, eles contô pras crianças, é, dá boa noite pra criança. Ele vai lá pra casa dele! Então o rati de refresco. Mas é mentira. Ih o refresco, tá puro.* (I03 Luc-BDFI-FA)

Os exemplos (10), (11) e (12) mostram três verbos correspondentes às outras três classificações (*ação-processo*, *processo* e *estado*, respectivamente). Se as formas verbais destacadas fossem modificadas e adaptadas de modo a configurarem uma perífrase, ter-se-iam os seguintes resultados cujos itens entre colchetes são as formas testadas: (... *eu acho que [vai][ia][foi] acabar a minha época...*), (...*ela [vai][ia][foi] escrever no quadro...*) e (...*o refresco [vai][ia][foi] estar puro*).

Segundo o teste, com verbos de *processo*, *ir*, na expressão de futuro do presente e futuro do pretérito, relaciona-se coerentemente com o infinitivo, entretanto, quando *ir* sofre as flexões para designar pretérito perfeito, o sentido torna-se comprometido. Com verbos de *ação-processo*, o sentido se mantém claro e coerente, nas três flexões de tempo. Por fim, com verbos de *estado*, o sentido obtido por meio da integração *ir* + infinitivo é transparente nas expressões de futuro do presente e futuro do pretérito e, novamente, a construção com a forma *fui* apresenta sentido difuso.

Conclui-se a partir do teste que, em construções com verbos de *ação*, a relação entre *ir* e o infinitivo está propícia a gerar sentidos ambíguos, pois a idéia básica de sentenças com um *ir* prototípico e um infinitivo indicando finalidade é a de que um agente se movimenta até um local para executar algo. Esse objetivo, pois, tende a ser uma *ação* ou *ação-processo*, já que a relação finalidade/ação e finalidade/ação-processo são mais coerentes do que finalidade/processo e finalidade/estado.

De acordo com as análises desenvolvidas neste trabalho, elaborou-se o seguinte esquema para demonstrar o grau de gramatical-

zação de *ir* nas predicções complexas investigadas assim como seu grau de integração ao infinitivo:

- GRAMATICALIZADO	+ GRAMATICALIZADO
MENOR GRAU DE INTE- GRAÇÃO	MAIOR GRAU DE INTE- GRAÇÃO
+ CARACTERÍSTICAS DE V _{PREDICADOR}	+ CARACTERÍSTICAS DE V _{AUXILIAR}
+ ELEMENTOS LOCATI- VOS E VERBOS FINAIS	- ELEMENTOS LOCATIVOS E VERBOS NÃO FINAIS
+ ASSOCIADO A VERBOS DE AÇÃO E AÇÃO- PROCESSO	+ ASSOCIADO A VERBOS DE PROCESSO E ESTADO

Quadro 4: Propriedades gerais da gramaticalização de *ir*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostrou o percurso de alteração categorial de *ir* desde sua função de V_{predicador} a V_{auxiliar}. E, corroborando os pressupostos funcionalistas, essa mudança é gradual e se estabelece num *continuum*. Há três pontos fundamentais para a compreensão da gramaticalização de *ir*: a fase inicial (+ lexical), a intermediária (categoria híbrida) e a mais avançada (+ gramatical). O ponto intermediário caracteriza-se por uma aparente ambigüidade categorial, já que o elemento verbal *ir* pode tanto ser interpretado como um V_{predicador} como um V_{auxiliar}. Essa estrutura é considerada, nas três expressões de tempo analisadas neste trabalho, como o gatilho para gramaticalização.

O papel semântico dos infinitivos se apresentou relevante no que tange à determinação do grau de integração entre *ir* + infinitivo. A pesquisa determinou que *ir* mantém uma integração de leve a moderada com verbos de *ação* e *ação-processo*, ao passo que com verbos de *processo* e *estado*, a relação vai de moderada a forte.

Portanto, *ir*, em complexos verbais, não mantém um grau de integração com o infinitivo regular sistemático. Nas três expressões temporais consideradas, a recategorização de *ir* sofre resistência para se concluir, já que há ainda os aparentes contextos ambíguos, como menciona Silva Menon (2003).

MORFOSSINTAXE

Por fim, cabe salientar que *ir* se mostrou, no *corpus* analisado, um elemento muito proffcuo quanto à formação de estruturas perifrásticas, participando na construção não só da expressão de futuro do presente (muito debatida na literatura lingüística) como também da expressão de futuro do pretérito e pretérito perfeito. Dessa forma, pressupõe-se que alguns tempos verbais tendam a um uso perifrástico e, acompanhando essa reformulação, *ir* amplia sua aplicação contextual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORBA, Fransisco da S. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.

DIK, Simon. *Theory of Functional Grammar*. Editado por Kees Hengeveld. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997, 2 v.

HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike; HÜNNEMEYER, Friederike. *Gramaticalization. A Coceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HEINE, Bernd. *Auxiliaries: cognitive forces and gramaticalization*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1993.

MACHADO VIEIRA, Marcia dos Santos. Perífrases verbais: o tratamento da auxiliaridade. In: VIEIRA, S. & BRANDÃO, S. (orgs.). *Morfossintaxe e ensino de Português: reflexões e propostas*. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2004, p. 65-96.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué & CEZARIO, Maria M. (orgs.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

OLIVEIRA, Josane Moreira de. *O futuro da língua portuguesa ontem e hoje: variação e mudança*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

SANTOS, Josete Rocha dos. *A variação entre as formas de futuro do presente no português formal e informal falado no Rio de Janeiro*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ro. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.

SILVA MENON, Odete P. da. Perífrases com o verbo *ir*: variação e gramaticalização. **In:** PUSCH, Clauss D. & WESCH, Andreas. (orgs.) *Verbalperipharsen in den (ibero-) romanischen Sprachen*. Hamburg: Helmut Buske Verlag, 2003.

MORFOSSINTAXE

A VARIABILIDADE DO ARTIGO DEFINIDO NA FALA DE CRIANÇAS EM FASE DE AQUISIÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Patrícia Vargas Alencar (FAETEC)

pat.vargas@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Nesta oportunidade, investigamos a trajetória aquisitiva do artigo definido diante de nomes próprios de pessoas, como nos exemplos: “Pedro saiu”/ “O Pedro saiu”, de acordo com a variável “Função Sintática do SN”.

Ao analisar o percurso do artigo, buscamos verificar a emergência e a incorporação dos padrões que regulam a variação do artigo frente a N próprio no discurso da criança, de modo a confrontar a variação da fala infantil com os padrões de variação da fala dos adultos, com os quais interagiram nas amostras analisadas, para investigar até que ponto o discurso da criança reflete o input a que teve acesso. Para tanto, baseamo-nos no arcabouço teórico-metodológico da Teoria da Variação de orientação Laboviana, bem como adotamos uma perspectiva teórica que parte do princípio de que a aquisição de L1 não é independente das situações de uso da língua (Tomasello, 2003).

Conjugamos dois tipos de estudo da fala de crianças em fase de aquisição da linguagem: um estudo longitudinal (com 1 criança, denominada “R”) e um estudo estratificado (com 10 crianças) – amostra subdividida em cinco pontos etários (1;6, 2;00, 2;6, 3;00 e 4;00). Analisamos a variação na fala dos adultos presentes nas situações interacionais consideradas usando os mesmos procedimentos para a análise da fala da criança.

Os resultados de nossa análise puderam evidenciar que há uma expansão gradativa na fala infantil, conforme o avanço da faixa etária, das funções do artigo encontradas no discurso do adulto e que a hipótese da atuação do *input* é parcialmente confirmada uma vez que o continuum de expansão do artigo parece ser determinado também por fatores maturacionais, conforme apresentaremos a seguir.

ANÁLISE DOS DADOS

Neste artigo, apresentamos os resultados mais significativos para a emergência do artigo definido diante de nome próprio de pessoa de acordo com a função sintática do SN. Remetemos os interessados na leitura da pesquisa completa para nossa tese de Doutorado (Alencar, 2006).

Conforme apontaram vários trabalhos sobre a comunidade (Oliveira e Silva, 1996; Callou e Oliveira e Silva, 1997; Callou, 2000), há grandes chances de o maior uso de artigo ocorrer nas funções sintáticas preposicionadas. Para confirmar tal tendência, verificamos as seguintes funções sintáticas:

Sujeito

(30) “*Babi joga a bola.*” (MGL 2;05 p.14)

Predicativo do sujeito

(31) “*Esse é o Ricardo.*” (BGL 2;00 p.1)

Objeto Direto

(32) “*Que comeu a Chapeuzinho.*” (AGL 3;01 p.4)

Funções preposicionadas¹¹

(33) “*Coitada da Dica.*” (VE 4;00 p. 11)

A tabela 1 fornece as estatísticas referentes ao uso do artigo frente a nome próprio de acordo com a função sintática, depreendidas no estudo longitudinal.

Tabela 1 – Uso do artigo segundo a função Sintática do SN – Fala infantil – Estudo longitudinal (Significância: 0.000/Input: 0,905)

¹¹ Salientamos que, inicialmente, procedemos a uma análise detalhada que considerou a atuação das seguintes funções regidas por preposição: objeto indireto, adjunto adverbial, complemento nominal/ adjunto adnominal. Como os resultados para estes fatores mostraram grande regularidade e por se tratar de ambientes sintáticos encabeçados por preposição, tais funções foram agrupadas, sendo, portanto, representadas pelo fator “funções preposicionadas”.

MORFOSSINTAXE

Função Sintática	Frequência	Peso Relativo
Sujeito	75/88 = 85%	.33
Pred. Sujeito	20/33 = 60%	.13
Ob.Direto	25/28 = 89%	.52
Funções Prep	86/89 = 96%	.78

Em primeiro lugar, é interessante ressaltar a diferença na distribuição dos dados, o que coloca certos limites na interpretação dos resultados da análise estatística. Grande parte dos dados se concentra nas funções prepositivas, fato já esperado já que se trata de um fator resultante do amálgama das funções regidas por preposição. Há um número elevado de dados também na função de sujeito, o que também já era previsto uma vez que no sujeito se concentra geralmente a informação conhecida/velha que normalmente ocorre antecedida pelo artigo.

A tabela 1 evidencia, como já esperávamos, que as funções sintáticas que envolvem a presença da preposição são as mais favoráveis ao uso do artigo antes de N próprio (96% e .78). A função de objeto direto também se destaca com taxas elevadas para a ocorrência de artigo (89% e .52). Embora a função de sujeito apresente frequência alta de artigo (85%), o peso relativo (.33) indica nítido desfavorecimento do artigo. O fator menos favorável à ocorrência do artigo diante de N próprio é a função de predicativo do sujeito (60% e .13).

O efeito do grupo “Função Sintática”, referente ao estudo estratificado, pode ser visto na tabela 2 abaixo, cujos resultados não foram selecionados na análise multivariacional.

Tabela 2 – Uso do artigo segundo a função Sintática do SN – Fala infantil- Estudo estratificado

Função Sintática	Frequência	Peso Relativo ¹²
Sujeito	21/30 = 70%	(.38)
Predicativo do Sujeito	10/12 = 83%	(.85)
Objeto Direto	4/6 = 66%	(.41)
Funções preposicionadas	13/21 = 61%	(.47)

¹² Embora este grupo não tenha sido selecionado como estatisticamente relevante na fala infantil da amostra estratificada, consideramos os pesos relativos já que, de certa forma, eles refletem a direção apontada nas frequências. Tal procedimento permite uma maior complementação para a análise comparativa entre os dados da tabela 2 e os dados discutidos para a fala da criança na amostra longitudinal (Cf. tabela 1).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Em muitos aspectos, os resultados do estudo estratificado diferem dos padrões identificados no estudo longitudinal. De acordo com os resultados expostos na tabela 2, a função que se destaca como principal condicionador para o uso do artigo é a de predicativo do sujeito (83% e .85). As demais funções sintáticas desfavorecem o artigo com taxas bastante próximas, a saber: sujeito (70% e .38), objeto direto (66% e .41) e funções preposicionadas (61% e .47).

Contrariando nossas expectativas, as funções regidas por preposição foram as que menos favoreceram a presença do artigo frente a N próprio no estudo estratificado. Particularidades dessa amostra de dados parecem estar na origem dessa tendência contra-intuitiva. Na fala das crianças que compõem a amostra estratificada, alguns sintagmas preposicionais aos quais estão vinculados SN's com N próprios ocorreram sem a presença da preposição¹³ – ocasionando, assim, a omissão conjunta do artigo. Como tais estruturas foram classificadas como “funções preposicionadas” pode ter ocorrido um enviesamento que altera a tendência verificada no estudo longitudinal. Destacamos também que, em vários casos, não foi possível precisar a função sintática de um determinado SN, levando à sua exclusão do grupo “Função Sintática”. Suspeitamos que as peculiaridades já salientadas da amostra estratificada podem ter influenciado nos resultados, comprometendo a já ressaltada regularidade no efeito da preposição.

O comportamento similar ente as funções de “sujeito” e “objeto direto”, observado nas tabelas 1 e 2, mostra certa regularidade no efeito dessas funções nos dois estudos: nas duas tabelas, a função de objeto direto é a segunda que mais favorece o artigo e a função de sujeito é uma das mais desfavoráveis à ocorrência do determinante.

A distribuição dos resultados para as funções sintáticas verificadas na fala dos adultos, tanto do estudo longitudinal como do estudo estratificado, confirma a tendência verificada na amostra de fala de R, estudo longitudinal, embora permitam identificar algumas diferenças em relação à fala infantil, como pode ser observado na tabela 3.

¹³ Criança: “deu uma necessário Ø Tatiana porque” (MA 2;00 p. 80)

Adulto: “Aonde você que ir?”

Criança: “Ø Liandu” (MA 2 ;00 p. 80)

MORFOSSINTAXE

Tabela 3: Uso do artigo segundo a função Sintática – Adultos

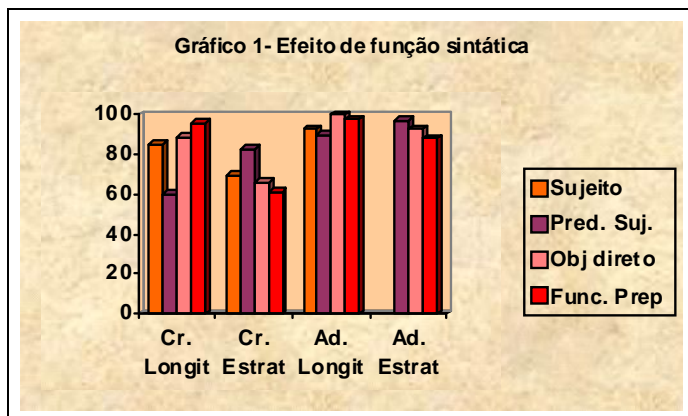
Função Sintática	Amostra Longitudinal		Amostra Estratificada (Sig-nificância: 128 / Input: .98)	
	Frequência	Peso Relativo	Frequência	Peso Relativo
Sujeito	87/93 = 93%	(.33)	85/88 = 97%	.61
Predicativo do Sujeito	10/11 = 90%	(.32)	27/29 = 93%	.44
Objeto Direto	24/24 = 100%	-	28/32 = 88%	.18
Funções Preposicionadas	105/107 = 98%	(.65)	29/30 = 97%	.60

Tomando por base os resultados para o estudo longitudinal, verificamos que o artigo está presente categoricamente nos SN's com função de objeto direto, distinguindo-se, nesse sentido, do padrão verificado para as crianças. Em termos comparativos, destacam-se mais uma vez as funções preposicionadas com índice de 98% e .65 para presença de artigo. Os fatores “sujeito” e “predicativo do sujeito” apresentam taxas desfavoráveis (.33 e .32) à ocorrência de artigo. Comparando a fala infantil à dos adultos, verificamos que, no estudo longitudinal, reitera-se a tendência das funções preposicionadas como contexto mais favorecedor à presença do artigo antes de N próprio. Não houve equivalência quanto às demais funções (o objeto direto, por exemplo, que na fala infantil mostrou-se variável, na fala do adulto apresenta-se categórico), o que pode ser interpretado em termos funcionais.

Os resultados referentes à fala dos adultos do estudo estratificado também se particularizam em alguns aspectos. Notamos, através das estatísticas da tabela 3, uma neutralização da diferença entre o uso do artigo no SN que desempenha função de sujeito (97% e .61) e nas funções preposicionadas (97% e .60), ambas favorecedoras da presença do determinante. A função de objeto direto, por outro lado, é a que mais desfavorece o uso do artigo definido (.18) seguida da função de predicativo do sujeito com peso relativo de .44. Há, portanto, pouca regularidade nos resultados para função sintática na fala do adulto. Os resultados da amostra estratificada para a fala do adulto indicam que a direção investigada na fala infantil não reflete a do adulto já que a função de “predicativo do sujeito” destaca-se como a mais favorável na fala da criança (83% e .85 - Cf. tabela 2).

Os resultados encontrados na fala do adulto confirmam, em parte, a variação na fala infantil já que as funções preposicionadas

foram, no discurso do adulto (para a amostra longitudinal e para a amostra estratificada) uma das que mais favoreceram o uso do artigo, repetindo a tendência já observada na fala infantil correspondente à amostra longitudinal. As similaridades e diferenças entre as tendências observadas nos diferentes conjuntos de dados podem ser visualizadas no gráfico 1.



Segundo a distribuição de frequências mostrada no gráfico 1, o padrão de variação atestado entre as crianças é parcialmente equivalente ao padrão constatado entre os adultos, destacando-se sobretudo o papel da preposição, o que reproduz igualmente a tendência verificada no estudo de comunidades de fala. (Callou e Oliveira e Silva, 1997 e Callou, 2000).

Callou e Oliveira e Silva (1997), na sua análise do uso variável do artigo definido diante de N próprio em cinco capitais brasileiras (Projeto NURC), testaram o efeito da variável “Função Sintática” e verificaram a relevância estatística desse grupo para a presença ou ausência do determinante. Embora as autoras esperassem encontrar um certo espelhamento entre as variáveis presença e preposição e funções sintática, não se constatou a mesma distribuição de uso de artigo nas diferentes funções preposicionadas investigadas – fato que, segundo as autoras, descarta a dependência entre as variáveis “Presença de Preposição” e “Função Sintática”. Nas palavras das autoras (*op. cit.*, p. 19):

MORFOSSINTAXE

Observe-se que o peso relativo segue a mesma escala crescente da percentagem, o que representa mais um indício de não haver interferência deste grupo com outro (presença de preposição), ao contrário do que nossa intuição nos faz crer – já que algumas funções (adjuntos, genitivos e objetos indiretos) são sempre precedidas de preposição que, por sua vez, favorecem a presença do artigo. Nota-se ainda que o objeto indireto, malgrado a preposição, mantém-se neutro.

Em estudo anterior (Callou, 2000, p. 20) já havia destacado a importância da função sintática para o uso do artigo definido diante de nome próprio, mostrando que, no século XX, das categorias sintáticas verificadas, o adjunto se revelou o contexto mais favorecedor (por volta de 50%) da presença do determinante. A autora atribui o aumento do artigo em adjuntos adverbiais ao menor grau de especificidade dessa função. O uso do artigo estaria correspondendo, assim, “a um processo compensatório de intensificação do traço [+ específico]” (Callou, 2000, p. 26). Na interpretação da autora, portanto, mais do que razões propriamente sintáticas, intervêm aí aspectos semânticos.

As evidências aferidas neste estudo levam a crer, no entanto, que, na trajetória de incorporação da variação a maior ou menor presença do artigo em SN's com determinadas funções sintáticas pode não decorrer de aspectos semântico-discursivos, como sugere a autora, mas parece estar associada a fatores de ordem estrutural, já que a presença de uma preposição parece desempenhar um papel determinante na incidência do determinante antes de N próprio.

Procuramos verificar a trajetória de uso do artigo antes de N próprio de acordo com a função sintática ao longo do período etário considerado neste estudo. Os resultados para essa análise são apresentados na tabela 4:

Tabela 4:
Cruzamento entre Idade e Função Sintática do SN – Estudo Estratificado

	18 meses	2 anos	18 meses	3 anos	4 anos
Sujeito	-	¼ = 25%	3/5 = 60%	7/10 = 70%	10/11 = 91%
Predicativo do Sujeito	-	8/10 = 80%	1/1 = 100%	1/1 = 100%	-
Objeto Direto	-	1/1 = 100%	1/1 = 100%	2/3 = 67%	0/1 = 0%
Funções preposicionadas	-	2/10 = 10%	1/1 = 100%	5/5 = 100%	5/5 = 100%

Evidentemente, a desequilibrada distribuição dos dados na tabela 4 dificulta conclusões mais definitivas, mas fornece algumas indicações interessantes. Os resultados mostram que, na idade de 2 anos, as funções preposicionadas não favorecem o artigo (10%). A partir de 2 anos e 6 meses, no entanto, as crianças apresentam uso categórico do artigo nas funções que ocorrem com preposição. A função “predicativo do sujeito” já começa a favorecer o uso do artigo com frequência de 80% e passa a ser categórica aos 2 anos e 6 meses. O fator “objeto direto” trilha um caminho inverso passando de 100% aos dois anos e seis meses para uma taxa de 67% de uso do artigo aos 3 anos e ausência categórica aos 4 anos. Em relação à função de “sujeito”, podemos observar pouca incidência de artigo aos 2 anos (25%) e variação considerável na faixa de 2 anos e 6 meses (60%) e 3 anos (70%). Aos 4 anos, a criança passa a refletir taxa semelhante à do adulto (Cf. tabela 9) para uso do artigo definido, a saber: 91%.

A incorporação do artigo definido, de acordo com as categorias sintáticas analisadas ao longo do *continuum* aquisitivo, evidencia que a regularidade dos padrões do adulto se manifesta principalmente nas funções preposicionadas, a partir de 2 anos e 6 meses, e na função de sujeito, a partir dos 4 anos de idade. Nos demais ambientes sintáticos, verificamos grande oscilação das tendências verificadas. Tal diferença de comportamento pode estar evidenciando, novamente, que a atuação das propriedades estruturais do SN parecem ser mais relevantes para o uso do artigo do que a função sintática do SN durante o processo aquisitivo. Em outros termos, é possível que o efeito de função sintática não seja mais do que um reflexo da atuação da configuração estrutural do SN. Os resultados análogos, entre as

MORFOSSINTAXE

fases etárias, para o uso do artigo em SN's que desempenham funções preposicionadas reiteram a importância da preposição como contexto condicionador para o uso do artigo diante de nome próprio.

Nesta seção, vimos que os resultados encontrados reforçam nossa hipótese de que a incorporação do artigo está vinculada à presença da preposição localizada à esquerda do N próprio já que, desde o início do processo aquisitivo, há evidências de que o artigo ocorre em maior escala nos SN's que estão encaixados em um Sprep. Nossa análise mostrou que a trajetória de incorporação do artigo definido segue, de certa forma, na direção dos contextos mais favoráveis para os contextos menos favoráveis do *input*.

CONCLUSÃO

Nesta ocasião, vimos que as funções sintáticas regidas por preposição são mais favoráveis para a ocorrência do artigo definido frente a Nome Próprio. A ocorrência da preposição revelou-se, portanto, fator determinante para a emergência do artigo na fala infantil.

Os resultados de nossa análise puderam evidenciar que há uma expansão gradativa na fala infantil, conforme o avanço da faixa etária, das funções do artigo encontradas no discurso do adulto. Tal reflexo parcial da fala adulta no percurso aquisitivo mostra que a interferência do *input* no processo de aquisição não se limita a uma representação exata da fala do adulto, confirmando conclusões de outros trabalhos que investigaram a aquisição de fenômenos variáveis. Assim, o fato de o comportamento lingüístico não refletir inteiramente o padrão observado na fala dos adultos está associado, ao que tudo indica, a fatores maturacionais, ou seja, a pressões associadas ao desenvolvimento lingüístico e cognitivo mais geral da criança.

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, Patrícia Vargas. *Direcionalidade da aquisição do artigo definido frente a N próprio em contexto de input variável*. Rio de Janeiro, 2006, 166 fls. Tese Doutorado em Lingüística – UFRJ, Faculdade de Letras.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CALLOU, Dinah. *A variação no português do Brasil: O uso do artigo definido diante de antropônimo*. Faculdade de Letras da UFRJ, Série Conferência, vol. 9. Rio de Janeiro, 2000.

——— & OLIVEIRA e SILVA, Giselle Machline de. O uso do artigo definido em contextos específicos. **In:** HORA, Dermeval da (org.). *Diversidade lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997, p. 11-27.

LIEVEN, Elena V. M. Crosslinguistic and crosscultural aspects of language addressed to children. **In:** GALLAWAY, Clare & RICHARDS, Brian. *Input and interaction in language acquisition*. Cambridge University Press, 1994, p. 56-73.

PINTZUK, Susan. *Varbrul programs*, 1988. Mimeo

RICHARDS, Brian J. Child-direct speech and influences on language acquisition: methodology and interpretation. **In:** GALLAWAY, Clare & RICHARDS, Brian. *Input and interaction in language acquisition*. Cambridge University Press, 1994, p. 74-106.

ROBERTS, Julia Lee. *Acquisition of variable rules: (-t,d) deletion and (ing) production in preschool children*. Tese de Doutorado. Faculties of the University of Pennsylvania, 1994.

RAMOS, Jacqueline Varela Brasil. *Aquisição da preposição “DE” em L1*. Tese de Doutorado em Lingüística. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, 2005, 198 fls.

RONCARATI, Cláudia. A gênese das variantes da negação. *Gragoatá: revista do Programa de Pós-graduação em Letras*, n. 9, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2000, p. 171-192.

SNOW, Catherine E. Beginning from Baby Talk: twenty years of research on input interaction. **In:** GALLAWAY, Clare & RICHARDS, Brian. *Input and interaction in language acquisition*. Cambridge University Press, 1994, p. 3-12.

TOMASELLO, Michael. *Constructing a language: a usage-based theory of language acquisition*. England. Harvard University Press, 2003.

MORFOSSINTAXE

COMPLEMENTOS PREPOSICIONADOS

Aileda de Mattos Oliveira (FGS)
ailedamo@oi.com.br

Desde os primeiros ciclos escolares, por ocasião da iniciação do ensino da sintaxe, os alunos costumam receber informações de que todo complemento de verbo, antecedido de preposição, tem função de objeto indireto.

Parece que permanecem tais informações ao longo do ensino médio, se forem levadas em conta, e suficientes para comprovação, as respostas dos alunos chegados à Faculdade. Todos são unânimes na fidelidade ao mesmo ponto de vista sintático em relação ao complemento preposicionado.

O que fica claro para os alunos é a organização do sintagma verbal: se o verbo está ou não acompanhado de preposição. Em caso negativo, há complemento direto; em caso positivo, complemento indireto. Dessa maneira, a visão analítica do fato lingüístico passa a condicionar-se a um tipo de estrutura que nem sempre é coincidente com a verdade sintática.

O Prof. Gladstone Chaves de Melo, em suas aulas na UFRJ, dizia que era necessário entender o que estava expresso no texto para, então, realizar a análise com correção. Não há como se manter voltado apenas para a analogia das formas; preocupar-se igualmente com as alterações semânticas ocorrentes no texto a ser analisado, é fundamental.

Essas mudanças de sentido podem levar ao erro os que se mantêm rígidos às características formais dos sintagmas-complementos. Os exemplos, abaixo, são demonstrativos de que não se deve excluir a semântica do estudo sintático e dos demais subsistemas da língua.

- 1 O viajante assistiu *o homem caído*.
- 2 O viajante assistiu *ao espetáculo da natureza*.
- 3 O viajante assistiu *na cidade vizinha*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

No exemplo 1, o sintagma assinalado, *o homem caído*, é um complemento direto do núcleo do predicado, *assistiu*, que significa, no contexto dado, ‘ajudou’, ‘auxiliou’.

No 2, há um verbo homônimo, cujo significado é ‘presenciar’. O complemento preposicionado destacado, *ao espetáculo da natureza*, não exerce a função de objeto indireto.

No exemplo 3, o verbo *assistir*, com o significado de ‘morar’, é intransitivo e *à sua cidade*, adjunto adverbial de lugar e, não é por vir antecedido de preposição que, de imediato, se deva nomear a expressão adverbial de complemento indireto.

O que se mostrou foi que a mesma forma verbal pode apresentar sentidos distintos em cada situação de uso e, por conseguinte, exigir complementos diferentes.

Por outro lado, há situações em que o núcleo verbal mantém o mesmo significado e, devido à característica transitiva do verbo, tende a permanecer a mesma função do complemento. Toma-se, por exemplo, o verbo *gostar* que, nos casos abaixo, é acompanhado de sintagmas complementadores que não têm função objetiva indireta.

4. As crianças gostam *de doces*.

5. Os filhos gostam *dos pais*.

Embora o verbo em questão exija complemento antecedido de preposição, os sintagmas nominais *de doces e dos pais*, que a ele se agregam, não são complementos indiretos. (ou objetos indiretos).

Esta afirmação parece despropositada aos alunos quando a ouvem pela primeira vez, tendo em vista que, estão consignados em Celso Cunha (NGPC, 1985, p. 139)¹⁴, os exemplos, abaixo, de objetos indiretos. Deve-se assinalar, também, que é continuamente transmitida às gerações de estudantes a seguinte análise simplificada.

preposição + sintagma nominal = complemento indireto

6. Duvidava *da riqueza da terra*.

¹⁴ Apesar de haver várias remissões a textos alheios, a autora não incluiu “Referências Bibliográficas” [NOTA DO EDITOR].

MORFOSSINTAXE

7. *Necessitamos de uma cabeça bem firme na terra, bem fincada na terra!*

COMPLEMENTO INDIRETO

Se o estudante der atenção às explicações complementares que, nas obras dedicadas ao assunto, seguem a análise dos exemplos costumeiramente considerados complementos indiretos, perceberá que algo existe de contraditório.

Contraditório, pelo fato de considerarem tais sintagmas com função de objeto indireto e acrescentarem como adendo informativo que uma das características do complemento indireto é permitir a sua substituição pelo pronome oblíquo átono de terceira pessoa, *lhe* (*lhes*). Essa permuta do sintagma pelo pronome, nos exemplos dados acima, não pode ocorrer, o que restringe a troca de um pelo outro a determinadas estruturas.

Rocha Lima (GNLP, 1974, p. 219), seguindo a linha de Said Ali (GH, [1965], 174) estabelece as diferenças entre os complementos preposicionados. Sabe-se que o pronome oblíquo *lhe* (*lhes*) é um elemento gramatical que pode substituir a pessoa ou a coisa ou a instituição personificada (Bechara, MGP, 1999, p. 421), conforme ilustra os exemplos abaixo. Este é o primeiro dado que deve ser levado em consideração.

Referente à pessoa:

8. O filho deu um presente de aniversário *ao pai*.

8.1 O filho deu *lhe* um presente de aniversário.

Se o *lhe*, complemento indireto, comuta o sintagma *ao pai*, permanecendo o mesmo sentido, conclui-se que a forma, em 8, é, também, complemento indireto. Isto porque só se pode substituir um termo com uma determinada função na língua por outro equivalente, isto é, que exerça a mesma função.

Nos exemplos seguintes, *lhe* vai se referir a uma instituição, personificada pelo falante:

9. O homem contou à *polícia* a sua versão do fato.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

9.1 O homem contou-*lhe* a sua versão do fato.

Em 9.1, *lhe* está em lugar de *à polícia*, que tem, no contexto dado, o sentido de *ao policial*.

Volta-se, agora, aos exemplos iniciais, empregando o mesmo tipo de raciocínio.

2 O viajante assistiu *ao espetáculo da natureza*.

2.1 *O viajante assistiu-*lhe*.

O asterisco (*) anteposto a qualquer construção lingüística indica que ela não é aceitável na língua.

No exemplo 2.1, a substituição de *ao espetáculo da natureza* pelo correspondente *lhe* não foi agasalhada pela norma.. Deduz-se, então, que se a língua repudia a substituição de uma forma pela outra, por elas não serem equivalentes, logo, *ao espetáculo da natureza* não é complemento indireto.

O mesmo fato ocorre em 4 e 5, quando a substituição pelo *lhe* é impossível.

4. As crianças gostam *de doces*.

4.1 *As crianças gostam-*lhes*.

5 Os filhos gostam *dos pais*.

5.1 *Os filhos gostam-*lhes*.

COMPLEMENTO RELATIVO

Nestes casos de impossibilidade de substituição do complemento preposicionado pelo *lhe* ou pelo *lhes*, sabe-se, então, que não há ocorrência de complemento indireto, mas de *complemento relativo*.

Em resumo, os sintagmas preposicionados: *ao espetáculo*; *de doces*; *dos pais* são analisados como *complementos relativos*. Como *complementos indiretos* somente aqueles que podem ser substituídos por *lhe*, *lhes*, sem alteração de sentido.

MORFOSSINTAXE

É importante observar que o complemento ou objeto indireto sempre expressa a idéia de *beneficiário* ou *destinatário* da ação, como ocorreu nos exemplos 8. e 9.e que serão repetidos abaixo para tornar claros estes novos detalhes. Fica, portanto, o complemento indireto, para sua existência, dependente ou de um complemento direto ou de um complemento relativo (Bechara, *op. cit.*, p. 421).

8. O filho deu um presente de aniversário *ao pai*.

a. Complemento direto: *um presente de aniversário* .

b. Complemento indireto (beneficiário ou destinatário): *ao pai*.

9. O homem contou à *polícia* a sua versão do fato.

a. Complemento direto: *a sua versão do fato*.

b. Complemento indireto (destinatário): *à polícia (ao policial)*.

No exemplo que segue, tem-se um complemento indireto precedido de um complemento relativo.

10.. Os condôminos se queixaram de um vizinho *ao síndico*.

a. Complemento relativo: *de um vizinho*

b. Complemento indireto (destinatário): *ao síndico*

Outro dado característico do complemento indireto é ser antecipado pela preposição **a** e, em raras ocasiões, pela preposição *para*, por não ser preferencial o seu uso.

A pouca freqüência do emprego de *para* como introdutor do complemento indireto deve-se à ambigüidade que ocasiona em construções como:

11. Os amigos enviaram flores *para a colega de escritório*.

À primeira leitura, as flores foram enviadas pelos amigos ao destinatário ou beneficiário: *para a colega de escritório*. Porém, numa leitura mais acurada, pode-se decodificar a mensagem como: os amigos enviaram flores (a alguém) a pedido da colega de escritório ou em lugar dela.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

No exemplo que segue, tem-se uma construção em que a preposição *para* antecipa o complemento indireto, sem torná-lo ambíguo como no exemplo anterior.

12. Os amigos disseram palavras elogiosas *para a colega de escritório*

12.1 Os amigos disseram-*lhe* palavras elogiosas.

O terceiro e último dado característico do complemento indireto (em regra, dos complementos preposicionados) é que, em raras exceções, não admite a passagem para a voz passiva. São escassas as ocasiões em que os verbos, cujos complementos venham antecidos de preposição, aceitam a construção da voz passiva, que é da natureza, apenas, dos verbos transitivos diretos. Como exemplos dessas raras exceções tem-se:

13. A família assistiu à novela. (Voz ativa)

13.1 A novela foi assistida pela família. (Voz passiva)

Sabendo-se como reconhecer o complemento indireto, fácil se torna identificar o complemento relativo, cujo cotejo com a estrutura do complemento indireto já se vinha fazendo anteriormente.

Os autores de gramáticas (Rocha Lima, Said Ali, Bechara) consagrados pela tradição de suas obras, assim denominam o complemento verbal, quando vem introduzido por uma preposição, que é um apêndice do próprio verbo que o exige, como nos exemplos, em que todos os complementos são relativos.

Cabe a Meyer-Lübke, na sua obra *Grammaire des Langues Romanes*, cuja tradução francesa foi publicada em 1923, a denominação de 'complemento relativo' ao sintagma ligado ao verbo por uma preposição.

Enquanto os complementos indiretos podem ser comutados pelas formas pronominais *lhe*, *lhes*, os complementos relativos podem ser substituídos pelas formas pronominais tônicas, precedidas de preposição: *ele*, *ela*, *eles*, *elas*.

14. *Queixar-se de solidão.*

14.1 *Queixar-se dela.*

MORFOSSINTAXE

15. *Referir-se ao assunto.*

15.1 *Referir-se a ele.*

16. *Gostar de goiabada.*

16.1 *Gosta dela.*

17. *Assistir ao filme.*

17.1 *Assistir a ele.*

18. *Aspirar ao cargo.*

18.1 *Aspirar a ele.*

19. *Necessitar de ajuda.*

19.1 *Necessitar dela.*

Outro dado importante a salientar é que o verbo transitivo direto, ao tornar-se pronominal, modifica a sua regência e passa a exigir uma preposição. Neste caso, o objeto direto transmuda-se em complemento relativo. (Rocha Lima, *op. cit.*, p. 309)

20. *Admirar o quadro.* (Complemento direto)

20.1 *Admirar-se do quadro.* (Complemento relativo)

20.2 *Admirar-se dele.* (Complemento relativo)

21. *Aproveitar os preços baixos.* (Complemento direto)

21.1 *Aproveitar-se dos preços baixos.* (Complemento relativo)

21.2 *Aproveitar-se deles.* (Complemento relativo)

22. *Reunir os amigos.* (Complemento direto)

22.1 *Reunir-se com os amigos.* (Complemento relativo)

22.2 *Reunir-se com eles.* (Complemento relativo)

As diferenças entre as duas funções – complemento indireto e complemento relativo – estão bem definidas dentro da estrutura sintática. Ao complemento indireto – insiste-se aqui - cabe a referência a um destinatário mais específico, a uma *pessoa* ou algo *personalizado*, por essa razão, pode ser substituído pelos pronomes oblíquos

atónos (*lhe, lhes*), o que elimina qualquer dúvida quanto ao seu reconhecimento.

CONCLUSÃO

As questões relativas aos estudos sintáticos (ou a quaisquer outros fatos da língua) devem ser analisadas, levando-se em conta, não só os elos relacionais, mas o teor significativo do contexto. Estruturas isoladas, como as que servem de exemplos neste trabalho, são apenas modelos de possíveis ocorrências, mas não abrangem toda a produção do falante, que se renova a cada instante.

Há uma insistência em se dizer, atualmente, que a língua deve ser aprendida de uma maneira prática, e que os detalhes como os que aqui foram expostos, são desnecessários e por já terem sido abduzidos em favor absoluto dos estudos sociolingüísticos. Neste caso, deduz-se, o falante nativo aprenderia a sua língua como um estrangeiro a aprenderia como segunda língua.

Os estudos sociolingüísticos não podem ignorar os parâmetros estabelecidos pela norma gramatical, a fim de que possam ser cotejados os desvios de concordância, de regência, de prosódia e, em virtude disso, os metaplasmos ocorrentes no estágio atual da língua, pois só ocorrem dados inovadores, quando preexistem o fato conservador.

MORFOSSINTAXE

CONTRIBUIÇÃO DE CÂMARA JR. PARA UMA DESCRIÇÃO CONVENIENTE DO GÊNERO DO SUBSTANTIVO EM PORTUGUÊS

José Mario Botelho (UERJ e ABRASIL)
botelho_mario@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A problemática do gênero dos nomes, mormente dos substantivos, em português tem sido uma preocupação de muitos estudiosos nas últimas décadas.

Câmara Jr., que foi um dos estudiosos mais ativos no que se refere aos estudos descritivos da língua portuguesa no Brasil e no exterior, também se preocupou com a questão do gênero dos nomes portugueses.

Primeiramente, Câmara Jr. demonstrou a sua preocupação com a questão em um texto de uma série de dez artigos, publicados numa revista da Editora Vozes na década de 60. Nessa mesma época, escreveu para a Revista Estudos Lingüísticos¹⁵ um artigo importantíssimo sobre a imanência do gênero dos substantivos portugueses. O artigo, intitulado “Considerações sobre o gênero em português”, que foi publicado em dezembro de 1966, pelo Centro de Lingüística Aplicada do Instituto de Idiomas Yasigi, digressiona sobre a pacífica, até então, noção do gênero gramatical, como traço flexional, em nossas gramáticas tradicionais e compêndios gramaticais conhecidos.

Nessa década, entre 63 e 65 o autor também escreveu o seu “História e Estrutura da Língua Portuguesa”, mas que só foi publicado em 1972, nos Estados Unidos, com tradução em inglês de Anthony J. Naro¹⁶. Nessa obra, em que o assunto se apresenta de forma bem esclarecedora, o autor já faz alusão à natureza imanente do gênero nos substantivos da língua portuguesa, ao apresentar a história

¹⁵ *Revista Brasileira de Lingüística Teórica e Aplicada*, da qual Câmara Jr. era Diretor Principal.

¹⁶ A obra fora escrita a pedido da University of Chicago Press para a coleção “The History and Structure of Languages”.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

do gênero gramatical dos nomes. Define a sua origem e descreve a evolução de sua concepção desde o latim até os nossos tempos. Essa perspectiva diacrônica sobre o gênero gramatical já tivera sido bem delineada em seu “Princípios de Lingüística Geral”, o qual fora publicado em 1942. É mister ressaltar que nessa obra não se tem nenhuma digressão acerca do assunto, porquanto Câmara Jr. apenas discorre sobre o conceito de masculino, feminino e neutro.

No final dessa década, a convite dos editores da Vozes, que lhe pediram para elaborar uma gramática completa, de cunho estruturalista, da língua portuguesa, Câmara Jr. se esforçou para atender à-quele convite especial. Contudo, não conseguiu concluir o trabalho antes que a morte o acolhesse. Mesmo assim, a obra, intitulada “Estrutura da língua portuguesa”, foi publicada em 1970, como homenagem dos amigos editores após a sua morte, que lhe acometera em 4 de fevereiro do mesmo ano.

Nessa obra, o próprio Câmara Jr. adverte os leitores para os eventuais defeitos naquela tentativa¹⁷, em que procurava associar a descrição gramatical à lingüística sincrônica em seu sentido amplo e propunha uma descrição isenta do purismo e do normativismo da Tradição Gramatical, mas sem ser totalmente revolucionário.

Por isso, descreve o gênero do substantivo em português de forma comedida e sem se comprometer, apresentando comentários críticos acerca do assunto e uma proposta didática de classificação dos substantivos em gênero, já que o concebia imanente na referida função dos nomes.

No início da década de 70, mais precisamente em 1971, são reunidos em um pequeno volume, intitulado “Problemas de lingüística descritiva”, aqueles artigos, que foram publicados na Revista da Vozes. Nos quatro últimos capítulos, em que o autor trata da flexão nominal e verbal, podemos constatar no capítulo IX a sua concepção do mecanismo da flexão nominal.

Em 1972, também a Fundação Getúlio Vargas publica os “Dispersos”, compostos de textos selecionados pelo Prof. Carlos E-

¹⁷ Cf. Advertência – texto redigido e assinado pelo autor em 1969, em Câmara Jr. (1970).

MORFOSSINTAXE

duardo Falcão Uchoa. É nessa obra que se consagram as “Considerações sobre o gênero em português”, que, como observamos acima, foram publicadas pela primeira vez em 1966.

Muitos estudiosos, posteriores a Câmara Jr e, por conseguinte, seus seguidores, trilharam pelos mesmos caminhos do mestre; outros, caminhos diversos, por vezes, paralelos, aproveitando o máximo das conceituações matosianas para as suas concepções, muitas das quais se nos apresentam muito mais como uma reformulação das do mestre do que como uma negação do seu legado.

Certos da importância dos estudos que Câmara Jr. desenvolveu durante a sua atividade intelectual sobre a questão do gênero do substantivo em português, apresentamos esta pesquisa, em forma de resenha crítica, que esperamos que, sobre ser subsídios para novos estudos, seja uma homenagem a quem muito nos deixou sobre o assunto.

A NOÇÃO DE IMANÊNCIA, DEPREENDIDA DO LEGADO DE CÂMARA JR.

Em “História e Estrutura da Língua Portuguesa” (1985)¹⁸, o autor, sob a perspectiva diacrônica, define a origem do gênero, descrevendo a sua história desde os tempos mais remotos. Bem antes, em “Princípios de Linguística Geral” (1942), essa perspectiva diacrônica do gênero e o conceito de masculino, feminino e neutro já tiveram sido apresentados¹⁹.

Em “História e Estrutura da Língua Portuguesa”, contudo, o autor já digressiona sobre a formação do feminino nos substantivos portugueses. Já observa que a “flexão” de gênero não ocorre em todos os substantivos e que o “caráter masculino ou feminino da palavra está *imane*nte (grifo nosso) na palavra e é de natureza lexical, não flexional” (1985, p. 77).

¹⁸ Embora estejamos fazendo referências à 4ª edição, de 1985, a obra foi escrita entre 63 e 65 e publicada pela primeira vez em 1972, em inglês, pela UCP dos Estados Unidos.

¹⁹ Cf. Câmara Jr. (1989, p. 130-4), 14ª edição, a qual é utilizada neste trabalho.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Chama a atenção para o fato de a flexão de gênero se efetivar nos adjetivos de tema em “-o” e em alguns poucos substantivos:

Mas, ao passo que a flexão de número é comum a todos os nomes (substantivos e adjetivos), salvo o grupo limitado de palavras graves que já terminam em /s/, a flexão de gênero é privativa aos adjetivos de tema em -o e a uma certa porção de substantivos de qualquer terminação. (Câmara Jr, 1985, p. 78)

O autor acrescenta que “para a grande maioria dos substantivos o gênero é imanente” (p. 78), já que se efetiva na língua como masculino ou feminino sem qualquer marca e que só se determina por um adjetivo (ou partícula em função adjetiva) em concordância com o núcleo substantivo numa atualização de uso da língua.

Depois, passa a descrever a estrutura flexional do feminino. Apresenta, de forma sintética, uma série de alterações morfofonêmicas na formação de feminino de muitos substantivos, e, tratando especificamente do feminino de substantivos, corrobora a noção de imanência do gênero:

(...), *cobra* ou *testemunha* são substantivos femininos, porque exigem a forma feminina de um adjetivo de tema em -a, inelutavelmente (*tremenda cobra*; *testemunha fidedigna*); *tigre* ou *cônjuge* são, ao contrário, substantivos masculinos, porque é a forma de masculino de um adjetivo de tema em -o que requerem (*pavoroso tigre*; *cônjuge devotado*; (...)). (*Idibidem*, p. 84)

Em seguida, volta a fazer referências à possibilidade de flexão de feminino para os nomes substantivos com o acréscimo da desinência “-a” e à formação de feminino com o acréscimo de um sufixo lexical, que observa ser “um fenômeno de distribuição léxica, muito diverso do processo de flexão, paradigmático, regular e preciso” (p. 86).

Finaliza o texto com uma referência sintética sobre o aspecto lexical da apresentação de feminino por heteronímia – associação entre duas palavras de radicais distintos para a oposição masculino–feminino (“homem–mulher”, “cavalo–égua”, “bode–cabra”) e chama a atenção para o fato de ser esse caso uma evidente distribuição léxica, que a nossa tradição gramatical descreve ao lado da morfologia nominal (ou melhor, morfologia flexional).

Embora se possa observar que a noção de imanência do gênero dos substantivos portugueses praticamente mediu as digressões

MORFOSSINTAXE

elaboradas por Câmara Jr. nesse artigo (e se poderá observar em outros), é exatamente em seus *Dispersos* (*op. cit.*, p. 115-29) que podemos encontrar subsídios para a referida concepção.

Como vimos, o caráter imanente do gênero dos substantivos portugueses se fundamenta no fato de todos os substantivos serem ou masculino ou feminino, gênero gramatical que recebem no momento de sua criação, que pode fixar-se na língua, dependendo da sua aceitação por parte dos seus usuários²⁰.

Sobre tal característica do nome substantivo em português, Câmara Jr. faz a seguinte asserção:

Como, por outro lado, todos os substantivos em português têm gênero determinado, dependente ou independente do contexto, há que se concluir que não é a flexão do substantivo, em princípio, a marca básica do seu gênero. Com efeito, quer apareça, quer não apareça a flexão, todo nome, em cada contexto, será imperativamente masculino ou feminino. (*Idem*, 1972, p. 121)

Nesse e em todos os seus trabalhos, o autor afirma ser o fenômeno uma flexão, apesar de conceber a imanência do gênero dos substantivos, embora não esclareça como isto pode ser possível. Certamente o faria, mas o referido problema “a morte lhe não permitiu explorar, em toda extensão e profundidade, levando a cabo a tarefa iniciada” (Herculano de Carvalho, 1973, p. 386).

A partir da leitura da referida citação, constata-se que o gênero do substantivo em português não depende fundamentalmente do contexto e nem de uma eventual formação lexical de feminino, que o autor prefere denominar “flexão”. Não depende do contexto nem de uma formação de feminino porque o seu gênero é-lhe inerente, porquanto a imanência do gênero é uma característica geral dessa classe de palavras. Daí, poder ser o substantivo acompanhado de um modificador, que com ele concorda em gênero e em número e, por conseguinte, funciona como determinante de seu gênero, o que fez com que Câmara Jr. concebesse o artigo o seu determinante por excelência.

²⁰ É mister que se ressalte que tal noção se depreende do referido texto. Não há nele nenhuma referência ao termo “imanência” ou “imanente”, como o há em *Historia e Estrutura da Língua Portuguesa* (1985, p. 75, 77 e 78).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

As línguas românicas introduziram muito maior nitidez nesse mecanismo de seleção do modificador, como índice do gênero de um substantivo, com a criação do modificador nominal por excelência, que é o artigo. (*Idibidem*, p. 121)

Em outros termos: o gênero do substantivo está na flexão do artigo que o determina ou pode determinar. (*Idibidem*, p. 122)

Câmara Jr. inicia o artigo, observando que as nossas gramáticas se mostraram limitadas diante da complexidade da categoria gramatical do gênero. Por essa categoria, faz-se nos substantivos uma classificação dependente do “recorte do mundo dos objetos”, conforme já observara Cassirer (*Apud* Câmara Jr., 1972, p. 115). Este recorte, segundo o autor, é arbitrário e lhe falta lógica.

Fala-nos sobre as várias maneiras de integração dos substantivos da língua no seu quadro de gênero: analogia formal, analogia conceptual e ampliação do gênero decorrente de certos contextos.

Alerta-nos para o problema de se partir de uma noção precisa e bem definida no tratamento do gênero, mesmo que tal noção seja importante na visão cósmica da língua considerada. Não obstante, não esclarece o que distingue as várias maneiras de integração dos substantivos da língua no seu quadro de gêneros. Mas, com o apoio em outros dos seus trabalhos (1985 e 1989), em cujos textos o assunto é menos obscuro, depreendemos ser a analogia formal a que se refere à terminação; a analogia conceptual a que se refere à significação, que no caso de certos nomes de coisas (“espinho/espinha”, “jarro/jarra”, etc.) liga-se à analogia formal; e a ampliação do gênero – semanticamente motivada, arbitrária e convencional – a que se refere à “flexão”. Todas, contudo, tendem a fazer do gênero muitas vezes uma simples divisão mórfica.

Depois passa a comentar a respeito da relação entre sexo e gênero, fazendo referências a outras línguas. Critica a referida relação e a dispensa para a descrição da categoria dos substantivos em português, por razões óbvias: a noção de sexo para a formação do feminino dos substantivos é fragmentada; só se aplica a nomes animados e por meio de processos distintos: heteronímia de formas (“pai-mãe”, “boi-vaca”, “bode-cabra”), derivação sufixal (“condessanda”, “galo-galinha”, “embaixador-embaixatriz”), com termos designativos (“jacaré macho-jacaré fêmea”, “o macho da cobra-a

MORFOSSINTAXE

fêmea da cobra”, “o estudante–a estudante”) e por “flexão” (“menino–menina”, “cantor–cantora”, “ladrão–ladrona”).

Uma das contribuições fundamentais desse texto está na negação do critério do sexo – de ordem semântica –, como critério fundamental na descrição do gênero, que é gramatical, dos substantivos. O autor esclarece que é pequeno o número de substantivos portugueses, em que se tem a relação sexo-gênero. Logo, torna-se perturbador e contraproducente descrever a categoria gramatical do gênero dos substantivos a partir da diretriz semântica do sexo, embora não negue a importância desse traço semântico na visão cósmica da língua.

Propondo uma mudança metodológica na descrição gramatical do gênero em português, concentra-se, então, na flexão nominal e no seu mecanismo, que cria nos substantivos uma oposição de gênero. Usando, inclusive, uma terminologia tradicional (desinência de feminino, tema e vogal temática), o autor descreve o mecanismo de formação do feminino, como um fenômeno de flexão, ao mesmo tempo em que afirma que “todos os substantivos em português têm um gênero determinado, dependente ou independente do contexto” (p. 121), e que não é a flexão a marca básica de gênero desta classe de palavras e sim, o artigo.

Finalizando, apresenta as suas considerações finais. Nelas, corrobora o fenômeno esporádico da flexão nos substantivos portugueses, já que o princípio diretor da indicação do gênero é a flexão imperativa do artigo ou das partículas substitutas (os demonstrativos e os indefinidos adjetivais) que os determina, e anuncia, sem desenvolver, duas outras temáticas: a flexão dos adjetivos por concordância com o núcleo substantivo a que se referem e a distinção entre substantivo e adjetivo – funções dos nomes –, que o autor declara ser uma terceira tarefa da descrição da morfologia do gênero.

Os nomes portugueses (sic) com essas estruturas se dividem, justamente em adjetivos e substantivos, essencialmente pelo seu comportamento quanto à flexão de gênero. Qualquer nome, em princípio, pode funcionar como adjetivo ou como substantivo, de sorte que a classificação é lábil. Na morfologia, porém, encontramos uma distinção na base da flexão de gênero. (*Idibidem*, p. 127)

Observa-se, no final desse texto, o caráter obrigatório, fechado e sistemático da flexão de gênero, que se dá pelas regras de concordância entre um adjetivo (ou termo em função adjetiva) com o

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

seu núcleo substantivo, que o próprio Câmara Jr. desenvolverá em outras obras.

Câmara Jr. faz, ainda, algumas observações acerca da distinção entre substantivos e adjetivos na base da flexão de gênero e termina o artigo, reafirmando ser secundária a predizibilidade dos nomes portugueses que apresentam flexão de gênero redundante ao lado da flexão do artigo determinante.

Em “Estrutura da língua portuguesa” (1970), Câmara Jr. se concentra no mecanismo da flexão portuguesa e, mormente, na formação do feminino dos nomes substantivos e seus alomorfes. No capítulo X, o autor apresenta uma tentativa de esclarecer o fenômeno “flexão”, ao qual relaciona, primeiramente, ao termo alemão *Biegung* (“flexão, curvatura”), introduzido por Schlegel (1808) “para indicar que um dado vocábulo se ‘dobra’ a novos empregos” (p. 71).

Depois, relaciona o termo “flexão” ao que o gramático latino, Varrão, denominou *derivatio naturalis* (para o fenômeno da declinação) em oposição a *derivatio voluntaria* (para o fenômeno de criação de novas palavras) e o caracteriza como um fenômeno fechado, obrigatório, sistemático e coerente, e *naturalis* no termo de Varrão, o que não ocorre com a “derivação”, que é um processo de caráter aberto, fortuito, assistemático e desconexo.

As palavras derivadas, com efeito, não obedecem a uma pauta sistemática e obrigatória para toda (sic) uma classe homogênea do léxico. Uma derivação pode aparecer para um dado vocábulo e faltar para um vocábulo congêneres. (*Idem*, 1970, p. 71)

Logo, o resultado da derivação, diferente do da flexão, é uma palavra nova, que se incorpora ao léxico de uma dada língua e o caracteriza em face de sua gramática.

Faz referência ao sufixo flexional de gênero (“-a”), que é utilizado na flexão de gênero dos nomes e afirma que o masculino se caracteriza pela ausência dessa marca de feminino, assim como o singular se caracteriza pela ausência da marca de plural (“-s”). Ou seja, masculino e singular são assinalados em português por um morfema gramatical zero (Ø).

No capítulo XI, o autor inicia a sua digressão, lembrando-nos de que os nomes portugueses se dividem em substantivos e adjetivos, considerando o critério funcional, e que a distinção entre eles não é absoluta, apesar de muitos serem essencialmente substantivos ou ad-

MORFOSSINTAXE

jetivos. Sugere, pois, que uma distinção formal entre eles possa ser feita, considerando o gênero gramatical.

Passa a criticar a forma de exposição da flexão de gênero, feita pelas nossas gramáticas tradicionais, que considera incoerente e confusa por ter sido feita a partir de uma incompreensão semântica da sua natureza. Nega a associação do gênero, que é gramatical, com o sexo dos seres, que é semântico, e assevera que “o gênero é uma distribuição em classes mórficas, para os nomes” (p. 78).

Ressalta que a tal incoerência e confusão também se deram pela falta de “distinção entre flexão de gênero e certos processos lexicais ou sintáticos de indicar o sexo” (p. 79). E assim como já tinha feita em seu “História e Estrutura da Língua Portuguesa”, passa a descrever a estrutura flexional do feminino e apresenta as possíveis e previsíveis alomorfas na formação de feminino dos substantivos. Faz, ainda, uma importante observação sobre a heteronímia no gênero de pares do tipo “homem–mulher”, “boi–vaca”: “que não é mais do que a restrição a um gênero único de determinado membro de um par semanticamente opositivo” (p. 80-1). Nesse caso, cabe ao dicionário informar e completar a descrição gramatical, de forma conveniente.

Em seguida, apresenta uma proposta didática de apresentação do gênero dos substantivos em português:

1. Nomes substantivos de gênero único: ex.: (a) rosa, flor, tribo, juriti, planeta, (o) amor, livro, colibri.
2. Nomes substantivos de 2 gêneros sem flexão: ex.: (o, a) artista, intérprete, mártir.
3. Nomes substantivos de 2 gêneros, com uma flexão redundante: ex.: (o) lobo – (a) loba, (o) mestre – (a) mestra, (o) autor – (a) autora. (*Idibidem*, p. 82)

Como se pode observar, a proposta em nada se assemelha à descrição das nossas gramáticas tradicionais, compêndios gramaticais e livros didáticos, que são unânimes quanto à apresentação do gênero dos substantivos na base do sexo: masculinos e femininos, comuns de dois, sobrecomuns e epicenos.

Nessa proposta, o autor dispensa os termos “sobrecomuns”, “comuns de dois” e “epicenos” e as suas confusas definições. Reúne

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

todos os substantivos masculinos e femininos (referentes a seres de natureza concreta: hominal, animal, vegetal e mineral e artefatos, ou de natureza abstrata), e os distribui em: substantivos que não apresentam uma forma de gênero oposto (relacionados no item 1); substantivos que apresentam uma forma de gênero oposto com apenas a seleção do artigo determinante (relacionados no item 2); e substantivos que apresentam uma forma de gênero oposto com a seleção do artigo determinante e uma flexão redundante (relacionados no item 3).

Em tal proposta, de fato, a apresentação da distribuição dos substantivos em gênero se mostra conveniente e, sobretudo, bem mais esclarecedora do que a apresentação da nossa Tradição Gramatical. Contudo, tal contribuição ainda não foi aproveitada pelos nossos gramáticos e escritores de livros didáticos.

Em *Problemas de Lingüística Descritiva* (1971)²¹, o autor apresenta uma descrição da flexão nominal e verbal nos quatro últimos dos dez capítulos do pequeno volume.

No capítulo VII, em que trata dos constituintes do vocábulo mórfico, da flexão e da derivação, inicialmente Câmara Jr. apresenta os tipos de morfemas que constituem o vocábulo mórfico ou forma vocabular: “morfemas lexicais” (“lexemas”, para Martinet (1960) e “semantemas”, para Vendryes (1921)), que se combinam com os “morfemas gramaticais” ou “morfemas” *stricto sensu*.

Em seguida, faz alusão aos conceitos de *derivatio naturalis* e *derivatio voluntária*, de Varrão, o gramático latino do século I a. C. (116 a 26 a. C), relacionando o fenômeno da flexão (que é natural) àquele e o da derivação (que é fortuito) a este. Assevera que “as palavras ‘derivadas’ não obedecem a uma pauta sistemática e obrigatória para toda uma classe homogênea do léxico” (p. 48), já que uma dada formação derivacional pode efetivar-se para uma forma vocabular e não ser possível para uma outra da mesma natureza mórfico-semântica.

Os morfemas de derivação não constituem um quadro regular, coerente e preciso. Acresce a possibilidade de opção, para usar ou não usar o

²¹ Convém ressaltar que a sua 1ª edição é de 1971, que é um volume que reúne artigos escritos entre 62 e 66, os quais foram publicados numa revista da Editora Vozes na década de 60.

MORFOSSINTAXE

vocábulo derivado, que sugeriu a Varrão o adjetivo voluntária. (*Idem*, 1971, p. 48)

Depois explica que para as derivações os processos são desconexos e de muitos tipos, além das diversas lacunas possíveis, já que uma dada formação pode não existir para um dado vocábulo e os existentes podem ser ou não utilizados, conforme a vontade do usuário da língua. E assevera que “na ‘flexão’ (grifo do autor) há obrigatoriedade e sistematização coerente” (p. 49), uma vez que considera ser a flexão um fenômeno imposto pela natureza da frase:

É a natureza da frase que nos faz adotar um substantivo no plural ou um verbo na primeira pessoa do pretérito imperfeito. (*idibidem*, p. 49)

Depois de afirmar que os morfemas flexionais se organizam em paradigmas coesos, podendo apresentar uma pequena margem de variação, faz referência ao fenômeno da congruência, que “é a ‘concordância’ (grifo do autor), decorrente da sua repetição nos vocábulos encadeados na frase” (p. 49), o que de fato, quando ocorre, é imposto pela frase.

Passa a comentar sobre a formação de grau nos nomes adjetivos, em que não há obrigatoriedade, mas uma possibilidade estilística por conta da vontade do usuário, ao contrário do que ocorre com a formação de plural ou de feminino nos nomes adjetivos, que concordam com o seu núcleo substantivo.

Voltando à comparação entre derivação e flexão, o autor declara que “a característica básica da flexão em português: é a sua natureza sufixal” (p. 51), uma vez que “os morfemas flexionais portugueses são ‘sufixos’ (grifo do autor)”, ou, em outros termos, pequenas formas, que ficam na parte final do vocábulo” (p. 51).

Já no capítulo VIII, onde trata da flexão no léxico português, o autor confirma que a classificação dos vocábulos mórficos define, como variáveis, os nomes, os pronomes e os verbos, que podem sofrer flexões. Para o gênero, que estabelece uma oposição masculino-feminino, Câmara Jr. confirma ser o morfema sufixal “-a” a marca de feminino, utilizada no seu mecanismo flexional, e ser o masculino caracterizado pela ausência da referida marca de feminino.

Mais adiante, faz a seguinte afirmação:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Desta sorte, em relação aos nomes e pronomes, as noções gramaticais que se expressam por flexão são apenas as de gênero masculino e feminino e de número singular e plural como já foram aqui, no início, citadas: Ø – /z/, para o número, Ø – /a/ átono, para o gênero. (*Idibidem*, p. 55)

Embora se possa depreender, da citação acima, um caráter flexional para o masculino, tem-se uma asserção sobre as flexões existentes em português para os vocábulos variáveis: quatro (gênero e número, para os nomes e pronomes; e tempo-modo e número-pessoa, para os verbos):

Assim, os morfemas flexionais portugueses, de natureza sufixal, também chamados *desinências* (grifo do autor), são os seguintes: a) sufixo de gênero feminino e sufixo de número plural na morfologia nominal e pronominal; b) sufixo de modo-tempo e sufixo de número-pessoa na morfologia verbal. (*Idibidem*, p. 55)

Logo, não convém atribuir ao masculino um caráter flexional, como parece sugerir o autor naquela citação acima. Aliás, é o próprio Câmara Jr. que, nessa e em outras obras, esclarece a problemática formada em torno da vogal “-o” dos nomes, definindo-a como vogal temática.

Desta sorte, na base do tema, caracterizado por uma dada vogal constante, dita *temática* (grifo do autor), nomes e verbos se agrupam em classes morfológicas, como são para os verbos portugueses as tradicionais três conjugações. Nos nomes, deve-se igualmente considerar classes temáticas, que são em -a (rosa, poeta), em -o (lobo, livro) e em -e (ponte, dente ou triste). (*Idibidem*, p. 52)

No capítulo IX, a sua concepção do mecanismo da flexão nominal, já demonstrada em “Dispersos” e suscitada em “História e Estrutura da Língua Portuguesa” e também em “Estrutura da língua portuguesa”, pode ser constatada.

Confirma a natureza uniforme e simples do mecanismo da flexão nominal, que se caracteriza por uma forma acrescida de um sufixo flexional de plural em oposição à outra no singular (ausência de tal marca) ou por uma forma acrescida de um sufixo flexional de feminino em oposição a uma outra no masculino (ausência de tal marca). Alerta-nos para uma relevante complexidade possível, decorrente de mudanças morfofonêmicas de certas formas vocabulares e passa a descrevê-las de forma sintética.

MORFOSSINTAXE

Faz alusão à relação entre sexo e gênero, que mediou a descrição de nossa Tradição Gramatical, criticando-a e reforça a idéia de que um número muito grande de substantivos não apresenta o fenômeno da flexão na formação do feminino, porquanto “são exclusivamente masculinos ou femininos em função da forma masculina ou feminina, respectivamente, do artigo definido com que se articulam” (p. 63).

Ao finalizar o capítulo, Câmara Jr. anuncia aquela proposta didática para a distribuição dos substantivos em gênero, apresentada em seu “Estrutura da língua portuguesa”²², demonstrando a sua preocupação com uma interpretação teórica acerca do gênero único de muitos substantivos e da flexão redundante nos poucos substantivos, que se efetiva concomitantemente com a indicação do gênero pelo artigo.

Podemos dizer, portanto, que a flexão, quando aparece, é redundante, porque o gênero é sempre indicado, concreta ou potencialmente, pelo artigo. Em outros termos, a flexão nominal, quando aparece, reforça apenas a expressão de uma categoria gramatical latente, que, mesmo sem essa flexão, se manifesta pela forma do artigo definido que o vocábulo nominal exige. (*Ibidem*, p. 64)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessas obras, muitos dos nossos mais recentes estudiosos têm demonstrado suas concepções sobre a noção de gênero gramatical e a forma de classificar os substantivos em gênero. Uns repetem as concepções do mestre; outros reagem contra elas, corroborando as concepções da Gramática Tradicional; e alguns refletem sobre o legado matosiano e aproveitam as suas concepções numa abordagem também revolucionária.

Sandmann (1991 e 1992), Botelho (1996 e 2004), Bechara (1999) e Azeredo (2000), por exemplo, são da opinião de que a formação de gênero nos substantivos em português constitui um fenômeno lexical. Freitas (1981), Monteiro (1987) e Kehdi (1990 e 1992), por sua vez, corroboram as concepções de Câmara Jr. Hercu-

²² Convém lembrar que, embora tenha sido publicada em 1971 (a usada aqui é a de 1991), um ano após a publicação desse “Estrutura da língua portuguesa”, a obra fora escrita entre 1962 e 1968.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

lano de Carvalho (1973 e 1984), por outro lado, a partir da concepção de atualizadores lexicais, sem se mostrar esclarecedor, enfatizar que o fenômeno da flexão ocorre, de fato, nos adjetivos.

De fato, concordando ou não com as concepções matosianas acerca da formação do gênero nos substantivos portugueses, todos se reportam aos estudos do mestre e deles tiram subsídios para a formação de suas próprias concepções.

Portanto, as contribuições de Câmara Jr. acerca do gênero dos substantivos em português são inegavelmente merecedoras de ressalvas.

Apresentamos, aqui, o âmago dos estudos sobre o gênero dos nomes, desenvolvidos por Câmara Jr. em diferentes obras, com o objetivo de demonstrar a concepção de imanência do gênero dos substantivos portugueses por parte do autor, que, não obstante, concebe a formação de feminino desses substantivos como uma flexão.

Decerto, muito ainda temos que refletir sobre a questão, mormente sobre o fenômeno da flexão em si, cujos esclarecimentos ainda se nos apresentam deficitários. Porém, esperamos que o presente estudo sirva de subsídios para novas reflexões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BOTELHO, José Mario. *O gênero imanente do substantivo em português*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1996.

———. *O gênero imanente do substantivo em português*. Rio de Janeiro: Botelho, 2004.

CÂMARA Jr., Joaquim Matoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 1970.

———. *Dispensos*. Seleção e introdução por Carlos Eduardo Falcão Uchoa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

MORFOSSINTAXE

- . *História e estrutura da língua portuguesa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.
- . *Dicionário de lingüística e gramática*. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985a.
- . *Princípios de lingüística geral*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1989.
- . *Problemas de lingüística descritiva*. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- CUNHA, Celso e CINTRA, Luis F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FREITAS, Horácio Rolim. *Princípios de morfologia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Presença, 1981.
- HERCULANO DE CARVALHO, José Gonçalo. Atualizadores léxicos. **In:** *Revista de Cultura*, 67(5). Petrópolis: Vozes, 1973, p. 385-96.
- . *Teoria da linguagem: Natureza do fenômeno lingüístico e a análise das línguas*. Vol. II, 4ª imp. Coimbra: Coimbra, 1984.
- KEHDI, Valter. *Morfemas do português*. São Paulo: Ática, 1990.
- . *Formação de palavras em português*. São Paulo: Ática, 1992.
- MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. Fortaleza: UFC, 1987.
- MARTINET, André. *Elements de linguistique générale*. Paris: PUF, 1960.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 29ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.
- SANDMANN, Antônio J. *Morfologia geral*. São Paulo: Contexto, 1991.
- . *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto, 1992.
- VENDRYES, J. *Le langage, introductio linguistique à l'histoire*. Paris: E. A. M., 1921.

**DECLINATIO NATURALIS
ET DECLINATIO UOLUNTARIA**

Amós Coêlho da Silva (UERJ / ABF)
amosc@oi.com.br

Multa paucis. Preito a Olmar Guterres da Silveira.

O cunho enciclopédico da atividade intelectual de *Marcus Terentius Varro* (116-27 a.C.) não impediu a sua investigação sobre as questões da língua. Escreveu 620 livros, compendiados em 74 obras, das quais nos restam fragmentadas *De Re Rustica*, *Satirae Menippeae*, *Antiquitates Rerum Humanarum et Divinarum* e *De Lingua Latina*. Desta última, dos vinte e cinco livros, temos apenas os livros V a X, cujo tema Aulo Gélío (séc. II d.C.) nos explica:

Duo autem Graeci grammatici illustres, Aristhachus et Crates, summa ope, ille ‘analogían’, hic ‘anomalían’ defensitavit – Assim, dois gregos, Aristarco e Crates (de Malos)²³, com argumentação relevante, defendeu, o primeiro, a analogia, o segundo, anomalia.

Jean Collart (1954 e 1978) dedicou um longo estudo à obra do gramático Varrão e, por extensão, aos analogistas (Zenódoto de Éfeso, Aristófanes de Bizâncio, Aristarco de Samotrácia), que defendiam o princípio da convenção, (‘nómos’ / ‘thésis’). Eles deram atenção

...aux déclinaisons et aux conjugaisons, rapprochent les paradigmes semblables des paradigmes semblables (Analogie); ils en dégagent des modèles – types et des principes généraux. (Collart, 1954: 135)

...às declinações e às conjugações, cotejam os paradigmas semelhantes com os paradigmas semelhantes (Analogia); eles resgatam os modelos – tipos e os princípios gerais.

²³ Em 167 a.C., Crates de Malos, tendo vindo a Roma como embaixador do rei Átalo de Pérgamo, alongou sua permanência e fez várias conferências sobre gramática e literatura, daí em diante os romanos procuraram adaptar às obras literárias nacionais os *cânones daquela crítica...desse modo fizeram as primeiras edições filológicas, e così ebbero, dopo le ‘recensione’ critiche... e assim tiveram em seguida a ‘recensão’ crítica...*(Della Corte, 1981, p. 33-4)

MORFOSSINTAXE

Os anomalistas sustentavam que por trás das formas numa frase havia uma significação ordenada com sabedoria. Essa ordenação não é convencional, ao contrário, é uma criação da natureza ('phýsis'). Estes estóicos defendiam, mais ou menos, que a arte do conhecimento da linguagem, de aquisição inteiramente natural, não só é nas abelhas, considerando a sua herança genética de linguagem na sua atividade de trabalho durante a fabricação do mel, como também é a uma aquisição genética de linguagem a articulação vocal humana. É a linguagem um dom inalienável para o homem.

Varrão escreveu sobre morfologia nos livros VIII, IX e X do *De Lingua Latina*, e, embora delimitasse o seu *corpus* de pesquisa em torno da língua latina e grega, faz descrições e abordagens tão pertinentes ao estudo lingüístico, apesar de se preocupar com o debate entre anomalia, filósofos de Pérgamo, e analogia, filólogos de Alexandria, que despertou a atenção de estudiosos em geral e, entre nós, Mattoso Câmara Jr., como veremos adiante.

Segundo Varrão, a abordagem de uma língua como um sistema é uma vantagem, porque define o que dela se deve reter na memória. Desse modo, o gramático Varrão, no início do Livro VIII (II, 3), delinea porque existe nas línguas a declinação: termo empregado ao longo de sua abordagem, ora como categoria gramatical para os elementos mórficos do verbo e do nome, ora como elemento de formação ou ampliação lexical, ou seja, radical de uma palavra acrescido de sufixo ou prefixo. Nesta passagem, ele trata das categorias gramaticais, relacionadas indistintamente ao verbo e ao nome:

Declinatio inducta in sermones non solum Latinos, sed omnium hominum utili et necessaria de causa: nisi enim ita esset factum, neque discere tantum numerum verborum possemus (infinite enim sunt naturae in quas ea declinantur) neque quae didicissemus, ex his, quae inter se rerum cognatio esset, appareret.

A declinação foi introduzida na linguagem, não só entre os latinos, mas entre todos os povos, por causa de sua utilidade e necessidade: não fosse assim, não poderíamos aprender um tamanho número de palavras (realmente, os nascimentos [=as modificações] nos quais elas são declinadas são infinitos). Seria evidente que destas não aprenderíamos aquela conexão natural que existiria entre si das coisas.

Como se vê, Varrão levanta o tema dos universais lingüísticos: é que a questão abordada, neste passo, se refere ao jogo do princípio da economia de que tratou André Martinet (1970). Também

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

aqui estamos diante de termo consagrado e presente nas aulas universitárias e escolares em geral de hoje: *cognatio* – família cognata.

G. Mounin (1967, p. 95-6) interpreta a passagem acima desse modo:

Ces mêmes déclinaisons, il pose qu'elles sont nécessaires 'en toutes langues', car 'autrement le nombre des mots excéderait l'entendue de la mémoire' ce qui est bien apercevoir *le jeu du principe d'économie*. (grifo nosso)

É importante ressaltarmos a concepção plástica que os gregos imaginaram para a compreensão do um idioma greco-latino. Conceberam um paradigma de nome na figura de uma linha reta vertical. Nesta não haveria nenhuma queda ou afastamento por ser a forma primitiva do □ετ□□ζ❖ □◆♦♠✠✠✠ orthé ptôsis, e em latim: *casus rectus*, *caso reto* (ambos substantivos significam queda, nos dois idiomas) – os demais eram *casus obliqui*, *casos oblíquos*, eram apontados por linhas oblíquas ou inclinadas, por figurarem como desvios da forma original. A expressão *caso reto* está no prumo – o seu risco, como o ponteiro de um relógio em cima do doze, é em pé. Para R. G. Kent, é uma contradição: *The 'casus rectus' is therefore a contradiction in itself*. (1951, p. 370) Por isso, Varrão escreveu *unde rectus an sit casus sunt qui quaerant, por isso, há quem pergunte se o nominativo (rectus) é caso, ou seja, queda*. (VIII, 16)

No tempo de Varrão não havia a nomenclatura ablativo. É interessante se notar que ao estudo do grego e do latim era dispensado tratamento óbvio quanto ao fato da morfologia grega possuir cinco casos e a latina, seis. Não escapou a Varrão o fato lingüístico de o ablativo ser um caso genuíno em latim, no sentido de ser princípio temático latino. Por isso, Varrão não parte do genitivo, que é princípio temático em grego: os gramáticos latinos, historicamente, terminaram por imitar os gregos, que não tinham sexto caso, e ordenaram seus verbetes inadequadamente em nominativo e genitivo.

Ele afirma que a partir do nominativo seria não considerar os temas nominais em *a*, *e*, *i*, *o*, *u*, porque se misturariam os grupos flexionais. Note que o comentário de Varrão insinua o termo ablativo nos pronomes demonstrativos em ablativo; dito de outro modo, o próprio pronome torna implícito o termo ablativo.

MORFOSSINTAXE

...initium facere oportebit ab sexto casu, qui est proprius Latinus: nam eius casus [no aparato crítico vem: A. Sp.; cassuis Meu.; for casus his] litterarum discriminiibus facilius reliquorum varietatem discernere poterit, quod ei habent exitus aut in A, ut hac terra, aut in E, ut hac lance, aut in I, ut hac clavi, aut in O, ut hoc caelo, aut in V, ut hoc versu. Igitur ad demonstrandas declinationes biceps via haec.

...deverá iniciar do sexto caso, que é peculiar em Latim: porque pela diferença das letras (hoje diríamos vogais temáticas) deles, poderá discernir mais facilmente a variação entre os restantes, porque eles terminam ou em A, como o ablativo 'terra'(terra), ou em E, como o ablativo 'lance' (prato), ou em I, como o ablativo 'clavi'(chave), ou em O, como o ablativo 'caelo' (céu), ou em V, como o ablativo 'versu'(verso). Portanto, para demonstrar as declinações há este caminho, que provém deste duplo ponto de partida. (X, 62)

Alguns dos seus exemplos são *surus (estaca) / lupus (lobo) / lepus (lebre)* (VIII, 68); *dolus (dolo, fraude) / malus (mau/ mal)* (X,51) – nos quais discute nestes diversos pontos a questão do flexionismo casual, ou seja, se se parte apenas do nominativo, há o engano de se abordarem estes nomes acima como todos pertencentes a um só grupo em relação paradigmática, quer dizer, sem oposição sistemática, isto é, mais ou menos, agrupando todos os nomes em segunda declinação. Acontece que desta série apenas quatro formam ablativo em –o: *suro, lupo, dolo, malo*, o ablativo de uma delas destoa das demais: *lepus > lepore*. Numa outra passagem, Varrão ainda reconhece o tema consonantal implícito no nominativo e explícito em ablativo: *crux, -x: cs (cruz) / Phryx, x:gs (frígio)* (IX, 44) – *Quod item apparet, cum est demptum S: nam fit unum cruce, alterum Phryge. (Idem) Do mesmo modo isto acontece, quando se tira (demptum est)²⁴ o S: pois uma se torna ablativo 'cruce', a segunda, ablativo 'Phryge'.*

Há uma observação de Varrão que marca sua originalidade como estudioso gramatical. Nesta mesma passagem e também no livro VIII, 16, há uma análise dos casos gregos e latinos, cotejados criteriosamente por Varrão:

Nos vero sex habemus, Graeci quinque: quis vocetur, ut Hercules; quemadmodum vocetur, ut Hercule; quo vocetur, ut ad Herculem; a quo vocetur, ut ab Hercule; cui vocetur, ut Herculi; cuius vocetur, ut Herculis.

²⁴ O tema latino verbal ou nominal deve ser identificado por decréscimo – o que é diferente do português que é por acréscimo.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Nós temos, com toda certeza, seis, os gregos cinco: ele que é chamado, como (nominativo) 'Hercules'; como o chamado é feito, como (vocativo) 'Hercule'; para onde é chamado, como (acusativo) 'ad Herculem'; por quem é chamado, como (ablativo) 'ab Hercule'; para ou a que é chamado, como (dativo) 'Herculi'; de quem é chamado, como (genitivo) 'Herculis'.

Tomemos aqui três passagens do livro VIII à guisa de ilustração da diferença (*discrimina*) entre derivação e flexão:

Propter ea verba quae erant proinde ac cognomina, ut prudens, candidus, strenuus, quod in his praeterea sunt discrimina propter incrementum, quod maius aut minus in his esse potest, accessit declinationum genus, ut a candido candidius candidissimum sic a longo, divite, id genus aliis ut fieret. (VIII, VII, 17)

Em relação às palavras que são as que denotam qualidade / apelido, como 'prudens' (prudente), 'candidus' (branco), 'strenuus' (diligente), por que nelas, além disso, são feitas distinções por aumento (incrementum), já que nelas pode existir significado para mais (maius) ou para menos (minus), forma-se uma classe de flexão, como do ablativo de 'candidum', vem o comparativo 'candidius', vem o superlativo 'candidissimum'; assim do ablativo de 'longum' (longo), 'dives' (rico), como acontece com outras palavras desta classe.

Quae in eas res quae extrisecus declinantur, sunt ab equo equile, ab ovibus ovile, sic alia: haec contraria illis quae supra dicta, ut a pecunia pecuniosus, ab urbe urbanus, ab atro atratus: ut nonnunquam ab homine locus, ab eo loco homo, ut Romulo Roma, ab Roma Romanus. (livro VI-II, 18)

As que são derivadas por significado de coisas exteriores (quer dizer: as formações com caráter não-flexional), são do ablativo de 'equus' (cavalo) formando 'equile' (estrebária), do ablativo de 'ovis', formando 'ovile' (curral de ovelhas), (quer dizer, de seres vivos formando objetos) assim outras: estas são contrárias a aquelas que citei acima, como do ablativo de 'pecunia' (dinheiro) se forma 'pecuniosus' (rico), do ablativo de 'urbs' (cidade), se forma 'urbanus' (urbano), (de objetos formando seres vivos), do ablativo de 'ater' (preto), se forma 'atratus' (de luto): como às vezes o nome de um local vem do ablativo de um homem, por exemplo, do ablativo de 'Romulus', vem 'Roma', e em seguida de um lugar um homem, do ablativo de 'Roma' vem 'Romanus'. [Na verdade, Rômulo vem de Roma.]

Indicou um quadro reduzido de sufixos flexionais, dentro de um quadro interno (seis casos) e um amplo quadro de sufixos derivacionais. A dimensão destes se relaciona aos traços semânticos externos.

MORFOSSINTAXE

Aliquot modis declinata ea quae foris nam aliter qui a maioribus suis, Latonius e Priamidae, aliter quae a facto, ut praedando praeda, a merendo merces; sic alia sunt, quae circum ire non difficile; sed quod genus iam videtur et alia urgent, omitto.

Por diversos modos são derivadas as que se referem ao exterior, pois de diferente modo aqueles provêm dos antepassados: os filhos (Apolo e Diana) de Latona pelo sufixo -ius, os (Heitor, Páris, Heleno, Deífobo, Cassandra...), de Príamo pelo sufixo -ida, que derivados de uma ação (verbal), como do ablativo de 'mereri'²⁵ (ganhar dinheiro, merecer) vem 'merces' (negócio), como de 'praedari' (pilhar), vem 'praeda' (pilhagem). (VIII, 19)

No livro VIII, 20, analisa: a classe de palavras que denota tempo; será explicada dentro do estoque (*in copia*) daquelas formas verbais: *ea erant tria, praeteritum, praesens, futurum*, elas são²⁶ três, tempo pretérito, presente e futuro. Aqui mesmo: A modificação (nascimento) das pessoas (do verbo) são três, quem fala, para quem se fala, sobre quem se fala, estas vêm do ablativo da mesma forma derivada, *cum item personarum natura triplex esset, qui loqueretur, ad quem, de quo, haec ab eodem verbo declinata*.

Destes pontos Varrão tira a seguinte ilação:

Quoniam dictum de duobus, declinatio cur et in quas sit facta, tertium quod relinquitur, quemadmodum, nunc dicitur. Declinationum genera sunt duo, voluntariam et naturale; voluntarium est; quo ut cuiusque tulit voluntas declinavit. (VIII, IX 21)

Portanto, discutidos estes dois pontos, porque existe declinação e para que foi feita, assim sendo, um terceiro ponto restante seja esclarecido agora. São duas as classes de derivações voluntária e natural: é voluntária quando, quem derivou, a sua vontade individual produziu.

Sic tres cum emerunt Ephesi singulos servos, nonnunquam alius declinat nomen ab eo qui vendit Artemedorus, atque Artemam appellat, alius a regione quod ibi emit, ab Ionia Iona, alius quod Ephesi Ephesium, sic alius ab alia aliqua re, ut visum est. (VIII, IX 21)

Assim, quando três homens compraram cada um escravos em Éfeso, muitas vezes, o nome deriva daquele outro que vendeu Artemidorus,

²⁵ O infinitivo, como se sabe, é o nome do verbo, quer dizer, a forma de sujeito em acusativo. É do gerúndio que se desdobra o flexionismo restante (genitivo, dativo etc.).

²⁶ Varrão escreve no imperfeito indicativo, porque os romanos imaginavam que seus os textos sejam passados quando forem lidos.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

porque seu dono se chama Artemas²⁷; um outro deriva do nome da região de onde foi comprado, de Iônia Ion e um terceiro porque veio de Éfeso, Efesius, assim como parecer melhor, um nome provém de uma ou outra fonte.

Contra naturalem declinationem dico, quae non a singulorum oritur voluntate, sed a communi consensu. Itaque omnes impositis nominibus eorum item declinant casus atque eodem modo dicunt huius Artemidori et huius Ionis et huius Ephesi, sic in casibus aliis. (VIII, 22)

Por outro lado, digo contra a declinação natural, que não nasce da vontade de cada um, mas do senso comum. Desse modo, todas as palavras, enquanto nomes fixados, derivam em casos do mesmo modo e por um só modo se diz o genitivo 'Artemidori', o genitivo 'Ionis' e o genitivo 'Efesi', assim em outros casos.

A Profa. Margarida Basílio também admitiu o cunho epistemológico da abordagem de Varrão:

A primeira distinção entre flexão e derivação foi sugerida pelo gramático latino Varrão... Esta distinção, no entanto, não tem sido levada em conta na tradição gramatical subsequente. (Basílio, 1980, p. 24)

Mattoso Câmara, no capítulo *O mecanismo da flexão portuguesa*, descrevendo o que é flexão e derivação, cita Varrão:

Já o gramático latino Varrão (116-27 a.C.) distinguia entre o processo de 'derivatio voluntaria', que cria novas palavras, e a 'derivatio naturalis', para indicar modalidades específicas de uma dada palavra. (1972, p. 71)

De fato, não se lê em Varrão 'derivatio' - como está escrito no Mattoso e Margarida Basílio, e sim 'declinatio', mas o mérito da questão é a descrição científica, feita pelo gramático latino perante a sua fonte e a tradição de gramáticos que seguirá sem identificá-la quanto à sua característica legítima, ou seja, distanciada de *O estudo do certo e errado*. (Câmara Jr., 1975, p. 10)

Portanto, Mattoso Câmara dissecou estas duas divisões de Varrão, que são: 1) com o adjetivo 'voluntaria': significa o procedimento livre, e neste Varrão esclareceu o caráter fortuito do processo, já que as palavras derivadas não se subordinariam sistematicamente a uma quarta proporcional, como *De "cantar"*, por exemplo, *deriva-se*

²⁷ The regularizing principle which tends to eliminate irregular forms of less frequent occurrence, still called Analogy, by scientific linguists. (Nota do tradutor R.G.Kent)

MORFOSSINTAXE

“cantarolar”, mas não há derivações análogas para “falar” e “gritar” outros dois tipos de atividade da voz humana. (1972, p. 71) Isto é, não há precisão no quadro dos afixos, que compõem o processo de ampliação vocabular pela derivação sufixal: ora acresce-se um sufixo –mento, ora é o sufixo –ção, como de *judgar* > *judgamento*, mas de *consolar* > *consolação*.

Já na flexão há obrigatoriedade e sistematização coerente. Ela é imposta pela própria natureza da frase, e é ‘naturalis’ no termo de Varrão. (*Idem*, p. 72)

Tem razão Mattoso Câmara: apenas com as seguintes passagens pretendemos ratificar a antecipação de Varrão a Halliday, que propõe, na tradução do Prof. Mattoso “relações abertas”, que caracteriza o léxico de uma língua em face de sua gramática. (*Ibidem*, p. 72)

Prima divisio in oratione, quod alia verba nusquam declinantur, ut haec vix mox, alia declinantur, ut ab lima limae, a fero ferebam, et cum misi in his verbis quae declinantur non possit esse analogia, qui dicit simile esse mox et nox errat, quod non est eiusdem generis utrumque verbum, cum nox succedere debeat sub casuum rationem, mox neque debeat neque possit. (X, 14)

A primeira divisão na linguagem é a que algumas palavras em nenhuma ocasião são declinadas, como ‘vix’ (apenas) e ‘mox’ (logo), outras são declinadas como de ‘lima’ (lima) o genitivo ‘limae’, de ‘fero’ (levar) ‘ferebam’, e porque a analogia não pode ser apresentada senão nestas palavras que são flexionadas, aquele que diz que há semelhança em ‘mox’ e ‘nox’ (noite), erra, porque não são da mesma classe as duas palavras, enquanto ‘nox’ deve acontecer dentro do sistema de caso, ‘mox’ não deve, nem pode.

Secunda divisio est de his verbis quae declinari possunt, quod alia sunt a voluntate, alia a natura. Voluntatem apello, cum unus quivis a nomine aliae rei imponit nomen, ut Romulus Romae; naturam dico, cum uni versi acceptum nomen ab eo qui imposuit non requirimus quemadmodum is velit declinari, sed ipsi declinamus, ut huius Romae, hanc Romam, hac Roma. De his duabus partibus voluntaria declinatio refertur ad consuetudinem, naturalis ad rationem. (X, 15)

A segunda divisão é a das palavras que podem ser declinadas, porque algumas são por derivação, outras, por flexão. Chamo (uoluntatem) derivação, quando de um nome forma-se um outro, antes era uma palavra imposta (palavra primitiva), como ‘Romulus’ deu um nome a ‘Roma’; chamo natural²⁸ (flexão), quando é aceito um nome por todos, mas não

²⁸ Conforme p.11: Romulus > Roma.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

perguntamos como este deseja ser declinado, mas nós mesmos os declinamos, como o genitivo 'Romae', o acusativo 'Romam' e o ablativo 'Roma'. Sobre estas duas partes a declinação voluntária é retirada do costume e a natural, do sistema.

Quare proinde ac simile conferre non oportet ac dicere, ut sit ab Roma Romanus, sic ex Capua dici oportere Capuanus, quod in consuetudine vehementer natat, quod declinantes imperite rebus nomina imponunt, a quibus cum accepit consuetudo, turbulenta necesse est dicere. (X, 16)

Por esta razão não se deve comparar 'Romanus' (romano) e 'Capuanus' (Capuano²⁹) como semelhança, e dizer que como de 'Roma' temos 'Romanus', 'Capuanus' saiu do termo 'Capua' ; porque no uso há muito de flutuação, já que, quem impõe nomes nas coisas, o faz sem sistematização, proveniente desse modo, no momento em que o uso aceitou, é necessário dizer que a derivação é fortuita.

Por essas breves apreciações, aqui delimitadas em função da dimensão deste artigo, podemos afirmar que havia consciência de norma e sistema nas abordagens de Varrão.

Há reconhecimento de limites nas variações formais que expressam os flexionismos e a ampliação lexical por afixos:

- 1) existência da articulação lingüística paradigmática como recurso econômico na linguagem;
- 2) agrupamento lingüístico por tema dos nomes latinos e reconhecimento de uma distribuição em tema consonantal;
- 3) distinção de modelo gramatical entre o latim e o grego;
- 4) clara diferença no conjunto lingüístico da primeira articulação: elementos que se referem ao mundo biossocial e os que pertencem à expressão gramatical, já que os identifica como internos com anotações explicativas (*In verborum genere quae tempora adsignificant...* – VIII, VIII, 20);
- 5) nítida caracterização entre formas variantes e invariantes – apesar de estar envolvido na querela anomalia e analogia.

²⁹ F. Gaffiot anota que Varrão desconhecia este adjetivo como latino, talvez só houvesse *capuensis*, de *Capua*: [Varr. L.10, 16, dit que ce (*capuanus*) mot n'est pas latin]

MORFOSSINTAXE

O prestígio do gramático Varrão foi investigado minuciosamente por Jean Collart e este computou quantas vezes outros gramáticos, frequentemente consultados até nos nossos dias. Soa eles Quintiliano, Aulo Gélíio, Carísio, Prisciano e Isidoro, o citaram nominalmente e disso conclui o pesquisador francês: *Varron en effect reste toujours, de siècle em siècle, le grammairien de plus souvent cité par ses successers.* (1978, p. 4)

Diante do interesse que tem despertado, mesmo com o grau de exigência a que estamos submetidos devido aos avanços nos estudos lingüísticos deste século XXI, a leitura de sua obra é bastante recomendável.

BIBLIOGRAFIA:

BASÍLIO, Margarida. *Estruturas lexicais do português.* Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

BRÉAL, Michel. *Ensaio de semântica – Ciência das significações.* Tr. Aída Ferras et alii. São Paulo: Pontes, 1992.

CÂMARA JR., J. Mattoso. *Dicionário de filologia e gramática.* Rio de Janeiro: J.Ozon, s/d.

———. *Estrutura da língua portuguesa.* Petrópolis: Vozes, 1972.

———. *Princípios de lingüística geral.* Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.

———. *História e estrutura da língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

———. *História da lingüística.* Petrópolis: Vozes, 1975.

CRYSTAL, David. *Dicionário de lingüística e fonética.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

COLLART, Jean. *Varron gramairien latin.* Paris: Les Belles Lettres, 1954.

——— et alii. *Varro: Grammaire antique et stilistique latine.* Paris: Les Belles Lettres, 1978.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CUNHA, Albertina & ALTGOTT, Maria Alice Azevedo. *Para compreender Mattoso Câmara*. Petrópolis: Vozes, 2004.

GAFFIOT, F. *Dictionnaire illustré latin- français*. Paris: Hachette, 1934.

JOTA, Zélio dos Santos. *Dicionário de lingüística*. Rio de Janeiro: Presença, 1976.

KENT, R. G. *Varro on the Language. In two volumes*. London: William Heinemann, 1951.

MARTINET, André. *Éléments de linguistique générale*. Paris: Armand Colin, 1970.

MOUNIN, Georges. *Histoire de la linguistique: des origines: XXe. siècle*. Paris: Presses Universitaires, 1967.

ROBINS, R.H. *Pequena história da lingüística*. Trad. Luiz M. M. de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

MORFOSSINTAXE
ESTRUTURAS MORFOSSINTÁTICAS
DE OUTRAS LÍNGUAS MUITO DIVERGENTES
DA LÍNGUA PORTUGUESA

Nestor Dockhorn
nestor.doc@uol.com.br

INTRODUÇÃO

O estudo comparativo entre estruturas morfossintáticas de línguas diversas, utilizadas em épocas e locais muito diferenciados, enriquece os estudos lingüísticos, porquanto alarga os horizontes, muitas vezes limitados apenas a estruturas da língua portuguesa.

Na presente comunicação, apresentamos uma pesquisa relativa à existência ou não existência do artigo definido em uma série de línguas, à sua flexão e à sua colocação. Observamos também a sua combinação com preposições.

Dividimos o trabalho nos seguintes itens: existência ou não existência de artigo definido em várias línguas; flexão ou não, do mesmo; posição do mesmo; combinação com preposições.

EXISTÊNCIA DO ARTIGO DEFINIDO

Sobre o tema da existência ou não do artigo definido, apoiamos-nos, inicialmente, em informações apresentadas por Salles, nos dois volumes de sua obra *O Legado de Babel*. O autor apresenta uma descrição de grande número de línguas, dividindo-as em vários grupos. No primeiro volume, apresenta 13 ramos das línguas indo-européias, num total de 106 idiomas. No segundo volume, o autor apresenta quatro grupos de línguas (às vezes, divididas em subgrupos): altaico, uraliano, coreano, japonês, num total de 74 idiomas.

Além da obra de Salles, consultamos obras referentes a línguas que não são mencionadas por Salles, tais como hebraico, árabe, suaíli, ioruba, quimbundo, xirima, mandarim. Essas obras são mencionadas na Bibliografia.

Informações de Salles

Baseando-nos nas obras de Salles, podemos apresentar os seguintes resultados:

a) Das 106 línguas indo-européias registradas pelo autor 26 possuem artigo definido; 31 línguas não possuem artigo definido; em 51 línguas mencionadas por Salles, o autor não define existência ou não existência de artigo definido.

b) Das 72 línguas não indo-européias mencionadas por Salles (línguas altaicas, uralianas, coreano, japonês), 21 não possuem artigo definido; 01 possui artigo definido; de 50 línguas, o autor não menciona nem existência, nem não existência de artigo definido.

O fato de não haver menção – segundo informação oral do autor – não implica nem existência, nem não existência do artigo definido.

Informações de outros autores

Sobre a língua hebraica, as nossas informações são retiradas da obra *Teach Yourself Hebrew*, de Harrison, da obra *Hebrew Through Pictures*, de Richards, da obra *Hebraico Dinâmico: curso prático*, de Sacramento. O hebraico possui artigo definido, que é [ha].

Para o árabe, utilizamos *Árabe Coloquial Sem Mestre*, de Chafic Elia Said . O árabe também possui artigo definido: [el]

Utilizamos também *Swahili*, de Perrott, *Yoruba*, de Rowlands, *Gramática de Kimbundo*, de Quintão, *Gramática Xirima*, do Centro de Investigação Macua, para estudo de algumas línguas africanas. Das quatro línguas africanas mencionadas, suaíli, xirima, quimbundo e ioruba, somente o quimbundo possui artigo definido, que é [o].

O mandarim, apresentado na obra *Mandarin*, de Garnaut, não possui artigos.

Conclusão sobre a existência de artigo definido

De um total de 85 idiomas, dos quais obtivemos informações, 30 possuem artigo definido e 55 não o possuem. Isso nos dá um per-

MORFOSSINTAXE

centual de 64,7% de línguas sem artigo e de 35,3% de línguas com artigo.

FLEXÃO DO ARTIGO DEFINIDO

Das 30 línguas que possuem artigo definido, 24 possuem flexão de gênero e número e 6 não possuem flexão. Possuem flexão as seguintes línguas: búlgaro, macedônio, alemão, dinamarquês, feróico, frisio, holandês, islandês, norueguês, sueco, grego antigo, grego moderno, khorassani, catalão, dalmático, espanhol, francês, galego, italiano, ladino II, occitano, português, romeno, sardo.

Destacamos as 6 línguas que não possuem flexão. São elas: o africânder, o inglês, o húngaro, o hebraico, o árabe e o quimbundo.

Em relação ao hebraico, convém notar que as variações [ha], [ka:], [hE] são puramente fonéticas, não constituindo flexão.

COLOCAÇÃO DO ARTIGO DEFINIDO

Normalmente, o artigo definido é anteposto ao nome. Em certa línguas, entre o artigo e o nome, podem ser inseridos adjetivos, vários tipos de pronomes, advérbios. Vejam-se os exemplos abaixo:

- (1) O bom menino obedece aos pais.
- (2) Le bon élève fait sa leçon (francês)
- (3) Der gute Mann arbeitet. (alemão).
- (4) ...il forte mal di testa ...(italiano).
- (5) ...gaat juist de hele familie... (holandês)
- (6) Where's the nearest bank? (inglês)
- (7) `O ƒgaqŌj didEskaloj... (grego antigo)
- (7b) Of tŌte Ƴnqrwpoi... (grego antigo, com advérbio inserido)
- (8) S»mera kEnw t¾n prèth mou ™p...skeyh... (grego moderno)
- (9) ...la terceira classe de verbos... (espanhol)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

(10) ...hos den gamle professor Petersen. (dinamarquês) –
Observação: No dinamarquês, o artigo definido é posposto; quando há, porém, a inserção de um adjetivo: o artigo é anteposto. Isso vale também para o sueco.

(11) Det moderna köket...(sueco)

(12) Li gai Felibre prouvençaul. (provençal ou occitânico)

(13) Em llemosí soná lo meu primer vagit... (catalão)

Nas seguintes línguas, o artigo é posposto ao nome: búlgaro, macedônio, dinamarquês, feróico, islandês, norueguês, sueco, romeno. Vejamos alguns exemplos:

(14) På postkonoret (sueco)

(15) ...i skolen (dinamarquês)

(16) ...amicul...(romeno)

(17) ...volot...(macedônio)

(18) ...gradût...(búlgaro)

(19) ...drengurinn...(islandês)

(20) ...stolen...(norueguês)

COMBINAÇÕES DO ARTIGO DEFINIDO

Em várias línguas. ocorrem vários tipos de combinação fonética do artigo definido com algumas preposições.

Na língua portuguesa, ocorrem combinações com as preposições *a, de, com, por, com*. Vejam-se os exemplos abaixo:

..ao aluno, à aluna, do aluno, da aluna, na mesa, nos livros, pelo aluno, pelas alunas; co'o coração, co'a alma.

Vejamos exemplos em outras línguas românicas:

1....*al, del*.(espanhol)

2.*al, allo, col, collo, dal, dallo, del, dello, nel, nello, pel, pelo, sul, sullo* (italiano)

MORFOSSINTAXE

3. *au, aux, du, des* (francês)

4. *al, del* (catalão)

5. *al, del* (provençal)

No hebraico, é possível combinar a preposição [b{] com o artigo [ha], formando-se [ba]. A preposição [l^t] seguida do artigo passa a [la].

No árabe, na expressão [;7l ;m7drase], houve combinação de preposição e artigo.

Uma colocação que merece ser mencionada é anteposição do artigo aos demonstrativos, como ocorre no hebraico. Por exemplo para dizer “este himem”, o hebraico diz praticamente “o homem o este” ([ha;i‘ ha;ze]).

ANEXO I

s/inform.	Línguas indo-européias	existe artigo	não existe	com flex/sem flex.	posposição
	albanês		x		
x	hitita				
x	lício				
x	lídio				
x	luvita				
	armênio		x		
	letão		x		
	lituano		x		
x	bretão				
	córnico		x		
x	escocês				
x	galês				
x	irlandês				
x	manques				
	bielo-russo		x		
	búlgaro	x		sim	x
x	eslavo ecles.				
x	eslavônico				
x	eslovaco				
	esloveno		x		
	macedônio	x		sim	x
x	polábio				
	polonês		x		

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

	russo		x		
	servo-croata		x		
	sorabo		x		
	tcheco		x		
	ucraniano		x		
	africânder	x		não	
	alemão	x		sim	
	dinamarquês	x		sim	x
	feróico	x		sim	x
	frísio	x		sim	
x	gótico				
	holandês	x		sim	
x	írdiche				
	inglês	x		não	
	islandês	x		sim	posp/antep)
x	luxemburguês				
	norueguês	x		sim	x
	sueco	x		sim	x
	grego antigo	x		sm	
	grego moderno	x		sim	
	línguas darda:				
	assamês		x		
	bengali		x		
x	bhili				
x	bihari				
	caxemira		x		
x	chattisgarhi				
	cingalês		x		
x	concani				
x	couari				
	gujarati		x		
	hindi		x		
x	khandeshi				
x	landa				
x	maldivio				
	maratha		x		
	nepali		x		
	oriya		x		
x	pahari				
x	páli				
x	par'ya				
x	prácrito				
	punjabi		x		
x	radjastani				
	romani		x		
	sâncrito		x		

MORFOSSINTAXE

x	saalachtri				
x	sin				
	sindi		x		
	védico		x		
	l.irânicas				
x	avéstico				
x	báctrico				
x	bakhtiari				
x	beluchi				
x	cítico				
	curdo		x		
	khorassani	x		sim	
x	kumzari				
x	iagnobi				
x	mazandarani				
x	medo				
x	ormuri				
x	osseto				
	pachto		x		
x	paratchi				
x	parto				
	persa		x		
x	saka				
x	tadjique				
x	taliche				
x	tata				
	l.itálicas				
	latim		x		
	catalão	x		sim	
	dalmático	x		sim	
	espanhol	x		sim	
	francês	x		sim	
x	franco-prov.				
	galego	x		sim	
	italiano	x		sim	
x	ladino I				
	ladino II	x		sim	
	occitano	x		sim	
	português	x		sim	
	romeno	x		sim	x
	sardo	x		sim	
x	l.tocarianas				
Sem inf.:51	Total de línguas:108	Total c/art: 26	Total s/art:31 1	Total c/flex:24 flexão:24 Total sem	Total com posposição:08

				flexão: 2	
--	--	--	--	-----------	--

BIBLIOGRAFIA

- BAILLY, A. *Dictionnaire grec-français*. Paris: Hachette, 1950.
- HARRISON, R. K. *Teach yourself hebrew*. London: The English Universities Press, 1957.
- HECHTLE, M.; HARTSEN, M. J. *30 Stunden Niederländisch für Anfänger*. Berlin: Langenscheidt, 1954.
- HENNINGSEN, H. *30 Stunden Dänisch für Anfänger* Berlin: Langenscheidt, 1954.
- HORTA, G.N.B.P. *Os gregos e seu idioma*. Rio de Janeiro: J. Di Georgio, 1978, v. 1.
- . *Os gregos e seu idioma*. J. Di Georgio, 1979, v. 2.
- MALHADAS, M. H. M. N. D. *Curso de grego: propedêutica*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.
- MUTÉN, A., MAYBAUM, L. *30 Stunden Schwedisch für Anfänger*. Berlin: Langenscheidt, 1955.
- RICHARDS I. A.; WEINSTEIN, D.; GIBSON C. *Hebrew through pictures*. New York: Pocket Books, s/d.
- ROSS, W., MINOLETTI, B. *30 Stunden Italienisch für Anfänger*. Berlin: Langenscheidt, 1952.
- SAID, C. E. *Árabe coloquial sem mestre*. Bauru: s/e, 1996.
- SALLES, R. C. *O legado de Babel*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993, v. 1.
- . *O legado de Babel*. Rio de Janeiro: Opera Nostra, 1994, v. 2.

MORFOSSINTAXE

MATTOSO CÂMARA E AS MARCAS DE GÊNERO

Dimar Silva de Deus (UNIPAULISTANA)
dimmar@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este estudo tem o objetivo de esboçar a visão que Joaquim Mattoso Câmara Júnior tem sobre o gênero dos nomes no português, já que, no conjunto da obra mattosiana, podemos identificar uma preocupação nítida com questões ligadas à flexão nominal.

Quanto ao gênero, nosso tema de pesquisa, quatro de suas obras o abordam com mais rigor. Mormente em *Dispersos* (1972), encontramos todo o capítulo 7º, em que o autor faz as “Considerações sobre o gênero em português”. Mas podemos ainda ver o assunto discutido em *Problemas de Linguística Descritiva* (1969), no capítulo intitulado “O mecanismo da flexão nominal”, e em *Estrutura da Língua Portuguesa* (1970), no capítulo “O nome e suas flexões”. Também em *História e Estrutura da Língua Portuguesa* (1975), aborda-se o assunto no capítulo “Morfologia nominal”.

Pretende-se, neste estudo, trabalhar conceitos e análises sobre o tema, elencados nas obras mattosianas, especialmente quando o autor propõe uma descrição de masculino em \emptyset (zero) em oposição a um feminino em -a, além da observação de que se pode ensinar o gênero dos nomes substantivos na base da forma masculina ou feminina do artigo que eles implicitamente exigem.

A OPOSIÇÃO PRIVATIVA

As considerações de Mattoso Câmara que nos interessam mais de perto são aquelas em o autor propõe uma descrição de masculino em \emptyset (zero) em oposição a um feminino em -a, o que caracteriza um caso de oposição privativa, em que há uma forma não-marcada (o masculino) e uma forma marcada (o feminino).

Mattoso Câmara (1972, p. 119) assinala que “o feminino é, portanto, em português, como uma particularização mórfico-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

semântica do masculino, uma forma marcada pela adjunção da desinência /a/”.

Usando a terminologia de Trubetzkoy³⁰, ele diz tratar-se de “uma oposição privativa, onde a forma marcada pela desinência de feminino se afirma em face de uma forma não-marcada, ou de desinência Ø (zero) para o masculino” (1972, p. 119).

A partir de pares como *lobo/loba*, *mestre/mestra*, o lingüista argumenta que, se considerarmos o *-o* de *lobo* como marca de masculino, em oposição ao *-a* de *loba*, teríamos que considerar o *-e* de *mestre* também como marca de masculino, já que ele se opõe ao *-a* de *mestra*.

Assim se expressa Mattoso Câmara (1972, p. 119):

Em regra as nossas gramáticas pressupõem, ao contrário, uma oposição equipolente na flexão de gênero. Admitem, em face da desinência *-a* de feminino *-o* de masculino, pelo modelo *lobo - loba*. Essa interpretação do jogo flexional não é, porém, descritivamente econômica, pois deixa de fora flexões como de *mestre - mestra* e *autor - autora*.

Neste ponto, Kehdi (1998), tecendo considerações sobre a obra mattosiana, comenta que é fácil associar *-o* de *lobo* ao masculino, mas que o mesmo não se dá com o *-e* de *mestre*, que pode estar associado a um ou outro gênero, citando exemplos como *ponte* (feminino) e *monte* (masculino).

Ao observarmos a língua, concluímos que todo substantivo do português se enquadra em um gênero, masculino ou feminino. Não só os substantivos que designam seres, mas também aqueles que designam coisas.

Sendo o gênero do substantivo distribuído em classes mórficas, Kehdi (1998, p. 58) observa que “a oposição masculino-feminino serve para distinguir os seres por certas qualidades semânticas”.

³⁰ Mattoso Câmara faz remissão à obra de Trubetzkoy: *Grundzüge der Phonologie*. Prague, 1939, com tradução francesa: *Principes de Phonologie*. Paris, 1949.

MORFOSSINTAXE

Nas palavras de Mattoso Câmara (1970, p. 78), “o masculino é uma forma geral, não-marcada, enquanto o feminino indica uma especialização qualquer”.

Ao considerar o masculino como uma forma não-marcada, portanto desprovida de flexão, oposta à forma marcada de feminino, portanto flexional, assume-se que a vogal final das formas masculinas seria, então, vogal temática (Kehdi, 1998, p. 60).

Assim, ao comparar as comutações:

MASCULINO	FEMININO
<i>lob-o</i>	<i>lob-a</i>
<i>mestr-e</i>	<i>mestr-a</i>
<i>autor</i> ∅	<i>autor-a</i>

concluimos que a forma feminina está sempre marcada em *-a*, enquanto a forma masculina não existe, já que considerar *-o*, *-e* desinências de masculino seria um problema.

Daí advém como solução considerar *-o*, *-e* como vogais temáticas nominais na descrição mattosiana.

Para verificarmos a natureza da forma não-marcada, portanto o masculino, observemos a construção seguinte:

O lobo é um animal feroz.

Neste exemplo, quando digo *lobo*, entendo que se trata tanto do macho quanto da fêmea: ambos são ferozes. O que queremos salientar, aqui, é o sentido genérico que o masculino assume em contextos como esse. Ou seja, a forma não-marcada pode exprimir tanto o gênero masculino quanto o feminino, tratando-se da generalização dos nomes. Entretanto, se trabalhamos especificamente com nomes masculinos e femininos, o masculino exprime o macho, enquanto o feminino, a fêmea, considerando seres sexuados.

Assim, em *O lobo é um animal feroz* trabalha-se com um traço genérico que me permite substituir o feminino pelo masculino.

Conclui-se, então, que é privativo do masculino ser a forma não-marcada e do feminino, a forma marcada.

O DESENCADEAMENTO DA CONCORDÂNCIA

Uma outra observação sobre o gênero, segundo Mattoso Câmara, é no que respeita ao uso do artigo para designação do gênero do substantivo. São suas palavras: “As gramáticas escolares podem, portanto, ensinar o gênero dos nomes substantivos na base da forma masculina ou feminina do artigo que eles implicitamente exigem” (1970, p. 91).

Tomando-se por base essa observação do lingüista, e sabendo que há nomes do português que são designados por um único gênero, vamos atestar que, nesse caso, é o artigo que vai determinar qual é o gênero desse nome: (a) *rosa*, (a) *flor*, (a) *tribo*, (a) *juriti*, (o) *planeta*, (o) *amor*, (o) *livro*, (o) *colibri*.

Também os substantivos terminados em *-e*, por exemplo, *ponte*, *pente*, *dente*, *lente*, têm seu gênero determinado pela anteposição do artigo: (a) *ponte*, (a) *lente*, (o) *pente*, (o) *dente*.

Já os ditos *substantivos comuns de dois gêneros* não sofrem flexão e saber-se-á se o nome se refere a um ser do sexo masculino ou feminino pela anteposição do artigo: (o/a) *intérprete*, (o/a) *estudante*, (o/a) *artista*, (o/a) *mártir*.

Mattoso Câmara ressalta a existência da flexão redundante que sofrem alguns substantivos, como: (o) *lobo*, (a) *loba*, (o) *mestre*, (a) *mestra*, (o) *autor*, (a) *autora*. Neste caso, além da flexão através de uma marca morfológica, existe a concordância do artigo (ou outro determinante) com o gênero do nome a que se refere. É essa visão que nos interessa, especialmente quando Mattoso Câmara (1975, p. 80) observa que “... o gênero só se torna explícito numa atualização da fala em que aparece um adjetivo de tema em -o em concordância com o substantivo”, pois essa visão vem ao encontro da proposta que temos defendido de que o gênero dos nomes do português não é um fenômeno estritamente flexional, mas uma realização morfossintática, sendo o gênero uma categoria inerente aos nomes do português, concorrendo para sua realização a interface entre a Morfologia e a Sintaxe, através da concordância.

Diremos que, ao entrarem a fazer parte com um nome, que é o núcleo de um sintagma nominal (SN), os determinantes, que ali se encontram, assumem o gênero inerente do nome ao qual se referem,

MORFOSSINTAXE

acionando-se, para tal, a regra sintática de concordância, evidenciando e/ou atualizando, dessa maneira, o gênero do nome/núcleo desse mesmo SN.

CONCLUSÃO

Em suma, podemos dizer que, do ponto de vista descritivo, Mattoso Câmara é original, porque, pela sua abordagem, teremos uma regra geral, que se resume no acréscimo de *-a* para o feminino, ficando o masculino a forma não-marcada.

É, na verdade, uma descrição possível, e muito econômica. Por outro lado, a oposição masculino em *-o* e feminino em *-a* é outra forma de encarar o fato, levando à descrição mais aceita nas Gramáticas Normativas, entretanto muito mais atomizada, mais onerosa, porque há que se elencar todas as formas que escapam à oposição *-o* (masculino) e *-a* (feminino), o que é feito nas Gramáticas Normativas através de listas.

Entretanto, existe uma visão nova, originada, justamente, a partir de observações de Mattoso Câmara, que ressalta a existência da flexão redundante que sofrem alguns substantivos. Essa flexão redundante, na verdade, desencadeia a regra sintática da concordância, fazendo com que os determinantes, que encontram no entorno desse nome, no SN, assumam o mesmo gênero do núcleo desse sintagma, evidenciando-se, desse modo, o aspecto morfofossintático na realização do gênero dos nomes do português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂMARA JR., J. M. *Dicionário de filologia e gramática*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ozon, 1964.

———. *Estrutura da língua portuguesa*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1970.

———. *Problemas de lingüística descritiva*. Petrópolis: Vozes, 1969.

———. *Dispersos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

———. *História e estrutura da língua portuguesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

KEHDI, V. *A morfologia e a sintaxe portuguesas na obra de J. Mattoso Câmara Jr.* São Paulo, 1998. Tese de Livre Docência.

———. *Morfemas do português.* São Paulo: Ática, 1993.

MORFOSSINTAXE

O ARTICULADOR *ENTÃO* EM CONSTRUÇÕES CONSECUTIVAS NO PB FALADO

Evelyn Cristina Marques dos Santos (UFRJ)
lyn21@ufrj.br

INTRODUÇÃO

Sabe-se que o tipo mais característico das construções³¹ consecutivas é aquele introduzido pela conjunção ‘que’ em correlação com um termo intensificador presente na primeira oração. No entanto, há, além deste, aquele introduzido apenas pela conjunção ‘que’ e o introduzido pelas locuções *de modo que*, *de maneira que*, *de forma que* etc.

Vejam-se os exemplos dos tipos mencionados:

- (1) Ele foi tão generoso que me deixou pasmado (Rocha Lima, 2003, p. 281).
- (2) Não posso ver defunto que não chore (Kury, 2002, p. 97)
- (3) Você estudou bem, *de modo que* pôde tirar boa colocação. (Bechara, 2003, p. 499).

Objetivando-se, dentro de uma visão discursiva da língua (cf. Decat, 2001), detectar outras possibilidades de se estabelecer a relação causa/ consequência, além destas já estudadas dentro das construções consecutivas, verificou-se a recorrência de *então* introduzindo meramente uma consequência de um fato antes mencionado, ao contrário do que prevê, por exemplo, Kury (2002), o qual afirma que este elemento – para ele uma conjunção – introduz orações conclusivas.

Tem-se como hipótese que *então* articula não apenas construções conclusivas, mas também, construções consecutivas, pelo fato de ainda preservar seu valor seqüencial característico dos advérbios. Em algumas de nossas gramáticas, como já mencionado, *então* é estudado como uma conjunção coordenativa conclusiva, no entanto,

³¹ Optou-se pelo termo *construção* e não oração, por se tratar de um termo mais amplo, que dá conta, portanto, de estruturas oracionais, bem como não oracionais

Mateus *et alii* (2003), estabelecendo diferenças formais entre conjunções e conectores, concluem que nem todos os conectores apresentados em estruturas de coordenação são conjunções, sendo este o caso do articulador em análise.

As autoras afirmam que os conectores ocorrem tanto em domínios de coordenação como de subordinação, por terem um âmbito mais geral do que as conjunções. Tratando especificamente das orações consecutivas, elas apontam para a possibilidade de tais orações serem introduzidas por conectores conclusivos, todavia, não se aprofundam na questão.

Diante deste fato, apresenta-se, neste trabalho, uma descrição do comportamento sintático e semântico do articulador *então*. Para isto, lança-se mão de pressupostos funcionalistas como o conceito de gramaticalização e a noção de protótipos e, também, pressupostos da semântica argumentativa a fim de verificar em que contextos este elemento se apresenta, de fato, em construções conclusivas, exercendo, assim, uma função argumentativa em contraste com o *então* consecutivo, articulador de dois estados de coisas (conteúdos).

CONSIDERAÇÕES ACERCA DE *ENTÃO*

Estudos de cunho funcionalistas como os de Martelotta (1996), por exemplo, já demonstraram que este articulador mantém, no português atual, valores temporais e seqüenciais provenientes de sua característica anafórica e, também, valores que possuem uma função mais pragmático-discursiva. Em seu estudo, o autor demonstrou que *então* pode funcionar como um elemento anafórico, seqüencial, conclusivo, alternativo, intensificador, resumitivo e, ainda, introdutor de informações livres. É importante destacar que, apesar desses vários usos de *então*, nossa análise se pautará nos usos que correspondam ao nível intraoracional.

Em seu estudo, Falco (2005) detectou, para *então*, os seguintes valores sintático-semânticos: seqüenciação, tempo, explicação/justificativa, conclusão e consequência. Interessa-nos aqui estes dois últimos valores.

MORFOSSINTAXE

Pezzati (2001) aponta para o fato de que este elemento está sofrendo um processo de gramaticalização, ou seja, está passando de um advérbio para uma conjunção, por isso se apresenta ora desempenhando a função de um, ora, do outro. Segundo Risso (1996), neste último caso, este elemento se presta mais ao discurso e assume a função de um operador argumentativo.

Sendo assim, defende-se que orações iniciadas por *então* podem expressar uma conclusão do falante, isto é, uma relação de inferências entre as proposições, em que a primeira é uma das premissas e a segunda a conclusão (relação subjetiva / argumentativa) ou, apenas, uma relação de causa/consequência (relação objetiva / factual), como se verifica nos seguintes exemplos encontrados em nosso *corpus*:

a) *então* conclusivo

(1) ... e aqui no Rio não tem isso, aqui no Rio você tem que sair de casa, você tem que ir pra um shopping, você tem que ir pro cinema né... então às vezes eu prefiro lá (Cambuquira). (Oc-B-9C-1f-002)

b) *então* consecutivo

(1) ... os navios já estavam encostando na areia então eles botaram um encanamento lá com uma draga e jogaram areia aqui. (Op-B-90-3m-004)

Pode-se associar estas duas relações expressas por *então* com a teoria das metafunções propostas por Halliday (1967-1968, 1973 *apud* Neves, 2006). Este autor defende que as línguas são organizadas em torno de dois significados principais, que são o ideacional e o interpessoal. Aquele consiste na expressão da experiência do falante em relação ao mundo real e ao mundo interno da sua consciência; este, na interação entre a expressão e o desenvolvimento do falante e as expectativas do ouvinte.

Na primeira função, a ideacional, a coesão que flui naturalmente deve ser interpretada como significados – o que ocorre com o exemplo 2 – enquanto, na segunda, a coesão deve ser interpretada como uma relação entre os significados – caso este do exemplo 1.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Abordagem funcionalista: gramaticalização e a noção de protótipo

A menção ao processo de gramaticalização está presente na grande maioria dos estudos de cunho funcionalista e não poderia deixar de ser mencionado neste trabalho, que questiona o estatuto sintático de *então* como uma conjunção. Tecem-se, portanto, algumas considerações sobre esse processo.

Segundo Neves (2006), este é um processo que reflete a relação entre o sistema gramatical e o funcionamento discursivo. Para Hopper & Traugott (1993), gramaticalização é um processo pelo qual itens e construções gramaticais passam, em determinados contextos lingüísticos, a servir a funções gramaticais, e uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais. Traugott e Heine (1991) apontam para o fato de que é a tensão entre a expressão lexical, relativamente livre de restrições, e a codificação morfossintática, mais sujeita a restrições. Por último, menciona-se Givón (1991), para quem a gramaticalização, do ponto de vista cognitivo, é um processo instantâneo que envolve um ato mental pelo qual uma relação de similaridade é reconhecida e explorada.

Barreto (1999), em seu estudo sobre a gramaticalização das conjunções no português, constata que, na constituição destas, estão envolvidas diferentes classes gramaticais, dentre as quais a classe dos advérbios. Outra constatação feita pela autora foi que o processo de gramaticalização da grande parte das conjunções obedeceu à trajetória proposta por Heine *et alii* (1991) e por Traugott e Heine (1991):

Espaço > (tempo) > texto

Esse fato também é citado por Martelotta (1996) quando trata, especificamente, da gramaticalização do item *então*. O autor diz que os diferentes usos de *então* são conseqüentes desta trajetória e que, no português atual, este elemento já não apresenta mais o sentido espacial.

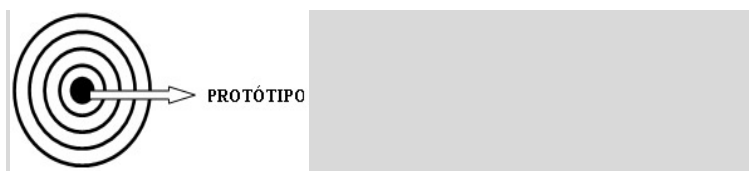
Quanto à noção de protótipo, Neves (2006) afirma que esta noção decorre da admissão da existência de vaguidade nos limites entre categorias. Segundo ela, o protótipo é o membro que ostenta o maior número das propriedades que bem caracterizam uma categori-

MORFOSSINTAXE

a, sendo ele a determinar a classificação dos demais membros dessa categoria.

Segundo Kleiber (1998, *apud*, Neves, 2003), a noção de protótipo apresentou duas fases, como se vê a seguir:

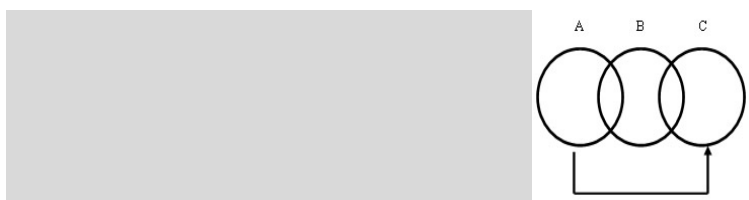
(2) 1ª fase: O protótipo é unidade central em torno da qual se organiza a categoria, situando-se no centro aqueles exemplares que têm maior semelhança com o protótipo, e na periferia os que têm menor semelhança:



Pode-se dizer que essa primeira noção de protótipo vem desde Aristóteles e embasa a gramática tradicional. Sendo assim acredita-se que as classes gramaticais são discretas e possuem características inerentes.

Com advento dos estudos funcionalista, esta primeira noção foi repensada, dando origem a segunda fase:

(3) 2ª fase: Não é necessário que todos os membros da categoria apresentem traço(s) em comum, eles podem pertencer a subcategorias diferentes, mas constituir uma mesma categoria, por meio de princípios de encadeamento e associação:



Nessa fase, as classes têm limites imprecisos e os itens que elas compreendem possuem vários tipos de integração. Assim, itens que possuem muitos traços em comum são protótipos de sua categoria, e aqueles que compartilham apenas alguns traços são introduzidos em certa classe como elementos marginais.

ABORDAGEM SEMÂNTICO-ARGUMENTATIVA:
OS OPERADORES ARGUMENTATIVOS

Ducrot (*apud*, Fávero & Koch, 2002) defendendo que a argumentatividade está presente na língua, abre espaço para o estudo de certos elementos que antes eram desconsiderados por outras teorias. Trata-se dos operadores argumentativos que são constituídos de conectivos ou vocábulos.

Segundo Koch (2003), há dois tipos de operadores: os lógico-semânticos e os argumentativos. Os de tipo lógico são aqueles necessários e suficientes. Por exemplo, ‘*a água ferveu porque estava quente*’ é uma relação entre fato e verdade, simplesmente interligando conteúdo de duas proposições. Tais operadores estabelecem relações lógicas de conjunção, disjunção, equivalência, implicação, bicondicionalidade. Entre estas, incluem-se relações de causalidade, alternância, temporalidade, contrariedade, condicionalidade.

Quanto aos do tipo argumentativo, além de relacionar o conteúdo de duas proposições, introduzem comprovações, argumentos que evidenciam as intenções dos enunciados de convencer e/ou persuadir; estabelecem relações também denominadas pragmáticas, retóricas ou ideológicas, discursivas ou argumentativas. São elementos que encadeiam os enunciados de forma sucessiva, cada um dos quais resultante de um ato de linguagem particular.

Segundo Schiffrin (1998, *apud* Santos, 2003, p. 64), é muito difícil diferenciar elementos com valor adverbial e marcadores do discurso. No entanto, há alguns critérios que esclarecem se o articulador *então* funciona, de fato, articulador de argumentos. São estes:

- Realização de duas enunciações sucessivas, ou seja, de dois atos de fala;
- Possibilidade de ser proferido por dois locutores diferentes;
- Relaciona um estado de coisas e uma *inferência*, ou seja, apresenta uma premissa implícita.

MORFOSSINTAXE

METODOLOGIA

Descrição do CORPUS

Para melhor verificar os usos de *então* intraoracional, recorreu-se a um *corpus* de usos autênticos da língua, coletado do Projeto VARPORT (Variedades do Português). Trata-se de entrevistas orais, distribuídas nas modalidades culta e informal/popular da década de 70 e 90 do século XX, pertencendo às duas variedades do português: a brasileira e a europeia. Naquela variedade, foram encontrados 58 inquéritos; nesta, 50. Todos os dados levantados foram analisados segundo uma metodologia variacionista, sendo submetidos ao programa computacional Goldvarb 2000.

Caracterização do ENTÃO consecutivo admite focalização

Ex: “... os navios já estavam encostando na areia FOI então É QUE eles botaram um encanamento lá com uma draga e jogaram areia aqui”.

Admite ser precedido pela conjunção aditiva ‘e’ e ser até substituído por ela.

Ex: “... os navios já estavam encostando na areia e *então* eles botaram um encanamento lá com uma draga e jogaram areia aqui.

- Apresenta mobilidade no interior da sentença que inicia.

Ex: “... os navios já estavam encostando na areia eles, então, botaram um encanamento lá com uma draga e jogaram areia aqui.

▪ Ao se inverter a ordem das orações e usar a conjunção ‘porque’, tem-se uma oração causal. Já com o *então* conclusivo tem-se uma oração explicativa.

Consecutiva ==> *Causal*:

“... os navios já estavam encostando na areia *então* eles botaram um encanamento lá com uma draga e jogaram areia aqui” ==> Eles botaram um encanamento lá com uma draga e jogaram areia aqui PORQUE os navios já estavam encostando na areia.

Conclusiva ==> *Explicativa*:

“... e aqui no Rio não tem isso, aqui no Rio você tem que sair de casa, você tem que ir pra um shopping, você tem que ir pro cinema né... *então* às vezes eu prefiro lá (Cambuquira)”. ==> Eu prefiro lá (Cambuquira), PORQUE aqui no Rio você tem que sair de casa, você tem que ir pra um shopping, você tem que ir pro cinema né.

Distribuição do *então* em construções consecutivas

Após o levantamento e análise dos dados de língua oral, detectaram-se usos de construções consecutivas contemplados pela GT (tanto... que, tão... que, de modo que, de maneira que, de forma que, etc.) e usos não contemplados por ela (e, aí e então). Dentre estes, verifica-se que o elemento *então* apresenta um número bastante expressivo em relação aos demais na variedade brasileira. O mesmo não ocorre na européia, em que apenas 9% das ocorrências privilegiaram o uso de *então*. Como se pode observar pelo gráfico 2, todos são precedidos da conjunção ‘e’.

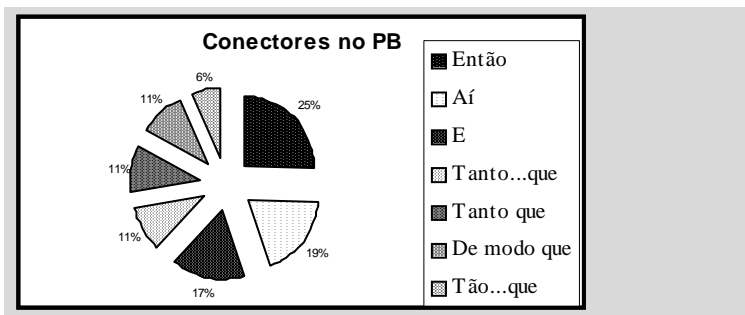


Gráfico 1

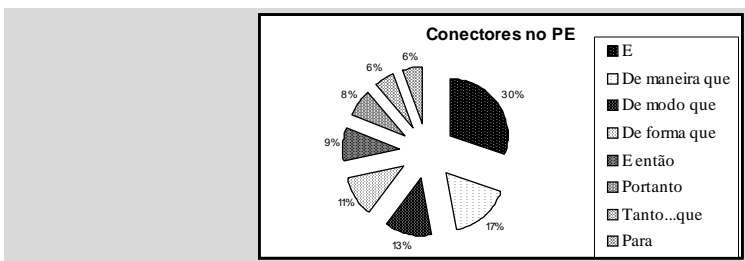


Gráfico 2

MORFOSSINTAXE

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se ter demonstrado com este trabalho que o elemento *então* realmente não teve seu processo de gramaticalização concluído e que, na modalidade de língua oral, os falantes têm recorrido a outras estratégias para se estabelecer a consequência. Uma delas é justamente o *então*, que na variedade brasileira se mostrou a mais produtiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. Salvador, UFBA, 1999. Tese de Doutorado.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

DECAT, Maria Beatriz N. A articulação hipotática adverbial no português em uso. **In:** DECAT, Maria Beatriz N. et al. *Aspectos da gramática do português*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

FALCO, Arlete de. *Então e por isso no português contemporâneo: do falar sulgoiano para um contraponto entre o aquém e o além-mar*. Uberlândia-MG, 2005. Dissertação de Mestrado.

FÁVERO, Leonor Lopes e KOCH, Ingedore G. V. *Linguística textual: introdução*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 2002.

MARTELOTTA, M. E. Gramaticalização de então. **In:** MARTELOTTA, M. E. et alii (org.). *Gramaticalização no português do Brasil – uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MATEUS, Maria Helena Mira et alii. *Gramática da língua portuguesa*. 5ª ed. Lisboa: Caminho, 2003.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

NEVES, Maria Helena de Moura. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

PEZATTI, E. G. O advérbio “então” já se gramaticalizou como conjunção? *DELTA. Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 81-95, 2001.

RISSO, M. S. O articulador discursivo então. **In:** CASTILHO, A. T. e BASÍLIO, M. (orgs.). *Gramática do português falado*, vol. 4. São Paulo: FASEP/Campinas: Unicamp, 1996.

MORFOSSINTAXE

O COMPORTAMENTO DOS VERBOS MODAIS NO ÂMBITO DO *IRREALIS*

Leila Maria Tesch (UFRJ)
leilatesch@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Este estudo analisa a variação entre as formas futuro do pretérito e pretérito imperfeito do indicativo, sintéticas (amaria e amava, respectivamente) e perifrásticas (iria amar e ia amar, respectivamente), em verbos modais, na expressão de informação no âmbito do *irrealis*, concentrando seu foco numa região ainda não pesquisada – a cidade de Vitória. Toma por base a Teoria Sociolinguística Variacionista e investiga, portanto, os contextos linguísticos e sociais correlacionados à variação.

O *corpus* aqui utilizado pertence ao projeto “O português falado na cidade de Vitória”, que se constitui de entrevistas com 46 informantes nativos da capital do Espírito Santo, Vitória, coletadas entre 2001 e 2002. Os falantes estão estratificados de acordo com a idade, sexo e escolaridade do entrevistado, Yacovenco (2002).

Os verbos modais foram analisados separadamente das demais ocorrências que expressam *irrealis*. Há a hipótese que essas formas apresentem características peculiares em relação aos demais dados, tendo uma influência específica na escolha das variantes estudadas.

Os verbos auxiliares foram relacionados à modalidade por Palmer (1986, p. 33), como verbos especiais. No inglês, assim como no alemão, vários verbos modais podem ser usados para expressar as modalidades epistêmica e deôntica. Segundo Givón (1995, p. 115), o tempo verbal e os verbos modais são dois exemplos de contextos gramaticais que expressam o *irrealis*.

Em relação ao uso das variantes aqui pesquisadas em verbos modais, é preciso considerar a natureza semântica desses verbos. Essas formas verbais em variação servem para expressar o *irrealis*. A partir disso, uma questão surge: as formas futuro do pretérito e preté-

rito imperfeito do indicativo, sintéticas e perifrásticas teriam comportamento distinto nos verbos modais?

Segundo Givón (1995, p. 115), o *irrealis* pode ser expresso pelo tempo verbal e por auxiliares modais. Assim, os modais já instauram por si só a noção de irrealidade, o que implicaria uma redundância conjugá-los no futuro do pretérito, tempo verbal por excelência denotador da idéia de irreal.

Costa (1997), ao analisar a variação no âmbito do *irrealis* no português informal do Rio de Janeiro, constatou que as formas variantes apresentam características peculiares nesses verbos. A autora pôde perceber que as construções perifrásticas com IA e IRIA são inibidas em bases verbais modais, pois esses verbos já carregam alguma semântica de modalidade, evitando-se a redundância. Sua análise mostra que o pretérito imperfeito do indicativo é mais freqüente em verbos modais (60% das ocorrências), principalmente se o verbo apresenta valor epistêmico (eventualidade, probabilidade, possibilidade). O futuro do pretérito relaciona-se mais como expressão morfológica do valor deôntico. Além disso, pode ser considerado redundante na expressão do *irrealis*. Espera-se verificar semelhante comportamento nos dados do *corpus* aqui analisado.

Tomando por base os dados pesquisados neste trabalho, percebe-se que a distribuição das formas variantes parece não se dar da mesma maneira em verbos modais e não-modais. Observe-se o exemplo a seguir, com um verbo modal mais infinitivo e outros não-modais:

01) [tema: qualificação dos professores] porque nós não prestigiamos determinadas pessoas... então por exemplo... um cara que é um:: um exceLENte pedreiro... técnico de segundo grau que eu falei... ele *deveria dar* aula no ensino técnico... ele *ia pegar* e *faZER*... é completamente diferente (cel. 43, p. 23, lin. 23)

A presença do auxiliar modal ‘dever’ acrescenta uma idéia distinta ao verbo ‘dar’. ‘Deveria dar’ instaura uma informação de ‘obrigação’ ou ‘necessidade’, pois esse profissional seria mais competente para dar aula. O uso de ‘ia pegar’ traz uma informação um pouco mais categórica sobre o que fazer.

O verbo modal ‘dever’ apresenta uma plurivocidade semântica, atualizada por diferentes relações contextuais, além de alternar

MORFOSSINTAXE

com a locução ‘ter que/ ter de’. De acordo com Costa (1995: 56), o modal ‘dever’ “é responsável pela expressão dos valores modais de obrigação e necessidade, no seu uso radical, e do valor modal probabilidade, no seu uso epistêmico”³².

Em relação à multiplicidade de valores modais desse verbo, no português, a autora identifica cinco principais - necessidade, obrigação, conveniência, probabilidade e suposição - sendo os três primeiros caracterizados por um uso radical e os dois últimos, epistêmico.

Assim como ‘dever’, o modal ‘poder’ também apresenta plurivocidade semântica, como:

Capacidade, permissão, possibilidade e eventualidade – considerando os dois primeiros como usos mais lexicalizados, o terceiro como um uso mais gramaticalizado, com algum esvaziamento semântico e funcionando basicamente como auxiliar modal, e o quarto como um uso mais discursivo, funcionando como um advérbio epistêmico de possibilidade, com um grau ainda maior de esvaziamento semântico funcionando em estruturas a caminho da cristalização, tipo ‘pode ser’. Costa (1995, p. 87)

Assim, os modais ‘dever’ e ‘poder’ apresentam as duas possibilidades semânticas: deôntica (permissão, capacidade) e epistêmica (eventualidade, possibilidade).

02) foi péssimo ... que a gente não *podia falar* nada ... falou “você não têm o direito de falar nada” ... a gente ficava quietinho tinha nem como defender ou falava que era verdade ou falava que era mentira ... foi péssimo ... foi péssimo. (célula 11, p. 02. lin. 15)

03) ninguém/ ninguém tá sabendo porque o Felipão quer sair da/ da seleção entendeu?... parece que é por causa do/ do salário agora que: quer férias e o salário do/ do técnico da seleção não vai ser como era né?... alto... entendeu?... *podia ser* assim razoável... (célula 04, p. 12, lin. 30)

No exemplo (02), a ocorrência ‘podia’ apresenta valor deôntico: permissão para falar enquanto os pais analisavam a situação. Já

³² A autora adota uma distinção entre uso radical e uso epistêmico, que corresponde a diferenças entre modalidade interna x modalidade externa; modalização do predicado x modalização do enunciado; operação predicativa x operação enunciativa; modalidade atuando sobre o predicado x modalidade atuando sobre o enunciado.

em (03), o valor de ‘podia’ é epistêmico: possibilidade do salário do técnico da seleção brasileira ser razoável – um pouco mais alto.

A partir dos exemplos supracitados, é possível perceber que a ambigüidade é desfeita por meio do contexto, em razão de se estar trabalhando com uma amostra de língua em uso.

04) aí não consegue dormir quando chega à noite ... ela fica canSA-da ... aí eu acho que ela **deveria descansar** mais (célula 12, p. 09, lin.04)

Nesse exemplo, o modal ‘dever’ apresenta uma interpretação de valor epistêmico de possibilidade ou valor deôntico de obrigação. A ambigüidade é desfeita ao se analisar o contexto em que se deu o enunciado, tendo em vista que o informante afirma que o pai dele consegue dormir durante o dia, enquanto a mãe não consegue, pois fica sempre fazendo alguma coisa, como arrumar a casa, por isso “deveria descansar” é interpretado como possibilidade.

Além dos verbos modais ‘poder’ e ‘dever’, acima comentados, também se analisam nesta pesquisa outros: ‘ter de’/ ‘ter que’; ‘querer’; ‘tentar’; ‘preferir’; ‘pretender’ e ‘precisar’.

Este trabalho, a partir das constatações de Costa (1997), pretende verificar à parte o comportamento dos verbos modais nas formas variantes estudadas, esperando encontrar resultados semelhantes aos apresentados pela autora.

ANÁLISE

Nesta seção são apontados os resultados referentes à amostra verbos modais. Os dados foram submetidos ao programa estatístico *Goldvarb 2001*. São descritos os grupos de fatores que se mostraram relevantes para a escolha das formas variantes futuro do pretérito e pretérito imperfeito do indicativo, sintéticas e perifrásticas³³.

Foram constatadas 362 ocorrências de verbos modais nas formas variantes estudadas. O PI apresentou-se como mais freqüente entre as variantes, com 253 ocorrências – 69% - seguido do FP, 102 dados – 28% - e somente 07 ocorrências com a perífrase IA – 1%.

³³ Doravante FP, PI, IRIA + V e IA + V, respectivamente.

MORFOSSINTAXE

Vale ressaltar que não foi encontrado nenhum verbo modal antecedido de IRIA. Observe a distribuição dos resultados:

PI	FP	IA + V	IRIA + V
253	102	07	-
69%	28%	01%	-

Tabela 01: Distribuição dos verbos modais entre as formas FP, PI, IA + V e IRIA + V

Na tabela acima, é perceptível que os verbos modais funcionam como inibidores das formas perifrásticas. Além disso, a preferência por PI também está bastante clara (69%). Esses resultados confirmam que o modal já marca a modalização, no âmbito do *irrealis*, conforme assinalou Givón (1995, p. 115). Portanto, o uso dele no FP e ao lado das formas perifrásticas IA e IRIA representaria uma redundância, por isso a maior frequência do PI nos verbos modais.

Os resultados aqui apresentados não diferem muito dos encontrados por Costa (1997, p. 169). Semelhantemente aos resultados deste trabalho, a autora não encontrou formas de IRIA + V nas amostras PEUL e Cartas, por ela analisados, em verbos modais. Os demais resultados condizem com esses que foram demonstrados na tabela (01). Observe a comparação dos resultados:

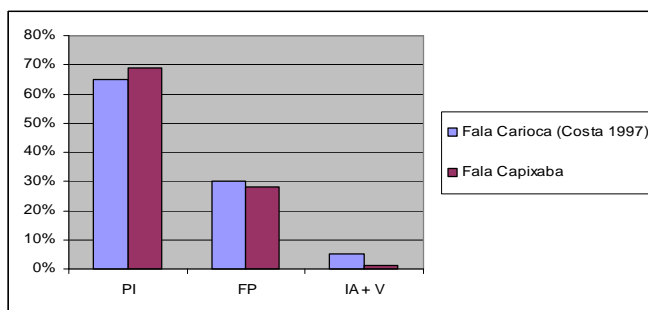


Gráfico 01: Distribuição dos verbos modais entre as variantes PI, FP e IA + V.

A partir do gráfico, pode-se constatar a semelhança da distribuição das formas variantes de *irrealis* nos resultados dos dois trabalhos, em relação às amostras de língua falada. O uso do PI foi mais freqüente que as demais formas em ambas pesquisas, seguido de FP que também apresentou comportamento semelhante. Além disso, as

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

construções perifrásticas seguiram a mesma tendência, apresentando poucos dados de IA + V e nenhuma ocorrência de IRIA + V.

Observe, pois, a distribuição dos verbos modais, no banco de dados aqui analisado, entre as formas variantes PI, FP e IA + V:

ITEM LEXICAL	PI	FP	IA + V	TOTAL
Poder	98 - (68%)	44 - (30%)	1 - (0%)	143 - (40%)
Dever	39 - (54%)	32 - (45%)	-	71 - (20%)
Ter de (que)	58 - (72%)	20 - (25%)	02 - (02%)	80 - (22%)
Querer	50 - (94%)	-	3 - (05%)	53 - (14%)
Outros³⁴	08 - (53%)	06 - (40%)	01 - (06%)	15 - (04%)

Tabela 02: Influência do ITEM LEXICAL na escolha das variantes

Conforme mencionado anteriormente, foram considerados como verbos modais os itens: ‘poder’, ‘dever’, ‘ter de/ ‘ter que’, ‘querer’, ‘preferir’, ‘precisar’, ‘saber’ e ‘tentar’, sendo que os quatro últimos foram amalgamados, por apresentarem baixo número de ocorrências.

O verbo modal mais freqüente foi ‘poder’, 40% das ocorrências, seguido de ‘ter de/ ‘ter que’, 22%, e ‘dever’, 20%. O verbo ‘querer’ apresentou uso quase categórico em PI - a forma ‘quereria’ não foi constatada e a perífrase IA + V, embora pouco utilizada, teve sua maior freqüência com esse verbo.

No caso dos modais, parece que em certos contextos a variação no âmbito do *irrealis* permite apenas a alternância entre FP e PI, não havendo possibilidade de ocorrências em perífrases. A seguir, um exemplo do *corpus* analisado.

05) [tema: existência de planos de saúde] *deveria existir* um/ um governo mais sério pra acabar com isso pra dar prioridade pra todo país pra todas as pessoas serem atendidas pelo próprio SUS (cel. 18, p. 13, lin. 30)

A forma ‘deveria existir’ pode ser substituída por ‘devia existir’, sem acarretar mudanças semânticas significativas. Contudo, não é possível alternar esse uso com ‘ia dever existir’ ou ‘iria dever existir’. O verbo modal ‘dever’, geralmente, não permite a alternância com as construções perifrásticas. Além disso, conforme mencionado

³⁴ Preferir, precisar, saber e tentar.

MORFOSSINTAXE

na tabela seguinte, não foram constatadas as variantes perifrásticas ao lado do modal 'dever'.

Tendo em vista a baixa incidência, acima exposta, as formas perifrásticas não foram consideradas ao se utilizar o programa *Goldvarb*. Assim, segue-se a discussão dos grupos de fatores lingüísticos e sociais que se revelaram envolvidos com a variação entre FP e PI na amostra de verbos modais.

Em relação aos fatores lingüísticos, foram considerados relevantes para a variação os seguintes grupos: 1) Paralelismo; e 2) Tipo de texto.

O paralelismo foi o primeiro grupo selecionado. O controle deste grupo de fatores visa a identificar a repetição sucessiva das variantes na análise dos dados. Vários estudos como Scherre (1988; 1998), Gryner (1990) e Costa (1997) confirmaram que há uma tendência de marcas levarem a marcas.

No *corpus* aqui analisado, distinguem-se dois tipos de ocorrências adjacentes: no discurso do próprio informante ou em relação ao discurso do entrevistador, sendo esta segunda possibilidade de paralelismo, caracterizada pelo caráter interacional, denominada gatilho (cf. Scherre, 1988, p. 392 e Charlotte Emmerich 1984).

Em relação à pesquisa aqui descrita, acredita-se que o uso do PI levaria, novamente, ao uso de outra forma no imperfeito e, por outro lado, o uso do FP propiciaria a utilização do futuro do pretérito. Assim como construções perifrásticas com IA + V favoreceriam outra com IA + V.

Fatores	Aplic./total	Freq. (%)	Peso relativo
Ocorrência precedida de gatilho em FP	06/22	27%	.12
Ocorrência precedida de gatilho em PI	07/11	63%	.45
Ocorrência isolada	87/117	74%	.47
Primeira ocorrência de uma série	52/66	78%	.56
Ocorrência em cadeia, precedida de FP	15/43	34%	.19
Ocorrência em cadeia, precedida de PI	72/79	91%	.75
Ocorrência em cadeia, precedida de IA + V	14/17	82%	.60

Tabela 03: Influência do grupo de fatores PARALELISMO na escolha de PI nos verbos modais

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A partir da tabela 03, pode-se perceber a influência do paralelismo na escolha da variante PI. Ocorrências em cadeia precedidas de PI são as que mais favorecem a manutenção do mesmo tempo verbal. Assim como as precedidas de IA + V, forma perifrástica do pretérito imperfeito do indicativo (portanto, envolve também o pretérito imperfeito).

Em relação à ocorrência precedida de gatilho em PI não ter se mostrado tão relevante, conforme imaginado anteriormente, talvez possa ser explicado pelo baixo número de dados, apenas 11. Já as ocorrências de FP, em contexto de gatilho ou em cadeia, mostraram-se inibidores do uso de PI. Assim, pode-se confirmar a hipótese de que o uso de PI leva, novamente, ao uso de outra forma no imperfeito, inibindo a utilização do FP.

O segundo grupo selecionado foi o 'tipo de texto'. A partir da identificação de cada trecho da entrevista por um conjunto de traços comuns, formularam-se as hipóteses referentes a esse grupo de fatores. Em geral, a hipótese que norteou a entrada dos tipos textuais como grupo de fatores relaciona-se ao favorecimento do pretérito imperfeito do indicativo em seqüências narrativas e descritivas e a preferência do futuro do pretérito em seqüências argumentativas.

Os fatores deste grupo são: a) Seqüências narrativas/ descritivas; b) Seqüências argumentativas; c) Lista de atitudes hipotéticas³⁵.

Conforme se imaginou, as seqüências narrativas/ descritivas são mais freqüentes, nos verbos modais, em formas de PI, peso relativo de .78 (94% das ocorrências). Por outro lado, as seqüências argumentativas e, principalmente, a lista de atitudes hipotéticas desfavorecem a utilização do PI. Observe tais constatações a partir da tabela a seguir:

³⁵ Conforme anteriormente estabelecido por Costa (1997, p. 147), houve a necessidade de se inserir este fator para análise do *corpus* em questão, uma vez que havia seqüências que não se caracterizavam como narrativas, tampouco eram seqüências argumentativas. Segundo a pesquisadora, "são simplesmente lista de planos que seriam realizados pelo informante sob certas condições ou caso estas condições fossem efetivadas".

MORFOSSINTAXE

Fatores	Aplic./total	Freq. (%)	Peso relativo
Seqüências narrativas/ descritivas	124/131	94%	.78
Seqüências Argumentativas	120/193	62%	.36
Lista de atitudes hipotéticas	09/31	29%	.11

Tabela 04: Influência do grupo de fatores TIPO DE TEXTO na escolha de PI nos verbos modais

Os três fatores sociais – faixa etária, gênero e escolaridade - foram selecionados pelo programa *Goldvarb*, mostrando-se relevantes para a escolha da forma variante nos verbos modais.

O fator faixa etária foi o terceiro grupo selecionado pelo programa. A partir da tabela 05, pode-se constatar a influência desse fator.

Fatores	Aplic./total	Freq. (%)	Peso relativo
07 a 14 anos	18/29	62%	.37
15 a 25 anos	79/131	60%	.32
26 a 49 anos	59/82	71%	.55
50 anos ou mais	97/113	85%	.69

Tabela 05: Influência do grupo de fatores FAIXA ETÁRIA na escolha de PI nos verbos modais

É possível perceber que informantes mais velhos tendem a preferir o PI e os mais jovens tendem a usar menos essa forma em verbos modais. Esse resultado não condiz com a literatura da sociolinguística variacionista, pois se espera que informantes de faixa etária mais jovem prefiram usos da forma não-padrão, mas não se pode classificar o PI como tal, pois é possível encontrá-lo como substituto de FP, em situações coloquiais.

Em relação ao fator gênero/ sexo, as mulheres se mostraram mais propícias à utilização de PI em verbos modais.

Fatores	Aplic./total	Freq. (%)	Peso relativo
Mulher	155/198	78%	.57
Homem	98/157	62%	.40

Tabela 06: Influência do grupo de fatores GÊNERO/ SEXO na escolha de PI nos verbos modais

Segundo a literatura sociolinguística, o sexo influencia a variação. Contudo, nesta pesquisa, as mulheres usaram mais a forma considerada menos prestigiada, o PI, contrariando outras pesquisas sociolinguísticas já realizadas. Acredita-se que essa variável esteja camuflando outros aspectos e complexas interações.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O quinto e último grupo de fator selecionado foi a escolaridade. O PI demonstra ser a forma preferida dos informantes com menor grau de escolaridade. Em termos percentuais, é possível perceber um uso equivalente na escolha do PI nos ensinos fundamental e médio, 75% e 72%, respectivamente.

Fatores	Aplic./total	Freq. (%)	Peso relativo
Ensino fundamental	106/146	72%	.51
Ensino médio	68/90	75%	.62
Ensino superior	79/119	66%	.39

Tabela 07: Influência do grupo de fatores ESCOLARIDADE na escolha de PI na amostra VERBOS MODAIS

A partir da tabela apresentada, é possível verificar que a forma em PI não foi tão favorecida quando os informantes tinham nível superior. Além disso, considerando-se os resultados do peso relativo, parece que o ensino médio funciona como favorecedor do uso de PI, com peso relativo de (.62), seguido de ensino fundamental (.51).

No gráfico a seguir, é possível perceber a relação entre faixa etária dos informantes e nível de escolaridade. A faixa etária de 07 a 14 anos não foi considerada neste gráfico, por só apresentar indivíduos com ensino fundamental.

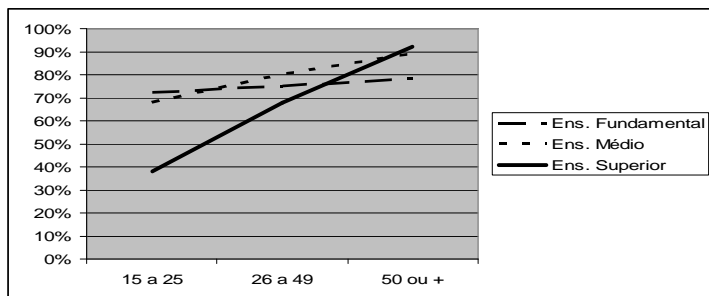


Gráfico 02: Distribuição dos dados relacionando FAIXA ETÁRIA à ESCOLARIDADE na escolha de PI nos verbos modais.

Os entrevistados com ensino fundamental não apresentam um uso muito distinto no decorrer das faixas etárias, demonstrando um comportamento mais regular em relação ao uso de PI, nos verbos modais.

MORFOSSINTAXE

No ensino médio, a linha se eleva um pouco mais acentuadamente. À medida que é aumentada a faixa etária dos informantes, mais freqüente se torna o uso de PI. A inclinação da linha contínua marca a preferência dos informantes do ensino superior pela utilização do PI e o aumento de uso dessa variante se dá proporcionalmente ao aumento da faixa etária dos falantes.

A faixa etária em que o aumento do uso de PI se dá mais acentuadamente é com 50 anos ou mais, nos três níveis de escolaridade. No ensino fundamental, 78% dos dados são de PI, no ensino médio 89%, e no superior 92%. Esse resultado não era esperado, pois segundo a literatura sociolinguística a faixa etária mais velha e com maior nível de escolaridade tende a usar preferencialmente as formas mais prestigiadas, fato não constatado na análise dos verbos modais.

Parece que nessa faixa etária os falantes apresentam um uso linguístico menos cuidadoso, por se inserirem na faixa etária que marca a saída deles do mercado de trabalho.

Os informantes que se mostraram menos tendentes ao uso do PI foram os de ensino superior na faixa etária compreendida entre 15 e 25 anos, com apenas 38% dos dados em PI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa focalizou a variação entre as formas verbais modais de futuro do pretérito e pretérito imperfeito do indicativo, sintéticas e perifrásticas, na expressão de informação no âmbito do *irrealis*, no português falado na cidade de Vitória, Espírito Santo.

Constatou-se que o pretérito imperfeito do indicativo na forma sintética foi a forma favorecida, 69% das ocorrências, e as formas perifrásticas foram inibidas – 1% dos dados de IA + V e nenhuma ocorrência de IRIA + V foi encontrada.

Vale ressaltar que os grupos de fatores analisados não encerraram as possibilidades de sistematização de uso das variantes. A presente pesquisa não objetiva traçar um perfil definitivo da variável investigada, mas colaborar com a sua descrição no funcionamento da língua portuguesa usada informalmente, em uma área urbana do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Ana Lúcia dos Prazeres. *A variação entre formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito no português informal no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 1997. Dissertação de mestrado em Lingüística.

COSTA, Maria Cristina Rigoni. *Modalidade e gramaticalização: Estratégias discursivas na fala carioca*. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 1995. Tese de doutorado em Letras (Letras Vernáculas).

GIVÓN, Talmy. *Functionalism and grammar*. Amerstand/Philadelphia: J. Benjamins, 1995.

GRYNER, Helena. *A variação de tempo-modo e conexão nas orações condicionais em português*. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 1990. Tese de Doutorado em Lingüística.

PALMER, F. R. *Mood and modality*. Cambridge textbooks in Linguistic. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Reanálise da concordância nominal em português*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: FL/UFRJ, 1988, inédito.

———. Restrições sintáticas e semânticas no controle da concordância verbal em português. *Fórum lingüístico, 1*. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Pós-graduação em Lingüística. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1998, p. 45-71.

YACOVENCO, Lilian. O projeto “O português falado na cidade de Vitória”: coleta de dados. In: LINS, Maria da Penha; YACOVENCO, Lilian (orgs.). *Caminhos em lingüística*. Vitória: Nuples, 2002, 102-111.

MORFOSSINTAXE

O ELEMENTO *-SHIRE* NOS NOMES DOS CONDADOS DA GRÃ-BRETANHA

João Bittencourt de Oliveira (UERJ e UNESA)
joao.bittencourt@bol.com.br

INTRODUÇÃO

Várias línguas contribuíram etimologicamente para a formação dos topônimos da Grã-Bretanha¹, dentre as quais destacam-se as línguas célticas (a partir de meados do primeiro milênio a.C.) e as anglo-saxônicas (a partir do século V d.C.). Não podemos desprezar também a contribuição do latim (introduzido por Júlio César em 55 a.C.) e nem mesmo, mais remotamente, de línguas pré-célticas. Em algum momento histórico, essas línguas eram, com certa frequência, usadas simultaneamente. Daí a dificuldade de se estabelecer, com precisão científica, a etimologia genuína de muitos nomes primitivos que deram origem aos atuais condados e a outros topônimos, e daí também o fato de alguns desses nomes apresentarem mais de um significado, dependendo da língua de que provêm.

O elemento mais freqüente na formação dos nomes dos condados e também de outros topônimos em quase todo o Reino Unido é o sufixo *-shire*, provavelmente *schire* antes de 1200; este desenvolvido a partir do inglês antigo (antes de 800) *scīr*, “departamento administrativo ou distrito”². Ao lado dos condados formados com o elemento *-shire*, outros são identificados com a palavra *county*, que também significa “condado” (esta, porém, do latim *comitātus*, “cor-te”, através do francês antigo *counté*, “território ou domínio possuído

¹ A atual Grã-Bretanha é um estado insular da Europa ocidental. O Reino Unido da Grã-Bretanha compreende quatro partes principais: a Inglaterra propriamente dita, o País de Gales, a Escócia e a Irlanda do Norte. Com a República da Irlanda, essas regiões formam as ilhas Britânicas. Os condados da Irlanda do Norte, ao contrário dos demais, se formam com a palavra *county* anteposta ao nome do lugar. Exemplos: County Antrim (gaélico: *Contae Aontroma*), County Armagh (gaélico: *Contae Ard Mhacha*).

² O único cognato germânico conhecido é o antigo alto-alemão *scīra*, “custódia, proteção oficial” (do proto-germânico **skīzō*, indo-europeu *skeisā*); um provável cognato fora dos domínios germânicos pode ser encontrado no latim *cura*, “administração ou cargo”.

por um conde”). Assim, temos, por exemplo, **County of Cleveland** ao lado de **Hampshire**.

Os primeiros *shires* foram criados pelos anglo-saxões, a partir do século IX, na região correspondente ao centro e ao sul da Inglaterra atual. Esses *shires* eram controlados por um funcionário real conhecido como “shire reeve”, uma espécie de alcaide distrital. Historicamente, os *shires* eram subdivididos em *hundreds*, “centúrias” ou *wapentakes*, “comarcas”, embora outras subdivisões menos comuns tenham existido. Modernamente, os *shires* são subdivididos em distritos administrativos.

Na escócia, a palavra *shire* é pronunciada /ʃaiə(r)/ tanto individualmente quanto como sufixo, rimando com “fire” ; já como sufixo, na Inglaterra ou no País de Gales, é pronunciada /ʃə(r)/, rimando com “fir”.

Para entendermos a origem de alguns topônimos é importante nos colocarmos na posição dos invasores anglo-saxônicos do século V, ao se defrontarem com as vastas extensões da Bretanha ainda inominada. Em muitos casos, eles adotavam um nome já em uso pelos nativos (principalmente celtas) que lá encontraram. Vários nomes de rios, em particular, são célticos, como o *Thames*, o *Avon*, o *Wye* e o *Ouse*. Esses nomes eram frequentemente usados para ajudar a formar os nomes de povoamentos, tais como *Taunton* (“sobre o rio *Tone*”) e *Wilton* (“sobre o rio *Wylie*”). É digno de nota o fato de tão poucos nomes desse período terem permanecido.

Os anglo-saxões mantiveram também alguns topônimos introduzidos pelos romanos durante seus períodos de ocupação (43-400 d.C.). Existem mais de 200 topônimos britânicos modernos de origem romana, principalmente os terminados em *-port* (do latim *portus*, “porto”), *-caster* ou *-chester* (do latim *castrum*, “lugar fortificado”) ou *-street* (do latim *strāta*, “caminho pavimentado”).

Freqüentemente grupos de famílias ou tribos se fixavam numa localidade que posteriormente ficaria conhecida pelo nome do chefe da tribo ou da família. São exemplos típicos: *Reading*, “lugar do povo de *Reada*”, *Degenham*, “domicílio de *Dacca*”, e muitos outros.

Muitos topônimos se formaram a partir de termos relacionados a crenças e práticas religiosas, tanto pagãs quanto cristãs: *Har-*

MORFOSSINTAXE

row (do saxão *heorg*, “templo”), *Weedon* (do saxão *wēoth* + *dūn*, “monte com um templo pagão”), *Alkham* (do saxão *eath* + *hām*, “abrigo junto a um templo pagão”), por exemplo, contêm elementos do inglês saxônico associados a templos ou ídolos gentílicos (pagãos); já *Westminster* (do saxão *west* + *mynster*, “mosteiro do oeste”, i. e. a oeste de Londres), *Whitchurch* (do saxão *hwīt* > *white* + *cirice* > *church*, “igreja branca”), e *St Ives*³ contêm elementos cristãos.

O maior número de topônimos, todavia, se relacionam à topografia – o litoral, os rios, as colinas, as florestas, as árvores, as pedras, os campos e outros aspectos físicos. A variedade de nomes cujas bases etimológicas têm a ver com colinas e vales é de fácil compreensão: os anglo-saxões que invadiram as Ilhas Britânicas vieram do Continente Europeu e estariam particularmente atentos ao valor estratégico até mesmo dos mais inexpressivos acidentes geográficos.

ALGUMAS FONTES MANUSCRITAS

O *Domesday Book*, compilado por ordem de Guilherme I, o Conquistador, em 1086, registra a mais antiga grafia da maioria dos nomes de aldeias e paróquias inglesas. Essas grafias devem, entretanto, ser consideradas com certa cautela, pois os escribas franceses naturalmente ao transcreverem as diversas pronúncias do inglês antigo utilizavam seu sistema ortográfico próprio. Além disso, a não familiaridade com muitos nomes conduzia inevitavelmente a erros.

Entre as fontes mais antigas incluem-se Ptolomeu (*Geographia*, século II d.C.) e algumas inscrições latinas encontradas em muralhas, pedras ou lajes tumulares. O período do inglês antigo (449-1100) possui uma enorme quantidade de cartas régias, testamentos e outros documentos legais contendo topônimos, bem como a

³ Trata-se de *Sancto Ivo de Slepe* (1110), assim denominado em homenagem a Santo Ivo cujas relíquias foram aí encontradas no século X. O antigo nome *Slepe* é do saxão **slæp*, “lugar escorregadio”. Segundo uma lenda medieval, Santo Ivo teria sido um bispo persa que juntamente com três companheiros foram para a Inglaterra e se estabeleceram em ermidas longínquas para viver e paz, penitência e solidão. Há ainda nomes cujo status é incerto: *Gadshill* em Kent tanto pode se referir a um deus cristão quanto pagão.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

inestimável *Anglo Saxon Chrinicle*⁴. Como os documentos são frequentemente preservados em cópias feitas muitos séculos mais tarde, o risco de erro por parte dos copistas deve ser levado em conta. Já entre as fontes do período do inglês médio (1100-1500) incluem-se os *Pipe Rolls*, que contêm os registros anuais (do século XII ao XIX) do Tesouro britânico. Estas são, pois, fontes de extrema relevância pela informação que fornecem sobre pessoas e lugares da época.

Passemos, agora, à listagem dos condados formados com o elemento *-shire*, distribuídos nos três países que compõem a atual Grã-Bretanha: Inglaterra, Escócia e País de Gales. As datas, quando mencionadas, se referem aos primeiros registros.

Inglaterra

A Inglaterra compreende a parte sul da Grã-Bretanha e é limitada ao norte pela Escócia e a oeste pelo País de Gales. Existem 34 condados na Inglaterra; todos, por sua vez, se subdividem em distritos e outras unidades administrativas. Desses 34 condados, 23 contêm o elemento *-shire*⁵:

Bedfordshire – Condado de Bedford. *Bedanfor* 880, *Bedeford* 1086. Do anglo-saxão *Bedanford*, “vau ou passagem de Bīeda” (nome de homem).

Berkshire – Condado de Berk. *Berrocscire* 893. Antigo nome céltico que significa “lugar montanhoso” (+ *scire* “shire”). É um dos mais antigos condados da Inglaterra. Foi o cenário de inúmeras batalhas ao longo da história, dentre elas a de Ashdown (8 de janeiro de 871) e as duas de Reading (871 e 1686). É nesse condado que se localiza a cidade de Windsor, famosa pelo castelo do mesmo nome.

Buckinghamshire – Condado de Buckingham. *Buccingahamme* início do século X, *Bochingeham* 1086: “Lugar ou aldeia de Bucca”. Do anglo-saxão *Buca* (nome de pessoa) + *-inga* (genitivo) + *hamm* > *home*, “casa ou aldeia”⁶. Conforme a lenda,

⁴ Compilação de várias fontes que diferem quanto à data e lugar de origem. Apresenta uma forma de diário que registra os fatos importantes ano a ano. A maioria das crônicas européias antigas foram preservadas em latim. Das sete crônicas existentes em manuscritos, seis são totalmente em inglês antigo e a sétima parcialmente em latim.

⁵ Os condados de Devon, Dorset, Rutland e Somerset já tiveram, outrora, o sufixo “shire” incorporado. Hoje em dia tal prática é considerada arcaica.

⁶ O sentido primitivo de “aldeia” sobrevive em muitos topônimos tradicionais na Inglaterra; cf. *Birmingham*, *Hedenham* etc.

MORFOSSINTAXE

Buckingham teria sido fundado por Bucca, líder dos primeiros colonizadores alemães. O primeiro assentamento foi localizado em torno do topo de uma curva do rio Great Ouse, onde atualmente está o campus de Hunter Street da Universidade de Buckingham.

Cambridgeshire – Condado de Cambridge. *Grontabricc* 745, *Cantebrigie* 1088: “Ponte sobre o rio Cam” (*Cam* é uma derivação de *Granta*, de origem céltica). A mudança de *Grant-* par *Cam-* se deve à influência normanda. A cidade de Cambridge é famosa pela universidade com colégios célebres (o primeiro deles fundado em 1284).

Cheshire – Condado de Chester. *Cestre Scire* 1086. Do anglo-saxão *ceaster* (através do latim *castrum*, “cidade fortificada”). O nome antigo da cidade *Legacæstir* (por volta do século VIII) significa literalmente “Cidade das legiões”. Foi fundada como um forte, conhecido como Deva, pelos romanos em 79 d.C. A cidade foi o cenário de batalhas entre os galeses e os reinos saxões ao longo do período pós-romano até os saxões reforçarem a fortaleza contra os ataques dinamarqueses. Após a conquista normanda em 1066, Chester caiu sob o domínio do Conde de Chester, tornando-se o centro de defesa contra os galeses e um ponto de apoio para ataques contra a Irlanda.

Derbyshire – Condado de Derby. *Deoraby* século X, *Derby* 1086: “Aldeia dos cervos”. Do antigo escandinavo *djúr* > *deer*, “cervo” + *bý*, “aldeia”. Pesquisas históricas e arqueológicas realizadas em 2004 revelaram uma possível coexistência de vikings e anglo-saxões nessa região.

Gloucestershire – Condado de Gloucester. *Coloniae Glev* século II, *Glowecestre* 1086: Cidade romana chamada *Glevum*, nome céltico que significa “lugar luminoso” + *ceaster*. A forma antiga contém o elemento latino *colônia*, “colônia romana para legionários aposentados ou reformados”.

Hampshire – Condado de Hampton. *Hamtunscir* fins do século IX. Anteriormente conhecido como “Southamptonshire”, cujo significado é “condado de Southampton”: Cidade ao sul de Hamo (*Hamo* se refere a um invasor e colonizador do século V).

Herefordshire – Condado de Hereford. *Hereford* 958, 1086: “Caminho ou vau apropriado para a passagem de um exército”. Do anglo-saxão **here*, “exército” + *ford*, “vau, passagem”. O termo era empregado nos períodos saxônicos para designar vau na área de um rio onde os soldados podiam atravessar em formação aproximada. Trata-se, nesse caso, do rio Wye, o quinto rio mais longo do Reino Unido e que atualmente forma parte da fronteira entre a Inglaterra e o País de Gales.

Hertfordshire – Condado de Hertford. *Herutford* 731, *Hertforde* 1086: “Vau ou passagem freqüentada por cervos ou veados”. Do anglo-saxão *heorot*, “cervo” + *ford*, “vau”.

Huntingdonshire – Condado de Huntingdon. *Huntandun* 973, *Huntedun* 1086: “Morro de Hunta”. Do anglo-saxão *hunta*, possivelmente nome de homem (genitivo -n) + *dūn*, “morro ou colina”.

Lancastershire – Condado de Lancaster. *Lancastre* 1086: “Fortaleza romana sobre o rio Lune” (*Lune* é uma palavra céltica que significa “sadio ou puro”) + *ceaster* (a-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

través do latim *castrum*, “cidade fortificada”). **Lancashire** é a forma reduzida de *Lancastreshire*, usual até o século XIV.

Leicestershire – Condado de Leicester. *Ligera ceaster* início do século X. *Ledecestre* 1086: “Cidade romana de um povo chamado Ligure” (*Ligure* é um nome tribal céltico de significado incerto + *ceaster*, através do latim *castrum*, “cidade fortificada”).

Lincolnshire – Condado de Lincoln. *Lindon* por volta de 150, *Lindum colonia* fins do século VII, *Lincolia* 1086: “Colônia romana (destinada a legionários reformados) nas proximidades de um lago”, referindo-se ao grande lago no rio Witham. Do céltico *lindo*, “lago, pântano” + latim *colonia*. Trata-se do atual Brayford pool (lago de Brayford), no pé de uma grande colina, sobre a qual os normandos construíram, mais tarde, a Catedral de Lincoln e o Castelo de Lincoln.

Northamptonshire – Condado de Northampton. *Hamton* início do século X, *Northantone* 1086: “Fazenda ou propriedade rural”. Do anglo-saxão *hām-tūn*, com o elemento *north*, “norte”, para distinguir de uma outra localidade chamada *Southampton* (que tem origem diferente). Na região de Northampton foram encontradas relíquias que datam da idade do ferro. Acredita-se que a ocupação da área tenha-se iniciado por volta do século VII. Já no século VIII a cidade tornara-se um centro administrativo do reino de Mércia, um dos reinos da heptarquia anglo-saxônica (séculos VII-IX).

Nottinghamshire – Condado de Nottingham. *Snotengaham* fins do século IX, *Snotingham* 1086: “Fazenda ou propriedade rural de um homem chamado Snot”. Do inglês antigo *Snot* + *-inga-* (genitivo) + *hamm*, “casa ou aldeia”, com a perda do S inicial do primeiro elemento, no século XII, devida à influência **normanda**.

Oxfordshire – Condado de Oxford. *Oxnaforda* século X, *Oxeneford* 1086: “Vau ou passagem usada por bois”. Do anglo-saxão *oxa*, “boi” (genitivo plural *oxna*) + *ford*, “vau ou passagem”. Oxford está localizada na confluência do rio Tâmisia com o Cherwell. É uma cidade pitoresca, célebre por sua universidade, fundada no século XIII.

Shropshire – Condado de Shrewsbury. *Sciropescire* 1086: Forma abreviada da antiga grafia **Shrewsbury**, “Lugar fortificado da região do cerrado”. O nome da cidade em galês é *Amwythig* que significa “lugar fortificado”.

Staffordshire – Condado de Stafford. *Stafford* meados do século XI, *Stadford* 1086: “Caminho próximo a um lugar de desembarque”. Do anglo-saxão *staeth*, “lugar de desembarque” + *ford*, “vau ou passagem”. Era o único ponto em que um exército numeroso pudesse cruzar o rio Trent e por isso um lugar estrategicamente importante na grande região. O assentamento original ficava numa ilha no meio dos pântanos do rio Sow, tributário do Trent. Ainda existe uma grande área de terras pantanosas bem ao norte da cidade, que, em 1947 e 2000, foi atingida por fortes enchentes.

Warwickshire – Condado de Warwick. *Wærinwicum* 1001, *Warwic* 1086: “Habitações próximas às barragens de rios”. Do anglo-saxão *wæring* + *wīc*. Conforme reza uma tradição, Warwick foi fundada às margens do rio Avon no ano de 914 d.C., quando Ethelfleda, irmã do rei de Mércia, Eduardo I, o Antigo (899-924),

MORFOSSINTAXE

construiu fortificações contra os invasores vikings. O condado de Warwickshire é talvez mais conhecido pela cidade de Stratford-upon-Avon, berço do famoso dramaturgo William Shakespeare.

Wiltshire – Condado de Wilton. *Wiltuncsir* 870, *Wiltescire* 1086: “Aldeia ou povoado sobre o rio Wylie”, um dos oito rios do condado. Do anglo-saxão *Wilig* 901, *Wili* 1086, significando, possivelmente, “torrente traiçoeira” + *tūn*, “aldeia”. Wiltshire é particularmente conhecido pela sua arqueologia pré-romana. Os povos mesolíticos, neolíticos e da idade do bronze que ocuparam o sul da Grã-Bretanha construíram povoamentos sobre as colinas e planícies que cobrem a região de Wiltshire. Stonehenge e Avebury são talvez os mais famosos sítios neolíticos do Reino Unido.

Worcestershire – Condado de Worcester. *Weogorna civitas* 691, *Wigranceastre* 717, *Wirecestre* 1086: “Cidade romana da tribo de Weogora”. (*Weogora* é uma palavra britônica que significa “rio sinuoso”) + *ceaster* (através do latim *castrum*, “cidade fortificada”). As primeiras ocupações das áreas de Worcester podem remontar ao período neolítico: uma aldeia cercada por baluartes defensivos tendo sido ali fundada à margem oriental do rio Severn por volta de 400 a.C. Sua posição, que dominava um vau sobre o rio, foi usada no século I pelos romanos para estabelecer o que pode ter sido, a princípio, uma fortaleza na rota militar de Glevum (Gloucester) a Viroconium (Wroxeter), mas que logo se desenvolveu — à medida que a fronteira do império era empurrada para o oeste — numa cidade industrial com suas próprias cerâmicas e usinas de fundição de ferro.

Yorkshire – Condado de York. *Ebórakon* por volta de 150, *Eboracum*, *Euruic* 1086: “Propriedade de Eburos” (antigo nome céltico) ou mais provavelmente “propriedade do teixo”, que foi mal interpretado pelos ingleses e pelos vikings como significando *boar sttlement*, “povoação do javali”. Posteriormente passou a denominar-se *Jorvik*, “estuário do javali”. A cidade, fundada no ano 71 d.C., recebeu marcada influência dos romanos e dos vikings, tendo sido a capital da antiga província da *Bri-tannia Inferior*. Tornou-se mais tarde a sede do Arcebispado de York.

Escócia

A Escócia corresponde à parte setentrional da Grã-Bretanha e é separada da Inglaterra pelos montes Cheviot. Na Escócia, dos 32 condados existentes, 20 contêm o elemento *-shire* e quatro apresentam formas alternativas: Angus ou Forfarshire (gaélico: *Aonghas*), East Lothian ou Haddingtonshire (gaélico: *Lodainn an Ear*), Midlothian ou Edinburghshire (gaélico: *Meadhan Lodainn*) e West Lothian ou Linlithgowshire (gaélico: *Lodainn an Iar*).

Ao lado do nome inglês de cada condado, apresentamos, para simples comparação, entre parênteses, a variante em gaélico escocês (idioma remanescente do antigo celta ainda falado no norte da Escócia).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Aberdeenshire – Condado de Aberdeen (*Siorrachd Obar Dheathain* em gaélico): “Foz do rio Don” (*Don* se refere a Devona, deusa céltica). Há vestígios de ocupação humana na área de Aberdeen desde de pelo menos 6000 a.C.

Ayrshire – Condado de Ayr (*Siorrachd Inbhir Àirem* em gaélico): “Foz do rio Ayr”. Em 1197 um castelo foi construído próximo ao rio Ayr. Logo depois, em 1205, o rei Guilherme, o Leão (1165-1214), criou um burgo em Ayr.

Banffshire – Condado de Banff (*Siorrachd Bhanbh* em gaélico): Possivelmente do gaélico *Banba*, um dos nomes da Irlanda. As fontes consultadas não apresentam consistência quanto à origem desse nome.

Berwickshire – Condado de Berwick (*Siorrachd Bhearaig* em gaélico): O nome Berwick significa, literalmente, “plantação de cevada”. A origem do nome da cidade é provavelmente norueguesa ou anglo-saxônica, com o segundo elemento *wick* originado de *vik*, “baía”, ou *wic*, “povoamento”. O primeiro elemento é também ambíguo, podendo se referir tanto a *barley* (cf. o inglês antigo *baerlic* > *barley*, “cevada”) quanto ao promontório (“bar”) que corta o estuário de Tweed.

Clackmannanshire – Condado de Clackmannan (*Siorrachd Chlach Mhannainn* em gaélico; apelidado “o condado minúsculo”): “Pedra de Manau”. Trata-se de um monolítico pré-histórico provavelmente utilizado para rituais na idade do ferro.

Cromartyshire – Condado de Cromarty (*Siorrachd Chromba* em gaélico): “Baía torta”. Do gaélico *crow*, “torto, curvado” + *bati*, “baía”. Uma outra interpretação sugere *ard*, “altura”, em vez de *bati* significando, portanto, “curva entre as alturas” (referindo-se às altas rochas que protegem a entrada do estuário).

Dumfriesshire – Condado de Dumfries (*Siorrachd Dhùn Phris* em gaélico): De origem e significação incertas, talvez “Forte dos Frísios”. Os frísios eram um povo que habitava, no século I, a região da Frísia, entre os rios Reno e Ems. Os frísios estiveram sob o domínio dos romanos, dos saxões e, por fim, dos francos.

Dunbartonshire – Outrora grafado “Dunbartonshire”, **Condado de Dunbarton** (*Siorrachd Dhùn Bhreatainn* em gaélico): “Cidade de Dunber”, ou ainda *Dùn Breatainn*, “Forte dos Brythons” (britônicos). Os próprios britônicos a denominavam “Alclud” (Ail Chluaidh), ou seja, “Rocha sobre o Clyde”.

Inverness-shire – Condado de Iverness (*Siorrachd Inbhir Nis* em gaélico): “Foz do rio Nis”. Inverness é a única cidade das remotas regiões montanhosas da Escócia e costuma ser considerada como capital não oficial. Outrora uma das fortalezas dos pictos⁷, foi visitada no ano 565 a.C. por São Columbano, com o propósito de converter o rei picto Brude, que, conforme a lenda, teria residido no forte vitrificado no alto do Craig Phadrig, monte de 168 m., nas proximidades da cidade.

Kinross-shire – Condado de Kinross (*Ceann Rois* em gaélico): “Promontório de Madeira”.

⁷ Povo pré-céltico da antiga Escócia. Do latim *pictī*, literalmente “pintados” ou “tatuados”, assim chamados por pintarem o corpo, prática que já havia desaparecido entre outras tribos célticas.

MORFOSSINTAXE

Kirkcudbrightshire – Condado de Kirkcudbrigh (*Siorrachd Chille Chuithbheirt* em gaélico): “Igreja de Cuthbert”. Cuthbert foi um monge anglo-saxônico (634-687) e bispo do Reino de Northumbria, que naquela época incluía o nordeste da Inglaterra e o sudeste da Escócia. Tornou-se mais tarde um dos mais importantes santos medievais da Inglaterra. É considerado o padroeiro de Northumbria. Pode-se identificar o elemento anglo-saxônico *kirkja* > *church*, “igreja”.

Lanarkshire – Condado de Lanark (*Siorrachd Lanraig* em gaélico): “Lugar na clareira”.

Nairnshire – Condado de Nairn (*Siorrachd Inbhir Narann* em gaélico): “Rio penetrante”.

Peeblesshire – Condado de Peebles (*Siorrachd nam Pùballan* em gaélico): Do gaélico escocês *Na Pùballan*, de significação incerta, possivelmente relacionado a *pebyll*, “pavilhões”.

Perthshire – Condado de Perth (*Siorrachd Pheairt* em gaélico): “Lugar junto a uma moita”. O nome *Perth* deriva de uma palavra picta que significa “madeira” e liga a cidade aos pictos descritos pelos romanos, que subseqüentemente se uniram aos escoceses para formar o reino de Alba (*Yr Alban*), antigo nome da Escócia.

Renfrewshire – Condado de Renfrew (*Siorrachd Rinn Friù* em gaélico): “Ponto da corrente”.

Roxburghshire – Condado de Roxburgh (*Siorrachd Rosbroig* em gaélico): “Fortaleza de Hroc”.

Selkirkshire – Condado de Selkirk: Literalmente “igreja junto a um vestíbulo”. Pode-se identificar o elemento anglo-saxão *kirkja* > *church*, “igreja”.

Stirlingshire – Condado de Stirling (*Siorrachd Sruighlea* em gaélico): De origem incerta. A etimologia popular explica como “habitação de Melyn”.

Wigtownshire – Condado de Wigtown (*Siorrachd Bhaile na h-Uige* em gaélico): “Cidade sobre a baía”, possivelmente devido à sua posição geográfica.

País de Gales

O País de Gales situa-se na região do oeste da Grã-Bretanha e é dividido em 13 Condados dos quais 10 são formados com o acréscimo do sufixo *-shire*.

Ao lado do nome inglês de cada condado, apresentamos, para simples comparação, entre parênteses, a variante em galês (idioma remanescente do antigo celta ainda falado no País de Gales).

Brecknockshire – Condado de Brecknock (*Sir Frycheiniog* em galês), também conhecido como **Breconshire**, ou **Condado de Brecon**. *Brycheiniog + shire* : “Território de Brychan”, rei de Brycheiniog no século V.

Caernarfonshire – Condado de Caernarfon (*Sir Gaernarfon* em galês): “Forte em frente a Fôn”. Do galês *Caer yn Arfon*, “castelo em Arfon”, referindo-se ao forte romano denominado *Segontium*. *Arfon* que significa “[região] em frente” a Anglesey (*Ynys Môn* em galês), uma ilha na costa noroeste do País de Gales que ainda preserva os falares galeses.

Cardiganshire – Condado de Cardigan (*Sir Aberteifi* em galês): “Território de Ceredig”. Ceredig, rei de Ceredigion, nasceu por volta de 420 d.C.

Carmarthenshire – Condado de Carmarthen (*Sir Gaerfyrddin* em galês): “Forte de Maridunum” (o nome romano *Maridunum* significa “forte junto ao mar”).

Denbighshire – Condado de Derbigh (*Sir Ddinbych* em galês): “Pequena fortaleza”.

Flintshire – Condado de Flint (*Sir y Fflintem* galês): “[Lugar de] rocha dura”. Flint é bastante conhecida pelo Castelo do mesmo nome, cuja construção foi iniciada por Eduardo I da Inglaterra em 1277. Nesse castelo, Ricaardo II foi entregue ao seu inimigo Henrique Bolingbroke em 1399. É também o cenário do ato III, cena III da famosa peça de Shakespeare *Richard II*.

Monmouthshire – Condado de Monmouth (*Sir Fynwy* em galês): “Foz do rio Monnow” (*Monnow* é uma palavra britônica que significa “fluxo rápido”).

Montgomeryshire – Condado de Roger de Montgomery (*Sir Drefaldwyn* em galês), também conhecido como *Maldwy*. Foi criado em 1074 para Roger de Montgomery, primeiro conde de Shrewsbury.

Pembrokeshire – Condado de Pembroke (*Sir Benfro* em galês): “Terra da extremidade”, talvez devido à sua posição geográfica. O condado foi criado em 1138, tendo sido Gilbert de Clare o primeiro Conde de Pembroke.

Radnorshire – Condado de Radnor (*Sir Faesyfed* em galês): “Margem vermelha”.

MORFOSSINTAXE

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Damos aqui por encerrada nossa breve exposição sobre a presença do elemento *-shire* na formação da maioria dos nomes dos condados da atual Grã-Bretanha. Esse elemento, de origem anglo-saxônica e que significa “divisão administrativa”, se junta a nomes primitivos como verdadeiro sufixo.

Vimos, por exemplo, que várias línguas contribuíram etimologicamente para a formação dos topônimos da Grã-Bretanha, dentre elas as línguas célticas (a partir de meados do primeiro milênio a.C.) e as anglo-saxônicas (a partir do século V d.C.) e em menor escala o latim, levado às Ilhas Britânicas por Júlio César em 55 a.C. Há também vestígios de elementos pré-célticos na formação de alguns topônimos na região.

As fontes manuscritas são de importância fundamental para o estudo da toponímia, porque constituem documentos do estágio da língua nas diversas épocas. Nem sempre, porém, os textos disponíveis retratam de fato o que os autores registraram: variantes ortográficas da época e a não familiaridade com certos nomes de lugares e de pessoas, dentre outras, eram as mais freqüentes causas de interpretações errôneas de parte de copistas ao longo da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARNHART, Robert K. (ed.). *Chambers dictionary of etymology*. Edinburgh: Chambers, 1988.

BAUGH, Albert & CABLE, Thomas. *A history of the English language*. 4th ed. London: Routledge, 1993.

CRYSTAL, David. *The Cambridge encyclopedia of the English language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

GREGOR, D. B. *Celtic: a comparative study*. Cambridge: Oleande Press, 1980.

HOOK, J. N. *History of the English language*. New York: The Harold Press Company, 1975.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

MILLS, A.D and Adrian Room. *The Oxford dictionary of placenames*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

ONIONS, C. T. *The Oxford dictionary of English etymology*. Oxford: Oxford University Press, 1966.

PYLES, Thomas. *The origins and developments of the English language*. Second edition. New York: Harcourt-Brace Javanovich, 1964.

ROOM, Adrian. *Bloomsbury dictionary of place names in the British Isles*. London: Bloomsbury Publishing PLC, 1988.

SMITH, A. H. *English place-names elements*, EPNES 25, 26. Cambridge: Cambridge University Press, 1956.

SPITTAL, Jeffrey and John Field. *A reader's guide to the place-names of the United Kingdom*. Stamford: Paul Watkins, 1990.

TRUDGILL, Peter. *Language in the British Isles*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

WILLIAMS, Joseph M. *Origins of the English language: a social and linguistic history*. New York: The Free Press, 1984.

Homepage

ETYMOLOGICAL list of counties of the United Kingdom. Disponível em:

http://en.wikipedia.org/wiki/Etymological_list_of_counties_of_the_United_Kingdom

Acesso em 15/05/2007.

MORFOSSINTAXE

O PREENCHIMENTO DA CASA DO SUJEITO NA LÍNGUA POMERANA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ

Larisse Cunha Cestaro (UFES)
larissecestaro@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o intuito de verificar a tendência do preenchimento da casa do sujeito entre descendentes de pomeranos no município de Santa Maria de Jetibá. A necessidade da pesquisa surgiu a partir de estudos que mostram o menor uso dos sujeitos nulos e maior preenchimento e explicitação do sujeito.

Tomamos por base os conceitos da chamada Gramática Tradicional em relação ao sujeito nulo, que é definido como aquele que não vem explícito na oração e confirmamos que segundo a norma culta, permite essa supressão. Entretanto, a pesquisa é voltada para observar se no uso corrente da língua, no dia a dia, o uso do sujeito é maior ou não que a sua supressão.

Sendo assim, a pesquisa realizada procurou analisar os dados, buscando entre falantes descendentes de pomeranos a obtenção de resultados que comprovassem essa teoria. Através de observações e ocorrências a língua falada, procurou averiguar a frequência das ocorrências e analisar a flexão verbal na ausência do sujeito.

O trabalho teve base teórica em estudos da sociolinguística e nas variações linguísticas, já que a pesquisa é voltada para um grupo específico, levamos em conta fatores como idade, sexo e grau de escolaridade, para que pudesse ser feito um contraponto e obtermos resultados satisfatórios. A distinção entre fala e escrita também foi necessária, já que os materiais para análise foram basicamente discussões orais.

A realização deste trabalho implica uma série de curiosidades que desejamos compreender. Verificaremos mudanças que ocorrem dentro da língua portuguesa no seu uso corrente, observando suas ocorrências no dia a dia, além de contribuir para que possamos analisar a língua, não só a definindo segundo os padrões da Gramática

Tradicional, como também, no seu uso corrente, observando assim suas mudanças.

A pesquisa considera os fatores imigratórios, dando ênfase ao município de Santa Maria de Jetibá, o local da análise dos dados obtidos. A “Prescrição gramatical e uso” que é uma tentativa de compreensão de conceitos ligados à gramática, o uso da língua e suas variações e às noções e conceituações da Gramática Tradicional e as observações e estudos de novas concepções a respeito do sujeito nulo dentro da língua oral do português.

Portanto, a pesquisa é voltada para a construção de uma nova realidade, segundo os moldes da língua oral, definindo e questionando fatores que ocorrem dentro da realidade.

O SUJEITO NULO E PREENCHIMENTO DA CASA DO SUJEITO

É difícil encontrarmos definições de sujeito nulo, já que a maioria das gramáticas o conceitua como sujeito oculto, subentendido, elíptico, etc., baseados na Nomenclatura Gramatical Brasileira.

Dentro das definições de sujeito, sua classificação é geralmente dividida em cinco tipos de sujeito são eles: simples, composto, indeterminado, oculto e oração sem sujeito. Pois bem, o sujeito nulo a qual nos referimos, é o chamado oculto na Gramática tradicional.

Às vezes definido de forma vaga, o ‘sujeito oculto’ é aquele que trás o sujeito implícito, e pode ser reconhecido através da terminação do verbo, isto é, através das desinências verbais, sabemos a que ou a quem se refere.

Procuremos analisar o que alguns gramáticos dizem a respeito do sujeito nulo. Peguemos como exemplo os mesmo autores usados para definir o conceito de sujeito.

Celso Cunha (2001, p. 127/128) define o sujeito oculto:

É aquele que não está materialmente expresso na oração, mas pode ser identificado. A identificação faz-se pela desinência verbal ou pela presença do sujeito em outra oração do mesmo período ou de período contíguo.

MORFOSSINTAXE

O autor faz uma observação a respeito dos verbos que não possuem desinência pessoal, podendo ocorrer assim que o sujeito venha sugerido pela desinência de outro verbo.

Bechara não comenta absolutamente nada em relação à classificação do sujeito, apenas divide orações entre sujeito e predicado e não os classifica.

Na realidade o sujeito nulo só é mencionado pelo autor quando se trata do conteúdo de figuras de sintaxe, especificamente a questão da Elipse, e a define dizendo o seguinte:

Chama-se elipse a omissão de um termo facilmente subentendido por faltar onde normalmente aparece, ou por ter sido anteriormente enunciado ou sugerido, ou ainda por ter depreendido pela situação ou contexto. (2001, p. 592).

Continua:

Não se há de considerar elipse a omissão do sujeito léxico já que ele está indicado na desinência verbal, o sujeito gramatical. A necessidade de explicitação do sujeito gramatical mediante um sujeito explícito é ditada pelo texto; a rigor, portanto, não se trata da “elipse” do sujeito, mas do “acréscimo” de expressão que identifique ou explicita a que se refere o sujeito gramatical indicado na desinência do verbo finito ou flexionado. Em português, salvo nos casos de ênfase ou contraste, não se explicita o sujeito gramatical mediante pronomes sujeitos de 1ª e 2ª pessoas do singular e do plural (2001, p. 592).

Em contraposição, voltamos ao conceito dado por Perini (1998, p. 78); o autor postula tais orações como não tendo sujeito, porém é forçado a chamá-lo de “sujeito vazio”, onde as desinências funcionariam como um “sujeito pronominal”. Entretanto para que essa definição seja coerente, precisamos colocar o sujeito como uma categoria sintática, desconsiderando fatores semânticos.

Perini (1998, p. 366/367) diz que não vale a pena postular sujeitos nulos, pois se sujeitos nulos são “sujeitos”, deve-se mudar algumas definições dadas pelas gramáticas, como por exemplo, a definição que diz que “*é o termo que está em relação de concordância com o verbo*”.

Essa definição se refere a um termo explícito e é claro que numa oração com sujeito nulo não haverá nenhum elemento explícito que esteja em relação de concordância com o verbo.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O autor faz a seguinte observação (1998, p. 366) [...] observei que o interesse de se postular os “sujeitos ocultos”, vem da presumida possibilidade de tratá-los da mesma forma que os sujeitos claros.

Continua (1998, p. 367): A única diferença ficaria na explicitação de um e não do outro.

Porém, sintaticamente essa posição não é aceita devido à exigência e restrições de alguns verbos, entretanto, a semântica apóia casos que ocorrem o sujeito oculto, essa é baseada na terminação verbal apoiada na comunicação. Surge aqui uma nova discussão, não seria redundante então o uso do sujeito nas orações já que os verbos dão conta de especificar a quem se referem?

Perini responde (1998, p. 369):

Se apenas considerássemos os interesses da comunicação, diríamos que uma das fontes é dispensável; mas, é claro, a língua tem outras exigências, de modo que o sujeito explícito pode ser dispensado, mas o sufixo verbal não. [...] não é redundante porque, apesar de ter sujeito, este não aparece explicitamente; em outras palavras, temos um sujeito cujo efeito semântico é suprimido em certos casos. A representação da redundância é indireta, e na verdade não terá nada a ver com a estrutura da sentença, mas com um fato à parte, o caráter “oculto” desse sujeito. (Perini. 1998, p. 369)

Portanto, quanto ao sujeito nulo, às gramáticas tradicionais são vagas, o assunto é pouco desenvolvido e de pouca abordagem.

O PREENCHIMENTO DA CASA DO SUJEITO

Como já vimos o “sujeito nulo” existe dentro da Gramática Tradicional, porém, há uma tendência na Língua Portuguesa, onde se percebe cada vez mais o preenchimento da marca do sujeito.

Tarallo (1989, p. 51) diz: “*Minha hipótese é a de que o sujeito tem, na maioria das circunstâncias, forma preenchida nas orações (...).*”

Dando continuidade a essa hipótese, Tarallo em *Fotografias Sociolingüísticas* (1989) propôs um estudo em relação ao preenchimento da marca do sujeito. O lingüista trabalhou com menção do

MORFOSSINTAXE

discurso, tipo de verbo e modalidade de expressão, tendo como variável o Sujeito Pleno e o Sujeito Elidido.

Chegou-se a conclusão através de pesquisa e coletas de dados, que há um alto índice de preenchimento do sujeito.

A tendência do português (brasileiro) é realizar preenchimento da casa do sujeito, fator esse ligado a perda de informação da desinência verbal. Essa perda, seria a troca dos pronomes da 2ª pessoa (*tu* e *vós* pelo *você* (s)) e o uso corrente, principalmente na língua oral, a mudança do *nós* pelo *a gente*.

Para que não haja confusão quanto a que pessoa do discurso o verbo se refere, as pessoas preferem preencher a casa do sujeito.

Segundo Botassini (2002, p. 41):

Atribui-se ao português a característica de língua que prescinde do uso do sujeito pronominal porque as desinências verbais são suficientemente marcadas para indicar o pronome sem que haja a necessidade de explicitá-lo. Entretanto, estudiosos voltados a análise desse tema têm demonstrado uma situação diversa em trabalhos, isto é, têm demonstrado que o português contemporâneo do Brasil tem preenchido casa vez mais a casa do sujeito.

Como já estudamos antes, as variações lingüísticas estão relacionadas a variações sociológicas. Aqui, não seria diferente, a aplicação ou não do preenchimento da casa do sujeito, está condicionada a fatores internos e externos da língua. A autora ainda diz que o sujeito nulo (elidido) é “recuperado” através do contexto ou das desinências verbais.

Segundo a autora (2002, p. 43):

[...] a recuperação dos sujeitos elididos se dá pelo contexto, esse tipo de recuperação exige uma habilidade de perceber as ligações entre elementos lingüísticos estejam eles explícitos ou pressupostos.

Na visão da Gramática tradicional assim como Bechara e Cunha e Cintra, defendem a concepção que o português prescinde do uso do sujeito pronominal, pois a morfologia verbal seria suficiente para indicar a pessoa do discurso, se olharmos por essa visão a utilização do sujeito-pronome valeria apenas em casos de dar ênfase a pessoa do sujeito.

Que é verdade que o sujeito pode ser de certa forma usado para não enfatizar orações é, porém seu uso não fica apenas restrito a essa situação. A autora volta a afirmar o que Tarallo apresenta.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Para finalizar, Botassini (2002, p. 45) diz: Acrescenta que uma explicação plausível para maior preenchimento no português do Brasil pode ser encontrada na flexão verbal, ou melhor, no enfraquecimento da flexão verbal, conseqüência da neutralização da alternância entre singular e plural: ele fala muito / eles fala muito.

Devido à mudança que está ocorrendo dentro da língua em se tratando do uso dos pronomes-sujeito e na redução das desinências verbais, notamos que o sujeito deixa de ser nulo e se torna pleno.

O USO DO NÓS E DO A GENTE: A TROCA DENTRO DA LÍNGUA PORTUGUESA

A mudança dos pronomes tem se tornado cada dia algo mais notável dentro da Língua Portuguesa, a forma pronominal tu cedeu lugar ao uso do você, com exceções de alguns estados brasileiros, que tem por costume local usar corretamente as pessoas do discurso.

Assim como o tu, o pronome *nós*, tem cedido espaço para a “expressão pronominal” a *gente*. Notamos seu uso constante dentro da língua oral é comum vermos o a gente representando a primeira pessoa do plural.

Segundo as gramáticas tradicionais não se tem algo de sólido, ora classificam a forma a gente como pronome de tratamento, ora como pronome indefinido ou até mesmo como pronome pessoal.

Sabemos que a gramática tradicional de certa forma condenada a forma, e que seu uso geralmente ocorre na linguagem informal, aboli-la seria missão impossível, contando que seu uso já se consagrou dentro da língua oral.

Na pesquisa é notável o uso do “pronome” a gente no lugar do nós, o uso da expressão é consideravelmente superior, indicando que ao explicitarem o sujeito, o a gente tem tomado cada vez mais espaço dentro da língua oral portuguesa.

MORFOSSINTAXE

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos dados notamos uma tendência ao preenchimento da casa do sujeito na fala dos descendentes de pomeranos de Santa Maria de Jetibá.

Estatisticamente, 57,6% das orações aparecem com os sujeitos explícitos e um pouco abaixo, com 42,4% dos casos com sujeitos nulos. O sujeito explícito aparece muitas vezes na menção dos pronomes da primeira pessoa do singular (EU) e na primeira pessoa do plural (NÓS), porém, surge aqui uma curiosidade, prevalece o uso do A GENTE, substituindo o pronome NÓS, geralmente, quando usam a referência do plural.

Verificamos que o número de preenchimento é maior do que a supressão. Quanto ao nível de escolaridade a supressão ocorre exclusivamente na fala dos meninos, parcialmente 50% pertencentes a 8ª série do Ensino Fundamental e 50% da 5ª série do Ensino Fundamental.

Quanto ao fator sexo, o preenchimento da casa do sujeito prevalece na fala das meninas, sendo 83,4% a marca da aparição do sujeito e 16,6% na fala dos meninos. A idade é definida a partir das séries que os alunos pertencem, ficando novamente dividida entre 50% com idade entre 10 e 11 anos e 50% entre 13 e 15 anos.

Além das análises referentes ao preenchimento e supressão da casa do sujeito, é importante ressaltarmos dois outros fatores dentro da língua oral dos descendentes de pomeranos.

O primeiro fator é a falta de uso dos conectivos, as frases são soltas, não usam conectivos, preposições e às vezes nem mesmo o verbo, causando incoerência e dificuldade algumas vezes para que retirássemos os sujeitos da frase.

Ressaltamos que não é o que focaliza a pesquisa, porém é importante citarmos fatores lingüísticos dessa ordem que possa vir influenciar nos resultados da pesquisa.

Outro fator de extrema importância dentro da oralidade dos descendentes é o uso da “expressão pronominal”, *a gente*, que se tornou comum e usual na substituição do pronome nós, seu número de ocorrência é bem maior que o do pronome nós.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Ambos os fatores citados acima se referem a fatores condicionados da língua oral, estão diretamente ligados a fatores extralingüísticos, interferem e influenciam no modo peculiar dos descendentes.

REFERÊNCIAS

- BOTASSINI, Jacqueline Ortelan Maia. *A elipse do sujeito pronominal: uma análise variacionista*. São Paulo: Clara Luz, 2002.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (org.) *Diversidade lingüística e ensino*. Salvador: EDUFBA, 1996.
- CUNHA, Celso, *Nova gramática do português contemporâneo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FONSECA, Maria Stella V., *Sociolingüística*. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1974.
- LYONS, John. *Linguagem e lingüística: uma introdução*. Rio de Janeiro: LTC, 1987.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para escrita: atividades de retextualização*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- PERINI, Mario A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1998.
- PRETI, Dino. *Sociolingüística: os níveis de fala, um estudo sociolingüístico na Literatura Brasileira*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1974.
- TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo: Ática, 2004.
- TARALLO, Fernando. *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas: UNICAMP, 1989.
- TRAVAGLIA, L. C. *Gramática ensino plural*. São Paulo: Cortez, 2003.
- . *Gramática e interação*. São Paulo: Cortez, 1996.

MORFOSSINTAXE
ORDENAÇÃO DE
CIRCUNSTANCIAIS TEMPORAIS EM INGLÊS

Marcia da Silva Mariano Lessa (UFRJ)

INTRODUÇÃO

As gramáticas da língua inglesa admitem variação na posição de circunstanciais temporais na oração, acenando a possibilidade desses constituintes ocuparem posições pré ou pós-verbais. Ressaltam, no entanto, que a posição mais freqüente, ou seja, a ordem não marcada desses elementos é a margem direita da oração (Celce-Murcia e Larsen-Freeman, 1999, p. 492).

Paiva (2003), Costa (2004), Shaer (2004) já mostraram que a variação na posição dos circunstanciais não é aleatória, mas recebe influência de fatores sintáticos, semânticos e discursivos.

Sendo assim, os circunstanciais temporais podem ocupar diversas posições na oração, como mostram os exemplos abaixo:

- (1) *Today*, the city is more stable. (*The New York Times*, 06/08/04)
- (2) The first demonstration, *in late October* in southwestern Sichuan province, drew more than 70,000 people, (*Chicago Tribune*, 09/11/04)
- (3) Arafat *now* is at a crossroads. (*The New York Times*, 18/07/04)
- (4) Gen. George Casey, the U.S. commander in Iraq, said in Washington *on Monday* that insurgents holding positions on the city's outskirts "will probably fall back toward the center of the city. (*Chicago Tribune*, 09/11/04)
- (5) Maybe the bullet softened up because he kept moving his arm *over the years*. (*Chicago Tribune*, 09/11/04)

O objetivo principal deste trabalho é investigar a ordenação de advérbios e Spreps adverbiais de tempo em textos escritos da língua inglesa, a fim de identificar uma ordem não marcada desses constituintes, em oposição a uma ordem menos freqüente de ocorrência. Queremos, também, verificar que fatores atuam sobre essa ordenação e que contextos sofrem mais ou menos restrição na variação posicional dos circunstanciais.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Optamos por uma análise separada de advérbios e Spreps, uma vez que cada tipo morfológico possui suas especificidades.

Analisamos dados de notícias e de artigos de opinião de dois jornais americanos conforme mostra a tabela abaixo:

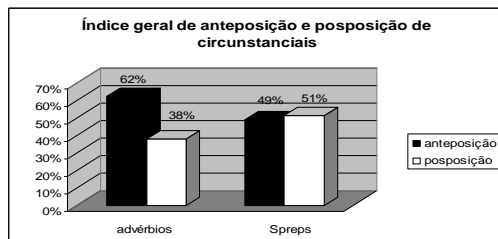
Gênero textual	Inglês		Total
	Chicago Tribune	The New York Times	
Notícias	24	24	48
Artigos de opinião	24	24	48
			96

Tabela 1. *Corpora*

Sob a perspectiva da Sociolinguística Variacionista, foram definidos grupos de fatores para uma análise sistemática dos dados, que foram computados pelo pacote de programas GOLDVARB 2001.

POSIÇÕES DOS CIRCUNSTANCIAIS TEMPORAIS

A variável de aplicação para este trabalho é a anteposição verbal. Um primeiro resultado pode ser visto no seguinte gráfico:



Podemos observar padrões diferenciados de ordenação de advérbios e Spreps. Os primeiros ocupam, preferencialmente posições antepostas ao verbo. Podemos dizer que a ordem não marcada dos advérbios de tempo é a anteposição verbal. Para os Spreps, no entanto, não é possível determinar uma ordem mais freqüente devido à grande variação apresentada por esses circunstanciais.

Como já pôde ser visto nos exemplos de 1 a 5, advérbios e Spreps não se limitam à simplificação anteposição e posposição, mas ocupam diversas posições na oração. Para um efeito mais didático, optamos por reagrupar as diversas posições de ocorrência dos cir-

MORFOSSINTAXE

cunstanciais em quatro: margem esquerda (ME), posição medial 1 (PM1 – entre sujeito e verbo), posição medial 2 (PM2 – entre verbo e complemento) e margem direita (MD). Os resultados obtidos foram os seguintes:

<i>Posições</i>	<i>Inglês</i>	<i>Inglês</i>
	Advérbios	Spreps
ME	22/86 = 25%	125/278 = 44%
PM1	32/86 = 37%	13/278 = 4%
PM2	8/86 = 9%	22/278 = 7%
MD	24/86 = 27%	118/278 = 42%

Tabela 2. Distribuição dos circunstanciais por posição

A tabela 2 confirma o que já fora visto no gráfico e vai mais além. Os advérbios se encontram mais antepostos, mais especificamente entre sujeito e verbo. Já os Spreps variam sua posição entre as margens da oração.

Uma análise mais detalhada dos dados nos mostrou a necessidade de examinar cada advérbio separadamente, o que nos levou aos resultados abaixo.

	ME	PM1	PM2	MD
Recently	2/12 = 16,66%	6/12 = 50%	1/12 = 8,33%	3/12 = 25%
Now	10/36 = 27,77%	14/36 = 38,88%	3/36 = 8,33%	9/36 = 25%
Late	-	1/3 = 33,33%	-	2/3 = 66,66%
Early	4/5 = 80%	-	1/5 = 20%	-
Still	-	3/4 = 75%	1/4 = 25%	-
Immediately	-	2/2 = 100%	-	-
Soon	1/3 = 33,33%	1/3 = 33,33%	-	1/3 = 33,33%
Yet	-	2/2 = 100%	-	-
yesterday	-	-	1/2 = 50%	1/2 = 50%
Today	1/6 = 16,66%	1/6 = 16,66%	1/6 = 16,66%	3/6 = 50%
Already	-	2/3 = 66,66%	-	1/3 = 33,33%
Then	3/3 = 100%	-	-	-
Tonight	-	-	-	1/1 = 100%
Lately	1/2 = 50%	-	-	1/2 = 50%
Occasionally	-	-	-	1/1 = 100%
Annually	-	-	-	1/1 = 100%

Tabela 3. Anteposição de advérbios e cruzamento entre posições e advérbios

Advérbios como *early* e *then* ocupam, preferencialmente, a margem esquerda da oração. Uma explicação possível para tal ocorrência é o papel delimitativo que esses advérbios assumem no dis-

curso. Já advérbios em –mente, como *occasionally* e *annually* preferem a margem direita da oração.

Ao olharmos para os advérbios que ocupam a posição entre sujeito e verbo, percebemos que a maioria deles possuem superposição com aspecto, fazendo com que eles se coloquem próximo ao verbo. Alguns deles são proformas adverbiais e possuem baixo peso fonológico, o que também favorece à ocupação de posições mais à esquerda da oração.

PAPÉIS DISCURSIVOS E SINTÁTICOS DOS CIRCUNSTANCIAIS TEMPORAIS

Do ponto de vista micro-discursivo, o papel assumido pelos circunstanciais temporais se enquadra na estrutura tema-rema,³⁶ como pode ser observado nos exemplos:

TEMA:

(6) The battle for Fallujah, the most significant offensive in Iraq since the invasion that toppled Saddam Hussein 20 months ago, was in full swing Monday as thousands of U.S. troops swarmed into insurgent-held neighborhoods to begin reclaiming the city building by building. (...)

By Monday evening, American troops had established a foothold in northern sections of Fallujah, attacking insurgents in a railway station on the edge of the Jolan district and seizing apartment buildings in the northwest part of the city. (*Chicago Tribune*, 09/11/04)

REMA:

(7) The bleak statistical portrait of sub-Saharan Africa, drawn from the 2004 edition, does not spare South Africa, the region's economic powerhouse, which celebrated a decade of postapartheid democracy *this year*. (*Chicago Tribune*, 16/07/04)

	Advérbio		Sprep	
	Freqüência	Peso relativo	Freqüência	Peso relativo
Tema	7/7 = 100%	-	40/70 = 57%	(.51)
Rema	38/65 = 58%	-	98/208 = 47%	(.49)

Tabela 4. Tema rema e anteposição de circunstanciais em inglês

³⁶ Rema foi usado aqui como informação velha e rema como informação nova.

MORFOSSINTAXE

Dentro das nossas expectativas, o resultado para os advérbios é categórico enquanto tema da oração, o que quer dizer que quando introduzem uma informação já dada no discurso, 100% dos advérbios ocupam posições mais antepostas. Em se tratando de rema, observa-se uma redução considerável no número desses constituintes, mostrando um grande número de advérbios em posições depois do verbo, tendendo a infringir sua ordem não marcada.

Não há diferenças dos resultados entre tema e rema para os Spreps. Embora o programa estatístico não tenha selecionado esses resultados, eles seguem tendências parecidas com as dos advérbios.

Numa perspectiva discursiva mais ampla, tantos os advérbios como os Spreps podem assumir as funções discursivas a seguir:

1. Predicação - o circunstancial introduz coordenadas dêiticas relativas ao estado de coisas descrito.

(8) The communist government announced the change Oct. 25. (*Chicago Tribune*, 09/11/04)

2. Segmentação tópica - o circunstancial sinaliza a passagem de um subtópico a outro.

(9) Fighting flared Wednesday between the Iraqi police and insurgents in Mosul, killing at least 12 people, wounding dozens more and prompting city authorities to impose a curfew to restore order, city officials said. *About noon*, dozens of masked insurgents got out of a minivan on the south side of Mosul and sprayed gunfire along the two main roads, witnesses said. (*NYT*, 15/08/04).

3. Retomada anafórica - o circunstancial retoma alguma coordenada temporal já introduzida no contexto precedente.

(10) A short circuit ignited a thatched roof and raged through a school in southern India on Friday, killing at least 80 children and injuring more than 100. (...) More than 30 of the victims were burned to death, while the others were killed in a stampede that followed the fire, said M.B. Venkatesh, a witness who lived near the Lord Krishna Middle School in the town of Kumbakonam. He said the school's main door was locked *at the time of the blaze*. (*NYT*, 16/07/04)

4. Mudança de tipo de discurso – o circunstancial indica a passagem de um modo discursivo a outro, como, por exemplo, de uma narrativa a um diálogo ou vice-versa.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

(11) The U.S. Constitution says the government may forcibly acquire your home or your land only "for public use" and only for a fair price. The public use requirement traditionally covered things like highways and railroads, and it also allowed the government to raze decaying blocks that amounted to a public nuisance. But in this ruling, the court said, "Private use, public use-what's the difference?"

Now, as long as the government claims that the public will benefit in some way, it can grab any property it wants and give it to anyone it chooses. (*Chicago Tribune*, 24/11/05)

5. Contaste – o circunstancial introduz um contraste entre duas coordenadas temporais distintas.

(12) *Last year*, the agency projected it would take Africa more than 140 years to halve the number of people living in extreme poverty. *This year*, even that slight progress is gone as its annual Human Development Report states that "no date can be set because the situation in the region is worsening, not improving." (*Chicago Tribune*, 16/07/04)

Demarcação de pontos – o circunstancial localiza em uma sequência diferentes pontos de um continuum temporal

(13) *On May 26*, he led his company through an opening of a sand berm at the Kuwait-Iraq border. *One night later*, they arrived in Baghdad, a city still under curfew. (...) *By April*, Maynulet and his men found themselves in the eye of the storm in Baghdad's Sadr City slum. (*Chicago Tribune*, 25/07/04)

Os resultados para esse grupo de fatores foram:

	Advérbio		Sprep	
	Frequência	Peso relativo	Frequência	Peso relativo
Predicação	28/50=56%	(. 38)	74/178=41%	. 42
Segmentação Tópica	4/7=57%	(. 63)	4/6=66%	. 73
Retomada Anafórica	4/5=80%	-	29/48=60%	. 60
Mudança de tipo discurso	5/6=83%	(. 71)	14/21=66%	. 61
Contraste	10/15=66%	(. 63)	3/5=60%	. 43
Demarcação de pontos	3/3 = 100%	-	13/16 = 81%	.80

Tabela 5. Função discursiva do circunstancial em inglês e anteposição verbal

A tabela 5 mostra que os resultados de predicação e segmentação tópica para os advérbios são os que tendem a infringir sua ordem não marcada, com menores percentagens de anteposição. Todas as outras funções confirmam sua ordem mais natural de ocorrência, principalmente a demarcação de pontos, cujo resultado foi categórico, com 100% de anteposição.

MORFOSSINTAXE

Os Sreps também se localizam mais antepostos ao demarcarem pontos num continuum, com .80 de ocorrências. A segunda função com altos índices de anteposição é a segmentação tópica, seguida da mudança de tipo discursivo e da retomada anafórica. Assim como os advérbios, esses constituintes, ao introduzirem coordenadas dêiticas temporais, tendem a ir para depois do verbo, o que também ocorre com a função de contraste para esses elementos.

Do ponto de vista sintático, a seqüência de circunstanciais na oração também é fator importante para o estudo de sua ordenação (Cf. Paiva, 2003; Brasil, 2006).

Este grupo de fatores foi dividido da seguinte forma:

1- Um único circunstancial

(14) *On this night* the insurgents fired off brilliant red and blue flares. (*Chicago Tribune*, 09/11/04)

2- Dois elementos da mesma classe semântica

(15) *But in March, around the time of the Taiwan election*, pressure from Mr. Jiang and the military prompted Mr. Hu to stop using the term. (*NYT*, 16/07/04)

3- Dois elementos de classe semântica distinta

(16) Witnesses reported seeing only one tough Chihuahua *on the street at that time*. (*Chicago Tribune*, 06/01/06)

4- Mais de dois elementos de classe distinta

(17) *In another car bombing, on Friday near Iraq's border with Syria*, a suicide bomber attacked a National Guard office, killing 11. (*Chicago Tribune*, 18/07/04)

Os resultados encontram-se na tabela 6.

	Advérbio		Srep	
	Frequência	Peso relativo	Frequência	Peso relativo
1 único circunstancial	49/74=66%	(. 67)	114/213=53%	. 53
2 da mesma classe	2/4=50%	(. 009)	11/18=61%	. 68
2 de classe distinta	3/8=37%	(. 009)	8/31=25%	. 27
+ de 2 de classe distinta	-	-	1/9=11%	. 13

Tabela 6. Seqüência de circunstanciais em inglês e anteposição verbal

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Este grupo de fatores não foi selecionado para os advérbios. Todavia, os resultados para esses constituintes são interessantes. Quando ocorrem isoladamente na oração, tendem a seguir sua ordem canônica. Ao ocorrerem com um circunstancial de outra classe semântica, infringem essa ordem e vão para depois do verbo.

Os Spreps preferem a anteposição verbal quando ocorrem numa seqüência de dois temporais. Possuem resultados parecidos com os dos advérbios ao ocorrerem isolados, ou seja, tendem a ser antepostos. Quando estão numa seqüência com Spreps de outra classe, ocupam em maior número a posposição verbal.

Por fim, outro grupo de fatores que se mostrou relevante para este estudo foi o gênero textual. Como já foi visto, foram analisados notícias e artigos de opinião, cujos resultados foram:

	Advérbio		Sprep	
	Frequência	Peso relativo	Frequência	Peso relativo
Notícia	27/44 = 61%	(.55)	71/160 = 44%	.44
Opinião	27/42 = 64%	(.44)	65/113 = 57%	.58

Tabela 7. Gênero textual e anteposição de circunstanciais em inglês

Mais uma vez, este grupo não foi selecionado para os advérbios, mas optou-se por comentar os resultados. Não há diferença entre os valores de notícia e artigo de opinião para os advérbios. Ambos ocupam, preferencialmente, a anteposição verbal.

Já os Spreps apresentam resultados distintos. Ao ocorrerem em notícias, esses constituintes tendem a ir para depois do verbo. Nos artigos de opinião, preferem a anteposição verbal.

CONCLUSÕES

Observou-se um padrão distinto de marcação para advérbios e Spreps. a ordem não marcada para os primeiros é a anteposição verbal. Para os últimos, não foi possível estabelecer uma ordem mais freqüente devido à grande variação apresentada por esses elementos.

Observou-se, também, um padrão distinto de distribuição de advérbios e Spreps por posição. Aqueles se localizam em maior número entre sujeito e verbo. Esses variam entre as duas margens da oração.

MORFOSSINTAXE

Parece que a ordem dos circunstanciais temporais em inglês obedece a contextos micro-discursivos, devido às restrições observados na forma de organização e distribuição de informação na oração.

O gênero discursivo influi na ordem dos circunstanciais, tendo mais peso sobre os *Spreps*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, A. V. *Ordenação de circunstanciais na escrita: um estudo contrastivo entre PB e PE*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2005, 180 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CELCE-MURCIA, Marianne; LARSEN-FREEMAN, Diane. *The Grammar Book*. The United States of America: Heinle & Heinle, 1999.

COSTA, J. *A multifactorial approach to adverb placement: assumptions, facts and problems*. *Língua*, 114, p. 711-753, 2004.

PAIVA, Maria da Conceição de. Proformas adverbiais e encadeamento dêitico. In: RONCARATI, C. ; ABRAÇADO, J. (orgs) *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. FAPERJ: 7 Letras, 2003

SHAER, Benjamin. Left/right contrasts among English temporal adverbs. In: AUSTIN, J. R.; ENGELBERG, S.; RAUH, G. *Adverbials – the interplay between meaning, context, and syntactic structure*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Company, 2004, p. 289-332.

**USOS DA CONSTRUÇÃO DE MOVIMENTO
CAUSADO *OLHA SÓ* EM CONVERSA INFORMAL**

Sandra Bernardo (UERJ / PUC-Rio)
sandrapb@uerj.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em estudos anteriores (Bernardo, 2005a, 2006), analisei a expressão *olha só* empregada com sentido de *prestar atenção*, em conversa informal, como uma construção de movimento causado presumido (CMCP), devido ao papel que desempenha na construção conjunta do discurso conversacional, sinalizando novos tópicos/referentes na apresentação de argumentos contrários.

Além desse emprego, também encontrei *olha só* com sentido prototípico de *fixar os olhos* e casos limítrofes, em que o falante usa tal forma para sinalizar um objeto e, ao mesmo tempo, defender uma posição sobre o referido objeto. Apresento, aqui, reflexões acerca da possibilidade da diferença entre tais construções ser estabelecida a partir do primeiro corolário do princípio da não-sinonímia (Goldberg, 1995, p. 67), segundo o qual construções semelhantes semanticamente devem ser distintas pragmaticamente.

As ocorrências estudadas foram extraídas do *Banco de Dados Interacionais* (BDI), volume organizado por Roncarati (1996), que reúne transcrições de conversas casuais gravadas em 1989 e 1990.

Olha só: uma construção de movimento causado presumido

Em Bernardo (2006), analisei como um tipo de CMCP casos de *olha só* ilustrados em (1) e (2):

(1) M = 405 *Olha só...* porque a Maria Amália... você sabe eles têm medo... né? (BDI 5)

(2) M = 751 *Olha só...* é que vocês rodam- ((Pigarreando)) {segue trecho com superposição}

759 Hein Júlio.

760 Vocês rodam... prova demais. (BDI 5)

MORFOSSINTAXE

Em (1), a falante introduz um (sub)tópico questionando a intervenção de uma colega na organização da festa junina, uma pessoa que aparentemente se impõe em relação aos demais colegas. O *só* delimita/atenua a força da crítica, protegendo a face da falante. A passagem de (2) refere-se a um trecho em que os participantes da conversa estão reclamando dos gastos com cópias de provas e da relação preço-qualidade do serviço de algumas copiadoras próximas à escola. Nesse contexto, a falante introduz de forma modalizada uma crítica à postura dos colegas.

Nesse caso, o *olha só* assinala a abertura de um novo (sub)tópico na conversa que reforça a posição do falante, de forma modalizada. Logo, participa da estruturação do discurso em termos organizacionais, já que sinalizam etapas da construção do discurso, e conceituais, na medida em que sinalizam FOCOS e PONTOS DE VISTA do enquadre dessa construção. Em outras palavras, tais formas sinalizam etapas, posições e intenções inerentes à produção/compreensão do discurso conversacional.

A partir do pressuposto cognitivista de que o significado linguístico é corporificado, interpretei o sentido de fixar os olhos (sentido físico da visão) do verbo *olhar* como prototípico, diferenciando-se, assim, do *olhar* = *prestar atenção*, analisado como uma projeção metafórica da experiência física de fixar os olhos em algo.

Dessa forma, os sentidos mais abstratos de *olhar* (*dirigir a atenção, considerar, ponderar, examinar, estudar, atentar* etc.), que denotam percepção não apenas física, mas também mental, aproximam-se do sentido *ver*³⁷, que remete à impressão mental causada pelos objetos, ao entendimento, daí a atuação das metáforas COM-

³⁷ Borba (1996) classifica *ver* e *olhar* como verbos percepção que distam por este ser um verbo de ação e aquele, de processo. Luft (1987) considera *ver* mais genérico, ligado à impressão/sensação que os objetos causam nos olhos, ao passo que *olhar* relaciona-se a ação de dirigir os olhos para o objeto. “Pode-se olhar sem ver”, segundo o Luft (cf. verbete *olhar*). Essa diferença é marcada no papel de demonstrador que a construção *you* *see* desempenha na conversa (Bernardo 2002, 2005b), prefaciando argumentos, em comparação ao papel de *olha só*, que sinaliza a introdução do argumento, chamando a atenção do interlocutor. Em outras palavras, o emprego de *you* *see* está relacionado à demonstração/desenvolvimento do argumento, com vistas à comprovação da posição; já o de *olha só* liga-se à apresentação de uma posição.

PREENDER É VER e IDÉIAS SÃO OBJETOS na conceptualização da expressão *olha só* com sentido de *prestar atenção*.

À medida que o discurso conversacional é interpretado/construído conjuntamente pelos participantes, idéias-objetos são trazidas para um campo de visão: o recipiente onde se encontram os objetos (Lakoff & Johnson, 2002, p. 82). Logo, as posições apresentadas pelos falantes são objetos representados num campo visual: O DISCURSO É UMA FONTE LUZ (Lakoff & Johnson, 2002, p. 113).

Quando um falante_x emprega *olha só*, está sinalizando a um falante_y a necessidade de que este desloque sua atenção para o objeto que se encontra no campo visual recortado pelo falante_x, ou seja, X CAUSA Y MOVER SUA ATENÇÃO. A partícula *só* delimita metaforicamente o objeto que está no campo visual do falante_x, conduzindo a atenção do falante_y para o objeto em FOCO. Portanto, devido ao papel de sinalizador, *olha só* orienta o caminho a ser seguido, porque O DISCURSO É UMA FONTE DE LUZ.

A relação entre a construção de movimento causada básica e a CMCP ocorre por extensão de sentido, que reflete a intenção do falante de guiar a maneira como sua posição deve ser interpretada. O FOCO desse objetivo é capturado pelo contexto discursivo, por isso também está representado como um recorte pragmático, conceptualizado pelo delimitador (*hedge*) *só*, que permite uma interpretação modalizada do discurso e protege a face do falante.

A CMCP herda o papel de agente, satisfazendo os princípios (i) da correspondência – cada participante lexicalmente recortado e expresso deve ser interligado a um papel argumental recortado da construção, mesmo que um deles não seja preenchido sintaticamente, e (ii) da coerência semântica – somente papéis semanticamente compatíveis podem ser interligados. O princípio cognitivo da não-sinonímia também está satisfeito, já que semanticamente os sentidos são distintos.

Apesar de os papéis de *alvo e tema* não terem sido preenchidos sintaticamente, o deslocamento da atenção dos interlocutores (tema) para o campo de visão (alvo) do falante que sinaliza o início de um novo argumento estão estruturados na construção em termos semânticos e pragmáticos. Esses papéis argumentais podem deixar

MORFOSSINTAXE

de serem preenchidos, porque os participantes do enquadre semântico do verbo *olhar* são fornecidos pelo contexto discursivo da interação. Trata-se, portanto, de complementos nulos definidos (recuperados) pelo contexto.

Entre os sentidos apontados por Goldberg (1995, p. 161-163) para a interpretação da CMC, a função de *olha só* na conversa, no que tange à efetivação de movimento, pode estar condicionada à satisfação do ato denotado pelo predicado, devido à intenção, não à garantia, de o falante_x levar seus interlocutores a mover sua atenção para o tópico sinalizado. Como tais casos não acarretam necessariamente um movimento do argumento tema, a autora propõe a representação do significado da construção com letras minúsculas: *X causa Y se mover para Z*.

A abordagem construcional permite integrar à CMCP verbos que lexicalmente não envolvem movimento real, daí a possibilidade de emprego do verbo *olhar* com sentido de *prestar atenção* na construção *olha só*: um ato comunicativo na interação conversacional que visa à adesão dos participantes da cena comunicativa quanto às posições defendidas.

Essa construção mostrou-se refratária às restrições semânticas para CMC apontadas por Goldberg (1995, p. 165 ss), a saber:

- (i) o papel argumental ligado ao causador do movimento, embora menos volitivo, devido ao caráter intencional da construção, é de causador/agente, já que o participante causador da ação apresenta o traço [+ animado];
- (ii) dado o caráter assertivo codificado no verbo da construção, o falante não deixa a possibilidade de seus interlocutores prestarem atenção ou não ao seu argumento;
- (iii) como o falante manteve a posse de turno e expressou sua posição após o emprego da construção *olha só*, pode-se confirmar o caminho seguido metaforicamente;
- (iv) o requisito de cenário para interpretação da construção *olha só* é configurado pelos atos conjuntos dos participantes na organização da conversa cujos participantes compartilham uma base comum.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

(v) como a CMCP não implica um movimento real, efetivo, o caminho não precisa ser especificado, daí a possibilidade de o contexto, não a estrutura sintática, fornecer o tema.

(vi) a tentativa de o falante buscar a atenção de seus interlocutores, a fim de conduzi-los à posição defendida, é a única força responsável por tal caminho.

Contudo, há casos de *olha só* usados quando o tópico discursivo remete a um objeto presente no cenário da interação (incluindo a materialidade dos participantes como pessoas reais), que me levaram a postular dois outros tipos dessa construção, ilustrados nas passagens (3) a (6), sobre os quais passo a expor.

(3) M = 013 Ô meu pé inchado

014 *olha só*. ... 015 Chega a fazer dobrinha ... 016 tá vendo? (BDI 2b)

(4) M = 638 Mas então como é que é?

639 Porque

J = 640 primeiro você coloca óleo [...]

645 Ai

646 *olha só* ... 647 dondoca. ... 648 Óleo ... 649 manteiga ... 650 dá aquela refogadinha. (BDI 2b)

(5) C = 1127 Por sinal ... 1128 aperta aqui a mão que você deve a mim né? ... ((Risos))

A = 1129 Ih é!

1130 *Olha só!* (BDI 4)

(6) M = 333 UAU! ... 334 Que lindo! ... 335 Que baRA:to!

J = 336 *Olha só* gente. ... 337 Tem que ser caro assim mesmo. (BDI 2b)

Em (3), a falante M muda o tópico da conversa, sinalizando seu pé inchado, já que, na passagem anterior, duas participantes do evento falavam sobre dieta. Embora, nesse caso, o sentido da construção também seja *prestar atenção*, o FOCO do enunciado incide sobre o pé inchado da falante, conceptualizado no papel argumental alvo da construção CMCP, portanto um objeto (real) para o qual a atenção do interlocutor (tema) deve ser movida.

MORFOSSINTAXE

Logo, considere esse emprego de *olha só* prototípico, em que o *só* ressalta o inchaço. A materialidade do *alvo* (*pé inchado*) confere uma interpretação mais factual ao enunciado, tornando a forma *só* um intensificador com função dêitica exofórica, não um modalizador como em (1) e (2). Assim, o caminho percorrido pelo *tema* seria menos metafórico, na medida em que a atenção da interlocutora estará voltada para um objeto real.

Em (4), depois que a falante M conta como quase estragou o arroz-doce servido durante a conversa, J passa a explicar como preparar esse doce a partir da unidade 640. Todavia, devido a um trecho de sobreposição, J reinicia a receita em 645, chamando a atenção de M. Nesse caso, o objeto a ser movido é referenciado como uma projeção metonímica, já que J busca a atenção da falante *dondoca* e não sua movimentação física, de fato.

Assim, esse tipo de *olha só* se diferencia do anterior (3), porque o FOCO incide sobre o *tema*, já que a falante pode ter-se distraído com a conversa paralela. Logo, em razão do caráter mais abstrato em relação a (3), venho considerando (4) um caso limítrofe, pois a falante não está sinalizando os ingredientes reais, mas os referenciando num de relato de procedimento de como preparar arroz-doce, ou seja, não se trata de uma sinalização de argumento contrário, como (1) e (2), nem de um movimento para uma entidade real (*pé inchado*). Apesar do sentido de *prestar atenção*, o contexto discursivo de um relato de procedimento não confere ao *olha só* um caráter modalizante como o de (1) e (2). A forma *só*, nesse caso, reforça o pedido de atenção da falante que pode ter-se distraído.

Na passagem de (5), os falantes estão conversando sobre um colega agregado no alojamento de uma das participantes, quando A afirma que possui um colchão sobrando. Em seguida, C lembra algum tipo de favor prestado ao falante A. Após isso, todos comentam sobre o lugar onde colchões são escondidos, bem como sobre empréstimos dos mesmos.

Embora o que tenha levado ao enunciado 1130 não fique explícito, devido ao conhecimento partilhado pelos participantes, atribuí ao *olha só* um caráter limítrofe, porque o falante pode estar enfatizando a atitude do colega, ou o ato de ambos apertarem as mãos. O *só* pode estar relacionado ao fato de o colega ter lembrado um favor

prestado e, ao mesmo tempo, a alguma atitude ligada ao aperto de mãos.

Em trecho anterior ao de (6), as falantes vinham discutindo sobre os produtos da Natura serem caros ou não, enquanto examinavam alguns produtos, até que M ressalta a beleza de um estojo de maquiagem, levando a falante J a retomar a questão do valor dos produtos dessa empresa. Logo, um caso de *olha só* com função limítrofe, pois, ao mesmo tempo que a falante pode estar mostrando o estojo, também está reforçando a tese de que os produtos não seriam tão caros, se considerada a qualidade dos mesmos. O *só* reforça a beleza do estojo, mas, ao mesmo tempo, introduz um argumento contrário à reclamação das interlocutoras quanto ao preço do produto.

Postulei para os casos de (5) e (6), também conceituados limítrofes, uma espécie de duplo FOCO: no objeto a ser movido e no objetivo, já que, devido ao contexto pragmático, o falante pode estar sinalizando, simultaneamente, tanto um objeto presente no cenário da interação quanto a busca de atenção ao seu discurso por parte do interlocutor. Esse FOCO ampliado fica mais evidente no excerto (6).

Foi possível perceber que a diferença entre os tipos de *olha só* pode ser estabelecida em termos pragmáticos a partir do delimitador *só*, que produz nuances de sentido para CMCP, ao guiar o FOCO discursivo. Em (3), focaliza um alvo integrante do cenário real (BASE) em que ocorre a conversa, daí seu emprego ter sido considerado prototípico. Os casos de (4) a (6), postulados como limítrofes, apresentam algumas diferenças quanto à orientação do FOCO conforme a atuação do delimitador *só*. Em (4), o *só* orienta o FOCO para o tema, já em (5) e (6), sobretudo neste último, guia o FOCO para relação entre discurso e o tópico discursivo.

Como nesses casos, em termos semânticos, o sentido de *prestar atenção* da construção se mantém, acredito que as nuances observadas no emprego da CMCP *olha só* podem ser explicadas em termos pragmáticos, já que o contexto discursivo de emprego dessa construção determina-lhe uma espécie de gradação de sentido. O tipo de discurso e o referente ligado tópico abordado na conversa influenciam a conceptualização da expressão, na qual o delimitador *só* desempenha um papel crucial.

MORFOSSINTAXE

Nos trechos de *olha só* prototípico, o delimitador apresenta uma função dêitica típica de discursos que abordam tópicos ligados ao cenário da conversa, como em (3). Já nos tipos limítrofes, o aspecto mais abstrato começa a se evidenciar, pois os referentes do cenário são conceptualizados numa dimensão discursiva mais conceitual em passagens argumentativas, como (6). Portanto, as gradações observadas nos empregos de tal construção precisam ser refinadas.

PALAVRAS FINAIS

No decorrer da pesquisa, pretendo aprofundar a explicação dessas diferenças conceituais, intuitivamente percebidas por falantes nativos no decorrer das interações, em termos representacionais na CMCP. Embora o corolário de que duas construções semanticamente semelhantes devem ser pragmaticamente distintas possa explicar os usos de *olha só* na conversa, é necessário também refletir mais sobre a adequação dessa ferramenta conceitual.

BIBLIOGRAFIA

BERNARDO, Sandra Pereira. *Foco e ponto de vista na conversa informal: uma abordagem sócio-cognitiva*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2002. 221 f. Tese de Doutorado em Linguística.

———. *Olha só, olha lá* na dêixis conversacional. In: *Cadernos do CNLF*, vol. IX, nº 11: Análise do Discurso. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2005a, p. 174-180.

———. Pronome *você* na dêixis conversacional. In: *Revista de Estudos da Linguagem*, vol. 13, nº 2. Belo Horizonte: Faculdade de Letras-UFMG, 2005b, p. 171-192.

———. Dêixis conversacional e metáfora. *Anais do II Congresso sobre metáfora na linguagem e no pensamento*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006.

BORBA, Francisco S. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CLARK, Herbert H. *Using language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

GOLDBERG, Adele E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico da língua portuguesa* 1.0, 2001.

LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: EDUC, 2002.

LANGACKER, Ronald W. *Foundations of cognitive grammar vol. I: theoretical prerequisites*. Stanford/California: Stanford University Press, 1987.

———. *Foundations of cognitive grammar vol II: Descriptive application*. Stanford/California: Stanford University Press, 1991.

LUFT, Celso Pedro. *Dicionário prático de regência verbal*. São Paulo: Ática, 1987.

MARMARIDOU, Sophia S.A.. *Pragmatic meaning and cognition*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co., 2000.

RONCARATI, Cláudia (org.). *Banco de dados interacionais*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras – UFRJ/CNPq, 1996.

MORFOSSINTAXE
INSTRUÇÕES EDITORIAIS

1. O textos completos dos trabalhos do Congresso Nacional de Lingüística e Filologia devem ter os mesmos títulos dos resumos correspondentes, que forem enviados com o Formulário de Inscrição.
2. Cada trabalho apresentado ao CiFEFiL deve seguir estas normas:
 - 2.1. Os originais devem ser digitados em Word para Windows, com extensão .DOC ;
 - 2.2. Configuração da página: A-5 (148 X 210 mm) e margens de 25 mm;
 - 2.3. Fonte Times New Roman, tamanho 10 para o texto e tamanho 8 para citações e notas;
 - 2.4. Parágrafo justificado com espaçamento simples;
 - 2.5. Recuo de 1 cm para a entrada de parágrafo;
 - 2.6. Mínimo de 05 e máximo de 12 páginas (exceção para os minicursos, que podem ter até 20 páginas);
 - 2.7. As notas devem ser resumidas e colocadas no pé de cada página;
 - 2.8. A bibliografia deve ser colocada ao final do texto;
3. Os trabalhos completos devem ser enviados por e-mail para eventos@filologia.org.br até o primeiro dia do evento (exceção para os textos dos minicursos, que devem ser enviados até o final de junho).

Outras informações podem ser adquiridas pelo e-mail eventos@filologia.org.br ou pelo telefone (21)2569-0276.